



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1037/05	DATA: 12/7/2005
INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 19h35min	DURAÇÃO: 04h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h20min	PÁGINAS: 123	QUARTOS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GRACILENE LIMA - Sócia da Empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará
LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá — AMMAPA
PAULO MÜLLER - Madeireiro, associado ao SINDIFLORESTA, Pará

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.
Há intervenções ininteligíveis.
Não foi possível checar as seguintes grafias: AFANES, AA, Wanderley Vilaneses.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Boa-tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 34ª reunião realizada na manhã de hoje. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em decorrência de aprovação de requerimentos, de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator da CPI, esta Comissão está se reunindo hoje em audiência pública para ouvir as seguintes testemunhas: Sra. Gracilene Lima, sócia da Empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará; Sr. Leivino Ribeiro de Souza, Presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá — AMMAPA; e o Sr. Paulo Müller, madeireiro associado ao SINDIFLORESTA, no Pará.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido, inicialmente, a Sra. Gracilene Lima a tomar assento à mesa e solicito que as demais testemunhas sejam encaminhadas à Secretaria da CPI, aguardando o momento dos seus depoimentos. Solicito, inicialmente, que a Sra. Gracilene Lima preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. GRACILENE LIMA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, devo informar e advertir



a testemunha, Sra. Gracilene Lima, que o crime de falso testemunho está assim tipificado no art. 342 do Código Penal: para quem fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, estão cominadas pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Passo a palavra à Sra. Gracilene Silva para, se desejar, antes de receber as perguntas, usar da palavra pelo intervalo de até 20 minutos.

A SRA. GRACILENE LIMA - Sr. Presidente, quero só deixar uma coisa clara: é que eu não fiz nenhuma denúncia à revista *Veja*, como foi citado, e que eu estou aqui à disposição de vocês, de V.Sas., para falar o que for me perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado.

As perguntas que nos foram aqui deixadas pelo Relator desta CPI, Deputado Sarney Filho, serão feitas pelo Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Obrigado, Sr. Presidente.

Passamos à primeira pergunta à Sra. Gracilene.

Sra. Gracilene, desde quando V.Sa. é sócia da empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal?

A SRA. GRACILENE LIMA - Mais ou menos no mês de agosto a gente abriu a firma de engenharia florestal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Agosto de 2000 e...

A SRA. GRACILENE LIMA - Dois mil e quatro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Dois mil e quatro. Há outros sócios, além do Sr. Sílvio César da Costa de Lima?

A SRA. GRACILENE LIMA - Meu cunhado, Hugo Batista de Lima Júnior.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Que tipo de trabalho a empresa desempenha?

A SRA. GRACILENE LIMA - Topografia e engenharia florestal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quais são os seus principais clientes?

A SRA. GRACILENE LIMA - As madeireiras que são associadas à AMMAPA Engenharia Florestal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, a segunda pergunta destinada à Sra. Gracilene. A empresa HB Lima, ou V.Sa., ou o seu



esposo, como pessoas físicas, tiveram alguma participação nas últimas eleições no Estado do Pará?

A SRA. GRACILENE LIMA - Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - V.Sa. poderia citá-las?

A SRA. GRACILENE LIMA - Em Anapu a gente apoiou o candidato a Prefeito Chiquinho do PT. E lá no Pacajá a gente apoiou também o candidato Padre Edimir.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Há alguma outra pessoa?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, mais ninguém.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - A terceira pergunta, Sr. Presidente, destinada à Sra. Gracilene. O que V.Sa. tem a dizer sobre o adesivo Empresa Optante do Plano Safra Legal de 2004, Anapu, da Associação Pacajá, do Plano Legal de 2004?

A SRA. GRACILENE LIMA - Foi um adesivo que foi feito simplesmente para ser uma manifestação política, uma propaganda da HB Lima do Plano Safra Legal, não é, e uma manifestação política, e AMMAPA, não é?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quem idealizou?

A SRA. GRACILENE LIMA - HB Lima e AMMAPA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - E quem o confeccionou?

A SRA. GRACILENE LIMA - Foi a AMMAPA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quantos adesivos foram produzidos?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não te posso dizer o total, porque eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quem autorizou ou permitiu o seu uso em caminhões e máquinas do setor madeireiro no Estado do Pará?

A SRA. GRACILENE LIMA - Todos os associados à AMMAPA e escritório e todo lugar isso foi colocado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Qual foi a participação da HB Lima nessa operação?

A SRA. GRACILENE LIMA - Do adesivo que o senhor está falando? Só mesmo na idéia.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Na idéia. Porventura V.Sa. se recorda de alguém do IBAMA?



A SRA. GRACILENE LIMA - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Alguém da associação?

A SRA. GRACILENE LIMA - Da AMMAPA sim. É representada por todos os associados juntos em reunião decidiram junto com a HB Lima.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Se a HB Lima não tivesse nenhuma participação, como V.Sa., não é o caso que a senhora disse que teve participação. Na reportagem da revista *Veja*, de 15.06.2005, sob o título *O PT deu a senha para desmatar*, está dito que a existência do esquema do adesivo foi confirmada por V.Sa., que teria ajudado o grupo de agricultores da FETAGRI a cortar a madeira. Além disso, V.Sa. teria afirmado que a autorização para retirada de madeira sem documentação foi dada pelo agente do IBAMA, em Santarém, Sr. Paulo Mayer, e pelo chefe do IBAMA em Altamira, Sr. Elielson Soares Farias. V.Sa. confirma essa informação?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não confirmo a parte que diz esquema, não é? Nós não participamos de nenhum esquema. Isso foi a público, todo mundo fez reuniões, as associações. E foi uma coisa planejada, não é esquema, como também não é quadrilha, como ela cita, não é, que cita até de quadrilha. Até a gente fica indignado com esse tipo de tratamento. E também foi... Qual foi a outra a pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Da participação do chefe de Santarém.

A SRA. GRACILENE LIMA - Lembro agora. Quando ele me perguntou pelo telefone que foi uma conversa normal como eu estou tendo aqui, normal que eu conversei com ele, não como, como se diz, uma denúncia, não tinha conhecimento que poderia ser um repórter de tal revista, não é. Eu afirmei que existia ADMs, que foram liberadas pelo Paulo Mayer, que é lá de Santarém, pelo Elielson, lá de Altamira, para liberação de madeira legal, como eu posso provar no momento que tem as ADMs, não para ilegalidade igual ele citou na revista. Quando é expedida por Santarém é o Paulo Mayer. Quando expedida por Altamira, Sr. Elielson. Então, não foi para ilegalidade, foi para legalidade. Ele botou um pouco de maldade nas coisas, trocou o que tinha falado e colocou assim nessa situação.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Então, V.Sa., afora a expressão esquema, V.Sa. confirma o resto da redação?

A SRA. GRACILENE LIMA - Confirmo.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sexta pergunta, Sr. Presidente, destinada à Sra. Gracilene. Em fax de documento enviado por seu marido, Silvio César Costa de Lima, ao jornalista Leonardo Coutinho, intitulado breve análise do plano safra legal 2004, no item V, consta que, em virtude do atraso da liberação das autorizações de desmatamento, o colono desmatou sem a licença e muitos madeireiros transportaram as essências, as madeiras cortadas nessas áreas, sem a autorização de transporte de produtos florestais. A madeira ilegal, sendo transportada de maneira ilegal, na opinião de V.Sa. como isso foi possível?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sétima pergunta, Sr. Presidente: Se V.Sa. confirma que seu marido Silvio César Costa de Lima é o elaborador do Plano Safra Legal 2004.

A SRA. GRACILENE LIMA - Sim, juntamente com outras entidades e organizações, associações.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Nessa construção, quem do IBAMA deu o aval a ele?

A SRA. GRACILENE LIMA - Para ele, não. Não foi para ele, no caso. Essa palavra aí não está sendo bem colocada. Foi um programa que foi feito, todos juntos. Não foi para o meu esposo especificamente. Entendeu? Existia sindicatos, trabalhadores rurais, que é a FETAGRI.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Apenas para uma confirmação porque entendo que V.Sa. já respondeu lá na frente também. Que confeccionou o adesivo empresa optante do plano safra legal 2004, na região de Anapu e na região de Pacajá?

A SRA. GRACILENE LIMA - A AMAPA foi que confeccionou. A idéia foi a AMAPA e a HB Lima juntas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Eram essas as perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sra. Gracilene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Srs. Deputados, a palavra para inscrições...

Tem a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, desde as primeiras pessoas que aqui vieram falar sobre essa questão, eu tinha batido na tecla de



querer saber quem tinha feito aquele adesivo. Até cheguei a dizer que era ou má fé ou burrice fazer um adesivo daquele — falei aqui na CPI —, porque escrever a palavra optante não tem mal nenhum. Agora colocar o P e o T diferente, me desculpe, mas eu continuo achando a mesma coisa. Eu não mudei de opinião. E agora, nós temos aí quem são os autores do referido adesivo.

Sra. Gracilene, a senhora conhece o jornalista Leonardo Coutinho?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Falou com ele por telefone alguma vez?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não liguei para ele. Ele que fez uma ligação. Insistentemente, ligando várias vezes querendo falar com alguém da HB Lima. Eu apenas atendi e passei pouca informação. Entendeu? Expliquei o que era o Plano Safra Legal e a respeito do desmate que ele perguntou, mas não do modo que ele colocou na revista.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o jornalista André Rizek?

A SRA. GRACILENE LIMA - Também não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O adesivo, aquele famoso que a gente já sabe quem fez, segundo saiu na revista *Veja*, ele servia para os caminhões passarem pela fiscalização. O que a senhora tem a dizer sobre isto?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não foi esse o motivo. Já falei que foi manifestação política, um apoio à AMMAPA, ao Plano Safra Legal e ao candidato nosso do PT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E qual era o mecanismo para os caminhões de madeira passarem pela fiscalização?

A SRA. GRACILENE LIMA - Desconheço, porque lá nem fiscalização, assim no caso, barreira, é só a cento e quarenta quilômetros de distância. Então, não tem porque ficar colocando adesivo para alguém ficar olhando se passa ou se não passa. Só quando eles vão fazer vistoria, e isso é esporadicamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, não tem barreira ali por perto, na região, do IBAMA...

A SRA. GRACILENE LIMA - Cento e quarenta quilômetros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - ...ou de Polícia Florestal?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nada?



A SRA. GRACILENE LIMA - Nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Diz a revista que o Presidente da Associação das Madeireiras dos Municípios de Anapu e Pacajá, Leivino Ribeiro, disse à *Veja* que seu grupo gastou, na parceria com o PT, dois milhões de reais, incluindo as doações de campanha dos candidatos.

A SRA. GRACILENE LIMA - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, essas eram as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Quando a sua empresa concebeu esse adesivo... Por que foi colocado... Por que essas palavras estão... Por que esse adesivo e não outro? Porque, quando a gente concebe um adesivo, a gente tem uma série de idéias que ele deve representar. O que a empresa queria representar com esse adesivo?

A SRA. GRACILENE LIMA - O Plano Safra Legal. Dar, assim, um impacto, porque na região poucas pessoas estavam acreditando que isso ia dar certo, entendeu? A legalidade. Era dar ênfase à legalidade, no caso. Não à ilegalidade. Mostrar que a AMMAPA e a HB Lima estavam apoiando o Plano Safra Legal e que eles estavam aí manifestando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - E qual o objetivo de colocar em maiúsculas a expressão "PT", as duas letras do PT? O que se queria transmitir com isso?

A SRA. GRACILENE LIMA - Creio eu que é o apoio ao candidato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas, os caminhões andavam a mais de cento e quarenta quilômetros. Há vários candidatos aí nesse raio. Inclusive, podia até sair do Município. Apoio a que candidato?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não. Não é eram caminhões que transportavam madeira serrada para outro lugar. Caminhões que transportavam madeira, no caso, da serraria para o pátio, por ali mesmo. É tanto que, segundo o repórter que me perguntou a respeito desse adesivo, ele falou que já estava passando lá em Anapu e verificou que tinha esse adesivo. Então, era para a cidade local mesmo.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas, como é que a senhora afirma que é para a cidade local? Eles não se deslocavam, o comércio é todo na cidade local? Não sai madeira dessa região?

A SRA. GRACILENE LIMA - Sai.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - E sai por onde? Através de que veículo?

A SRA. GRACILENE LIMA - Eu só posso te afirmar... Não sei exatamente por onde, que eu não faço parte do setor madeireiro. A gente presta serviço para eles, mas eu sei que, no momento que foi criado esse adesivo, foi apoio ao PT local lá, que era o Chiquinho que nós estávamos apoiando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Existe, no Município, uma grande divergência sobre explorar legal ou ilegalmente?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Então, qual é o sentido de fortalecer uma campanha legal, se não existe essa questão?

A SRA. GRACILENE LIMA - Na verdade, nunca, eu acho, nem tinham levantado tanto esse problema da legalidade e da ilegalidade, porque, até então, a gente estava querendo conscientizar as pessoas. Foi feito o fórum lá no Pacajá, que o Plano Safra Legal seria um plano de legalidade para os colonos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Quem organizou o fórum?

A SRA. GRACILENE LIMA - A HB Lima e o sindicato rural.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Com recursos próprios?

A SRA. GRACILENE LIMA - Com recursos próprios, e teve a presença de várias entidades, de Prefeito, INCRA, IBAMA, e tudo foi esclarecido às claras, assim...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Todos estavam lá nesse fórum?

A SRA. GRACILENE LIMA - Estavam. Inclusive foram convidados até os sindicatos, os trabalhadores rurais, para ter conhecimento desse plano.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas a senhora... Por que, de repente, se resolveu defender a legalidade? Havia muita ilegalidade na região?

A SRA. GRACILENE LIMA - Existia alguns projetos de manejo, no caso, e os que tinha naquela época foram praticamente igual ao que foi feito agora, não é? Foram cancelados. Então, existia a ilegalidade, assim. Não quero afirmar aqui que



todo o mundo estava na ilegalidade, mas existia algum caso de ilegalidade. Então, as pessoas, muitas vezes, pensam que trabalhar ilegal ganha mais. E muitas vezes isso acontece, entendeu? E evitam até a legalidade, no caso. Então, a gente estava querendo que fosse evitado, no caso, e que se tomasse o rumo da legalidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - E todos os caminhões que transportaram com esse *slogan* e com esse cartaz estavam na legalidade, não?

A SRA. GRACILENE LIMA - Os que participavam do Plano Safra legal, sim. Eu creio que a madeireira é legal, existe e comprovada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sim, mas os cartazes, os adesivos foram distribuídos só para quem participou do Plano ou foram distribuídos de uma forma geral?

A SRA. GRACILENE LIMA - Só quem participou do Plano Safra Legal, porque já dizia "optante". Quer dizer que aquele caminhão, a madeireira dele era optante. Ele optava pela legalidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas até agora eu não entendi, do ponto de vista da concepção, por que colocar PT, se a senhora estava... se o seu projeto era optar pela legalidade. Não havia nenhuma necessidade de cortejar o PT, porque, se era pela legalidade, o PT é um partido que ia, estando no Governo, iria estimular a legalidade. Qual foi o raciocínio por baixo disso? É um plano legal...

A SRA. GRACILENE LIMA - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Essas pessoas queriam trabalhar na legalidade. Para que cortejar o PT, fazer uma propaganda do PT nesse contexto?

A SRA. GRACILENE LIMA - Porque a gente tinha... o setor madeireiro já tinha dito que era o apoio total ao candidato, entendeu? Então, colocar um adesivo, colocar "optante"... Aí, de repente alguém falou assim: "*Por que não colocar o P e o T e tal...*" Porque aí...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Alguém disse?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, assim, a opinião, não é? Não sei se está...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Mas não foi a senhora... a sua empresa que concebeu? Como é que foi o processo de concepção? Quem disse "*vamos botar o PT*"?



A SRA. GRACILENE LIMA - Isso foi numa reunião normal dos associados e foi tudo idéia, entendeu?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Hã.

A SRA. GRACILENE LIMA - Eu não sei informar direito como é que surgiu assim aquela idéia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - A senhora não estava presente no momento da concepção?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, no momento eu não estava.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - E quem é que concebeu, então? Com quem que nós podemos falar para conhecer a idéia que está por trás?

A SRA. GRACILENE LIMA - Eu acho que você pode perguntar, que vai fazer depoimento também, é o Presidente da AMMAPA, porque não foi só nós, no caso a HB Lima, entendeu, foi uma idéia e quem mesmo no caso...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu só estou insistindo com a senhora porque a senhora disse que foi a sua empresa que concebeu.

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, eu respondi que a nossa empresa deu juntamente a idéia numa reunião. Agora, quem...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - A idéia é conceber, no meu entender, é um sinônimo, dar idéia e conceber é a mesma coisa, a não ser a concepção de filho e tal, aí é outra coisa.

A SRA. GRACILENE LIMA - A idéia é junto com os outros que estavam reunidos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Está bom.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Sr. Presidente, eu queria dirigir uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - ...uma pergunta à Sra. Gracilene. Com respeito a esse adesivo, como você disse, a fiscalização tem uma distância de 140 quilômetros. Esse adesivo representava um salvo-conduto para o transporte ilegal ou não?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Não. Então, a revista *Veja*, através desse repórter, foi uma reportagem mentirosa, você considera?

A SRA. GRACILENE LIMA - Mentirosa, afirmo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Bom, queria, inclusive, aqui registrar a espontaneidade com que a depoente está... a sinceridade com que está fazendo seu depoimento. Queria só fazer uma pergunta. Quando o jornalista da *IstoÉ* telefonou para você, você fez algum comentário que envolvesse o nome do Deputado Zé Geraldo e do Deputado Airton Faleiros como articuladores, envolvendo ajuda de campanha etc.?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Antes de dispensá-la, quero só fazer uma complementação: voltar a lembrar-lhe de que, pelo art. 210 do Código Penal, eu sou obrigado a adverti-la dos crimes de falso testemunho — é fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha. E a pena é de reclusão de 1 a 3 anos e multa. Todas as gravações, tudo o que aqui é falado depois é encaminhado automaticamente. Isso não depende do relatório, é encaminhado. Todos esses dados ficam à disposição do Poder Judiciário. Portanto, sinto no dever de convidá-la, já que não pesa nenhuma acusação sobre a senhora. A senhora está vindo na condição de testemunha.

A SRA. GRACILENE LIMA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É só um pequeno detalhe. A reportagem da revista *Veja* afirma, sob o título *O PT deu a senha para desmatar*, na edição de 15/6, que a senhora teria dito que a existência do adesivo — já retirei a palavra “esquema” — teria ajudado o grupo de agricultores da FETAGRI a cortar a madeira.

A SRA. GRACILENE LIMA - Essa é a outra parte que ele diz que... foi junto com a FETAGRI, no caso, não é? Isso é mentiroso. Eu nunca fui nem a lote de colono. Eu tenho 4 filhos, tenho escritório. Então... mesmo porque não tem motivo de eu ir em lote de colono cortar madeira nem incentivar ninguém a cortar madeira.



Pelo contrário, todas as pessoas, colonos, que vinham no escritório, a gente incentivava que esperasse a licença de desmatar, o tempo certo para desmatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Certo. Também há outro trecho que diz que já senhora teria dito que a autorização para retirada de madeira sem documentação teria sido dada pelo gerente do IBAMA em Santarém, Paulo Mayer, e pelo chefe do IBAMA em Altamira, Elielson Soares Farias. Autorização para retirada da madeira sem documentação.

A SRA. GRACILENE LIMA - Não existe. Nós temos aqui autorização legal, como afirmei agorinha, pelo Paulo Mayer e Elielson. Posso até mostrar, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Não, não, depois a senhora nos encaminha. Por último: quem é que imprimiu os adesivos? Qual a empresa que imprimiu os adesivos confeccionados, segundo sua afirmação, pela AMMAPA?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não posso afirmar. Eu sei que a AMMAPA ficou responsável de imprimir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Bom, nós recebemos aqui oficialmente do Sr. Leonardo Coutinho, encaminhou oficialmente a esta CPI e nós fomos obrigados a submeter à sua consideração uma fita da sua... com a gravação com as suas palavras. Nós vamos passar para que a senhora identifique se é a sua voz mesmo ou não. Também a senhora veja se o texto coincide com as perguntas que a senhora acabou de fazer. Se alguma coisa não estiver batendo, eu quero dar a oportunidade da senhora de relembrar, tá certo?

A SRA. GRACILENE LIMA - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, a fita contém todas as entrevistas que ele fez ou somente com a Sra. Gracilene?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, somente um trequinho dela. Os outros não vamos divulgar, porque não é o caso. Poderíamos, talvez, numa sessão fechada. *(Pausa.)*

(Apresentação da gravação.)

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, não é a minha voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu não estou ouvindo nada. Isso é o volume máximo? *(Pausa.)*



(Apresentação da gravação.)

“A SRA. GRACILENE LIMA - ...o meu marido tem um... que ele que foi o elaborador desse esquema todo, não é, desse projeto todo, ele tem um relatório completo do que eles acharam. Ele até entregou até para o sindicato, não é, que foi em parceria com o sindicato aqui local.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Com qual?

A SRA. GRACILENE LIMA - De Anapu também.

O SR. LEONARDO COUTINHO - O lá de Anapu?

A SRA. GRACILENE LIMA - O daqui de Pacajá, do Anapu e até Medicilândia, Altamira, tudo trabalhou em cima de parceria no caso, não é?

O SR. LEONARDO COUTINHO - É, e quantos produtores participaram?

A SRA. GRACILENE LIMA - Olha, não sei te dizer assim não. (Pausa.) Agora eles estão fazendo uma vistoria nos pátios da serraria no caso, não é? As serrarias que não têm pelo menos protocolado as ADMs e o (ininteligível) legal que saiu dos colonos que vai para... (Falha na gravação.) os madeireiros. Agora que eles estão começando a fazer vistoria de pátio, mas, no caso, nunca saiu uma ATPF dessas ADM, entendeu?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Nunca saiu uma ATPF?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não, passamos um ano lutando, pelejando, entendeu? Agora...

O SR. LEONARDO COUTINHO - Então, ninguém pôde vender a madeira, então?

A SRA. GRACILENE LIMA - No caso, não, só se comprar de outro... no caso, só se for alguém que tenha projeto de manejo. Aí vende ATPF para eles, aí eles começam a... ficou legal, entendeu? No caso, a gente



está pelejando para trabalhar legal desde dezembro de 2003 que a gente começou a fazer isso, a elaborar...

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Mas aí para poder conseguir a vender a madeira, então — desculpe interrompê-la —, mas assim para conseguir, então, aproveitar essa madeira tirada lá dos assentamentos, então está tendo que comprar ATPFs?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *No caso, não. No caso, o IBAMA, junto com o Sr. Paulo Mayer lá, o Superintendente do INCRA de Santarém, eles fizeram...e o Elielson também aqui de Altamira, de Belém também, fizeram um acordo que é o seguinte: que eles poderiam voltar atrasado a entrega da ADM, não é, que aí geraria o documento, o contrato que depois seria sair a ATPF. Teve um atraso nisso tudo, entendeu? Aí eles falaram, ou seja, que a madeira estava estragando, no caso, a de 2004 estava estragando no lote do colono e não tinha como tirar a madeira de lá, porque se o IBAMA pegasse na estrada, na Transamazônica, ele prendia, no caso... (Falha na gravação) ...o caminhão carregado. Aí fizeram um acordo o seguinte: que poderiam tirar a madeira de lá e levar para o pátio, entendeu?*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Mas como que ia saber que o caminhão era o caminhão correto?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Aí eu não sei. Sei que eles fizeram assim mais ou menos uma parceria, no caso, não é? Olha, vocês... eu digo parceria, mas não é que eles sejam combinados, entendeu?*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Sim, eu entendo, dentro do acordo, não é?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Não é um acordo. Aí eles falaram: Olha, vocês vão poder tirar a madeira. Porque isso foi uma pressão que eles fizeram em cima*



dos madeireiros, porque como é que eu vou pagar por um documento que já tem um ano. Quando ele chegar vai estar quase vencido praticamente. Começou a sair a ADM foi em novembro deste ano, entendeu? E que agora a gente leva para o IBAMA. O IBAMA fica lá ainda para chegar um protocolo, para dizer que recebeu aquele documento é uma luta terrível para até conseguir isso tudo. Então, já tem um ano que a gente está pelejando para trabalhar legal. Estamos conseguindo? Estamos, mas devagarzinho, entendeu? Até agora não pode se dizer assim: temos um documento para trafegar nas estradas, entendeu? Estamos pelejando para ver se consegue pegar... Tem gente que tem (ininteligível) em Marabá, não tem (ininteligível) em Altamira para colocar esses (ininteligível). Aí quando eles vão procurar os(ininteligível), não tem, porque Altamira não mandou ainda para Marabá. (Pausa.)

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Quando eu fui aí em Anapu, que eu estive na cidade naquela época lá do assassinato da freira, não é, para fazer a reportagem. Daí na volta para Altamira eu fui de carro pela Transamazônica, ali perto de Belo Monte, passando ali na região, eu vi uns caminhões e vi um trator também com um adesivo. Por isso que eu liguei para vocês que eu vi o nome do adesivo no caminhão dizendo que ele era optante do Safra Legal.*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Eu quero te informar o seguinte. Quem poderia te dar muitas informações também, inclusive eles estão agora de tarde e de noite vão se reunir lá, é o Presidente da AMMAPA, lá de Anapu.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Ah, o Ribeiro, é?*



A SRA. GRACILENE LIMA - Associação dos Madeireiros.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Eu conheci, eu estive com o Ribeiro já.

A SRA. GRACILENE LIMA - Pois é, então isso aí foi tudo uma parceria.

O SR. LEONARDO COUTINHO - É, eu vi que tinha escrito AMMAPA mesmo, é verdade.

A SRA. GRACILENE LIMA - Pois é, a AMMAPA é Anapu e Pacajá junto. Isso também poderia, no caso, o IBAMA, quando... perguntou aquela hora como é que eles identificaram no caso, não é? Porque se tinha um símbolo que eles colocavam pra que o IBAMA identificasse que aquele madeireiro ali ele estava dentro do Plano Safra Legal.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Ah, então, aquele adesivo branco e verde é Optante da Safra Legal. Era, então, para evitar que o IBAMA prendesse um caminhão errado, então, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA - É, errado e para que os outros vissem que eles estavam tentando se legalizar e que estavam optando pelo que é correto, para que tivesse, tipo assim, a conscientização dos outros também, entendeu? Porque tinha muito aquele tipo de uma guerrinha. Eles falam assim: você não vai conseguir. Nunca ninguém conseguiu trabalhar legal nessa região. Como é que vocês vão conseguir agora? Era assim, tipo assim, muito complicado o negócio aqui. Inclusive a AMMAPA era parceria da Dorothy. Todo mundo fez, fizemos, até o Ribeiro tinha lá, a gente fez, com é que diz, como é que é, na rua lá, em apoio ao PDS. Os madeireiros foram e fizeram um plebiscito não, tipo um comício, não é, estavam lá o Airton Faleiros, o Zé



Geraldo, todo mundo em apoio ao PDS. Então, aqueles madeireiros que estavam no Plano Safra Legal eles não tinham nem por que atacar a Dorothy, entendeu? (Pausa.) Política agora é não fazer mais (ininteligível) no caso, a gente vai optar este ano (ininteligível) manejo florestal, porque nós pedimos aquele tempo, foi pedido só aqui na região de Pacajá 1.300 ADMs, licença de desmate, que se transformaria na ADM. Chegou para nós aqui nos Pacajá, que eles liberaram, com documento na mão, 402 até agora. Então, quer dizer que não foi nada.

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Mas foram feitas quantas da área? Quantos desmatamentos foram feitos?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Mil e trezentos que nós pedimos, foram feitos e entregue ao IBAMA.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Mas já fizeram os 1.300 e estão esperando agora só ADM, é isso?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *É, passamos um ano fazendo, terminamos em novembro, nós já tínhamos concluído tudo de 2004 e ainda estamos...*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Mas em novembro o quê? Concluiu os 1.300, é?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Mil e trezentos, pedido de licença de desmate.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Tá. Mas não entendi uma coisa. Vocês pediram 1.300 licenças e só receberam quatrocentas e poucas, não é?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Quatrocentos e duas.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Isso, mas vocês conseguiram? Vocês fizeram só os 400 desmatamentos ou fizeram os 1.300?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Mil e trezentos. Não, no caso eu não sei te informar isso aí, porque o que está constando mesmo em documento essas, que nós*



estamos podendo trabalhar, estamos trabalhando com os madeireiros, essas 402, entendeu?

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Ah, só em 402, não é?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Só 402. O resto foi pedido ao IBAMA, e tem muita gente querendo, entendeu? É... Eles precisavam disso, os madeireiros, esse número todo, mas que não foi possível. Então, eles estão trabalhando em cima do que foi possível.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Ah, tá. E perguntar uma coisa para a senhora. Essa idéia do adesivo que vocês fizeram no caminhão e tal, vocês mandaram fazer aí em Pacajá mesmo ou mandaram fazer em Belém?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Eu acho que foi em Altamira.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Em Altamira?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Quem fez isso aí foi a AMMAPA.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *A AMMAPA?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *É, AMMAPA.*

O SR. LEONARDO COUTINHO - *Você tem dele aí ainda?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *Não, não, aqui eu não tenho. Só se o Ribeiro tiver lá. (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - *Bom, a senhora, revendo, tornando a ouvir essa entrevista, algum detalhe daquilo que a senhora afirmou hoje, a senhora gostaria de reformular?*

A SRA. GRACILENE LIMA - *A respeito desse... Ele fala, querendo que eu confirme que é um adesivo. Eu não confirmei. Esse negócio de dizer é, não foi confirmado, não. Ele fala na fita aí que eu confirmei, não é? Não foi confirmado, não. A passagem dos caminhões livres. Isso não era... Adesivo não é para passagem livre.*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Se nenhuma ATPF foi liberada, como a senhora afirma na fita, nenhuma foi liberada, como é que a madeira era transportada do local onde ela foi cortada para as serrarias?

A SRA. GRACILENE LIMA - Isso aí eu não tenho conhecimento e não posso te informar, porque eu não fui contratada para verificar madeiras, essas coisas, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, claro. A madeira ia de onde para onde, lá?

A SRA. GRACILENE LIMA - Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Porque a senhora disse que não passava por nenhuma barreira, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA - Dos colonos para a serraria, no caso. E eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De onde?

A SRA. GRACILENE LIMA - Dos colonos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dos assentamentos?

A SRA. GRACILENE LIMA - É. Dos assentamentos de retirada — creio eu — para a madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O IBAMA não se opôs ao adesivo, achou que era uma coisa absolutamente normal. Porque o IBAMA foi quem tivemos assim... delegou para esse grupo... A senhora disse que não foi só o seu marido, mas diversas pessoas que elaboraram o Plano Safra Legal, o IBAMA viu esse adesivo, mas não se opôs?

A SRA. GRACILENE LIMA - Creio eu que eles nem chegaram a ver, porque eles custavam a vir à região. E eles não tinham nem conhecimento desse adesivo. Não é nada com o IBAMA, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu só diria o seguinte: essa fita será normalmente degravada. E a senhora confirma que é a sua voz?

A SRA. GRACILENE LIMA - Confirmando. Só aquela parte que ele diz que... conversando comigo, diz que eu, no caso, assim faço, é, não é, é. No caso, essa seqüência, eu não afirmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É bom a senhora reafirmar. O “é” da senhora não quer dizer que a senhora esteja concordando.

A SRA. GRACILENE LIMA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora falou um “é” por falar.

A SRA. GRACILENE LIMA - Por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem, em função da fita, Deputado Zé Geraldo alguma pergunta a mais? Tudo bem. Dr. Rosinha? Dr. Rosinha deve estar dando alguma entrevista. Também não. Mas está bom. Pergunta se ele quer fazer alguma pergunta. Deputado Francisco, nenhuma? Deputada, nada? Está bom. Eu acho que era isso. Então, agradecemos, pedimos que a senhora aguarde um pouquinho mais na Secretaria para ver se há alguma pergunta complementar, mas agradecemos a sua colaboração.

A SRA. GRACILENE LIMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, convidamos o Sr. Leivino Ribeiro de Souza a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Na seqüência, solicito ao Sr. Leivino Ribeiro de Souza que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Faço, sob a palavra a honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no art. 342 do Código Penal: *“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha... Pena: reclusão de um a três anos e multa”*.

O Sr. Leivino Ribeiro de Souza, antes de responder às perguntas que lhe forem endereçadas, tem a prerrogativa de, se desejar, fazer uso da palavra por até 20 minutos.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Obrigado. Senhoras e senhores, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente desta Mesa, Antonio Carlos Mendes Thame, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar esta Casa de leis pela escolha



destes Parlamentares desta CPI, entre eles o Dr. Hamilton Casara, que não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas com quem já falei por várias vezes por telefone; o Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, o qual, acho, também não pôde estar presente, mas é uma pessoa que, sem dúvida, desempenhou... Conheci o trabalho dele à frente do Ministério do Meio Ambiente. Exmos. Deputados, o meu nome é Leivino Ribeiro de Souza. Sou casado, tenho 2 filhos, moro em Anapu desde 10 de maio de 2001. Tenho 46 anos e em minha vida jamais tive o meu nome envolvido em polícia sequer ou em alguns atos corriqueiros. Mas, nos últimos dias, devido à denúncia da revista *VEJA*, através de uma matéria mentirosa, pelo seu repórter, talvez, por inocência ou por não conhecer a verdade, tenha-me exposto à mídia. Tive, nos últimos dias, grande tristeza em me expor à mídia a tal forma que, em uma conversa com a minha família e como Presidente da AMMAPA, também numa reunião com os nossos afiliados, a minha esposa dizia: *“Olha, Ribeiro, faça com você mesmo uma avaliação na sua consciência; e se você não deve, você não teme. Vá à Polícia Federal”*. Foi onde estive semana passada para prestar o meu depoimento, junto à Dra. Daniele, delegada da Polícia Federal. O mesmo está acompanhado, aqui, desses documentos em que vou apresentar para os senhores — vai acompanhado do meu depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De onde vem esse som, essa fala? Não é nada psicografado ou psicofalado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, esse aí é um discurso meu, mas feito em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas é o senhor que está trazendo...

O SR LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Continue, por favor. O senhor ainda tem à disposição 15 minutos.

O SR LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Hoje estou aqui para colaborar e esclarecer as vossas dúvidas, porque, ouvindo alguns trechos das denúncias, por pessoas que me antecederam, com certeza deixaram uma grande dúvida em relação a esse Plano Safra Legal. Eu gostaria, antes de fazer o meu relato, de mostrar aos Exmos. Srs. Deputados um breve documento do que é a AMMAPA, uma vez que nos últimos dias a AMMAPA tem sido bastante falada nesta Casa e os



senhores talvez não tenham um profundo conhecimento do que é a AMMAPA. A AMMAPA é Associação de Madeireiros do Município de Anapu e Pacajá, entidade representativa de 22 empresas, da qual sou o Presidente desde 29 de junho de 2003. Eu gostaria que a assessoria do plenário colocasse um breve documentário para que eu pudesse melhor estar explanando, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dando início às perguntas, inicialmente, na ausência do Relator, nosso...

Vai apresentar o vídeo? *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagem.)

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu acho que deu para entender um pouquinho. Embora tenha tomado um pouco do meu tempo, os senhores entenderam o que é a AMMAPA. No dia 1º de abril de 2004 foi feita uma reunião, na cidade de Altamira, no prédio da CEPLAC, com o INCRA, IBAMA, promovida pelo SIMBAX e AIMAT. Até então a AMMAPA não era nem optante do plano de Safra Legal, mas fomos convidados a participar. Foi contatado com as empresas... Ficou abordado naquela reunião... No documento que eu vou deixar aqui, Sr. Presidente, está a ajuda da memória dessa reunião, haja vista que em outros anos anteriores a 2004 — 2003, 2002 — o desmatamento já era autorizado em Altamira, só que de uma forma bastante irregular, não cumprindo as regras da Instrução Normativa nº 03, de 2002, que permite o desmatamento de 3 hectares, podendo-se aproveitar até 60 metros de madeira por cada ADM. Sendo que, nos anos anteriores — 2002 e 2003 —, todas as autorizações emitidas, elas continham — está aqui, os senhores podem ver —, elas vêm com 60 metros de madeira na ADM. E nessas ADMs que foram feitas no plano de Safra Legal foram contratados 10 motoqueiros para cada cidade, para fazer o levantamento dos agricultores, do potencial: qual é o agricultor que teria a área ainda com a reserva de 80% que poderia estar fazendo o desmatamento; quais seriam os colonos que estavam dentro de assentamento, porque aqueles colonos... Têm colonos que estão na área há mais de 20 anos, mas ainda não são assentados pelo INCRA. Então, aqueles colonos também não poderiam estar fazendo. Feito isso pelas empresas madeireiras, cada empresa entrou com mil reais, para cada empresa optante que iria comprar madeira daqueles agricultores. Foi feito todo um levantamento, que também está nesse documento que vou deixar aos senhores: qual o potencial madeireiro, se o colono ia fazer roça,



se ele tinha madeira no lote. Ele ia informando o que tinha no lote dele. Após esse inventário pré-inicial foi contratada a empresa HB Lima para preencher os documentos, fazer o croqui da área e tirar os pontos, as coordenadas de GPS, para estar informando ao IBAMA. Que, através de uma foto de satélite, o IBAMA poderia ali estar detectando quem era o lote, qual era a área de reserva dele, pelo SISPROF, que é o sistema que informa ao IBAMA o desmatamento na Amazônia. A prova disso aí é que, nessas autorizações que foram feitas no Plano de Safra de 2004, tem autorização aqui que está emitida 60 metros, tem autorização com 40 e tem autorização com nenhuma, porque o colono não tinha mais área de reserva, então ele não poderia tirar, ao contrário dos anos anteriores, em que todas elas seriam 60 metros. Aqui tem ADM que não tem nem 1 metro de madeira, o cara não poderia extrair. Eu vou ser meio rápido. Em relação àquele memorando interno que foi apresentado aqui pelo Dr. Bicelli, aquele memorando foi apresentado, se não me engano, no mês de janeiro para fevereiro. E as vistorias dos colonos, das roças, não sei se os senhores aqui sabem, aquelas roças são feitas no período de agosto, setembro, no máximo até outubro. Então, em qualquer colono que os senhores forem lá, no mês de janeiro ou no mês de fevereiro, ele não vai ter mais roça para derrubar. A roça já vai estar em cacau ou em pimenta ou em arroz, em que quer que seja. E outra coisa é que aquele memorando... Existem 2 memorandos. Os senhores podem procurar dentro do IBAMA de Altamira, existe um outro memorando pelas pessoas autorizadas, que é a doutora... Foram 2 engenheiros florestais, que foram credenciados para também estar fazendo aquele parecer. Existem 2 memorandos hoje dentro do IBAMA. Existe aquele que o Bicelli fala e existe um outro memorando apresentado pela Dra. Ana Júlia e pelo Andrei, ambos engenheiros florestais. Em relação à campanha, que tem falado muito aqui, se eu fui o tesoureiro e se eu participei, eu fui o tesoureiro da campanha do PT no Município de Anapu. Fui o tesoureiro, tenho a prestação de contas. Vai ficar para os senhores aqui o valor, o valor que foi gasto, o valor arrecadado, todas as informações. O Sr. Mário Rubens enfatiza que fui arrecadador de recursos na campanha da então Senadora Ana Júlia para a prefeitura de Belém. É uma grande mentira. A Senadora Ana Júlia eu vim conhecer já no mês de março deste ano, após a morte da irmã Dorothy, que ela estava até então nos intimando a depor naquela CPI envolvendo até com indício de nome de algumas madeiras. Então, eu nem conhecia a Senadora Ana Júlia. O Sr.



Mário Rubens diz também, no seu depoimento, que foi procurador de todos os colonos, que existe uma procuração em meu nome. A procuração verdadeira está aqui: é no nome... O outorgado é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de cada Município. Não só do Município de Anapu, mas do Município de Pacajá. Eu jamais fui procurador de algum colono. Eu represento a empresa. Nem a procuração da empresa... eu não respondo pela empresa. Informaram também os depoentes que, juntamente com o Sr. Marcílio, que eu negociava a liberação de projetos de manejo. Também não é verdade. Nós não temos hoje, eu não tenho nenhum, nunca liberei, nunca articulei, nunca negocieei, nunca sentei com o Sr. Marcílio. Apenas reuniões que tive com ele foram em prédios públicos, foi buscando a legalidade, não querendo fazer a coisa de uma forma ilegal. Porque nós temos lá projetos — 2 projetos em Anapu. Que eu estive até, a semana passada, aqui em Brasília, com o Dr. Marcos Barros, pedindo a liberação, que são boas. Projetos já no terceiro ano. Somente que o IBAMA está pedindo uma certidão, que lá não é área pretendida pelo PDS. E, até então, nem essa certidão nós não conseguimos. Então, eu não tenho contato nenhum, eu não tenho envolvimento nenhum que me leva a esse tipo de coisa. Eu gostaria de informar também aos senhores que o desmate no qual o Sr. Bicelli... Gostaria que os senhores pedissem, já que está havendo uma CPI, que virasse um capítulo anterior, que voltassem ao ano 2003 e 2002, que os senhores irão ver grandes desmatamentos autorizados pelo Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, nos Municípios de Anapu, principalmente. Eu tenho provas aqui. Tenho uma autorização de desmate feita em meu nome — está nesse documento aqui —, com o meu CPF, numa área de posse, que eu comprei assim que cheguei em Anapu. Ela não tem mato. É uma área na beira do rio. Eu comprei apenas para fazer um banho e, quando eu dei por fé, porque eu fui a primeira pessoa a fazer reflorestamento em Anapu — está lá a prova; eu tenho árvores com mais de 4 anos —, quando eu dei por fé, chegou essa autorização de desmatamento no meu nome. Lá nunca teve uma árvore, e não tem. Então, eu pediria aos senhores, Sr. Presidente, que dessem uma olhada. Nesse ano de 2004, foram pedidas 2.620 autorizações pela AMMAPA, somente autorizadas 740. Das 740, somente autorizadas 38 ATPFs: 32 para uma empresa e 6 ATPFs para outra empresa. As outras estão lá até hoje, não saíram, não conseguimos. Não tirei nenhuma. Pelo contrário: tenho uma grande dificuldade em tirar algum documento naquele escritório regional. Os funcionários que ali estão



não se desempenham, não procuram fazer o seu papel, o seu trabalho. Pelo contrário, existe uma grande marcação sobre a minha pessoa, porque eu represento 22 empresas, todas as empresas dos Municípios de Anapu e Pacajá, atualmente com 16 atuantes — algumas já fecharam, e fechando algumas mais —, e tenho um bom relacionamento com todas elas. E essas pessoas que vieram aqui denunciar, o Sr. Messias, insatisfeito — também tive oportunidade de ver uma parte do depoimento dele —, ele fala, enfatiza que... Não sei se algum de V.Exas. perguntou a ele por que o senhor teve o conhecimento desse adesivo. Falou: *“Não, porque eu vi lá, porque era a AMMAPA e porque era o Leivino”*. Então, tudo que ele disse a meu respeito é ruim. Isso não é verdade. Eu moro lá. A minha vida está a vossa disposição para investigar qualquer ato que seja. E, no entanto, eles falam isso pela insatisfação. Existe um documento ainda, no dia 16 de agosto de 2003, no qual nós fizemos um seminário sobre a sustentabilidade da indústria madeireira nos Municípios de Anapu, onde o documento diz que quem encaminhava as autorizações seria a AMMAPA. É devido o seguinte: existia, na época, uma entidade chamada APRUP, outra entidade chamada ASMERCO, outra entidade presidida pelo Sr. Manoel Messias, que aqui esteve, por nome AFANES. Eles iam aos colonos, pegavam — não só dos colonos, qualquer pessoa na rua —, pegavam identidade, CPF e forjavam ali daquela pessoa uma licença de desmatamento. Eu tenho outros documentos também lá na nossa cidade. Infelizmente, a pessoa não estava lá. O documento está guardado, mas tem documento que o cara nem colono é. O cara, inclusive, é o contador que faz a prestação, é o contador da maioria das nossas empresas lá. Ele tem um documento autorizando, assinado pelo Sr. Bicelli, numa área que nem sequer existe a área. E nós procuramos... Eu estou sendo perseguido, porque nós procuramos fazer a coisa da melhor forma possível: todas as reuniões em prédios públicos, com ata e assinada. Então existe essa perseguição por lado dessas pessoas. Forjava-se um viveiro, tiravam-se fotos, assinavam um TAC — eu tenho documentos também para mostrar —, onde se comprometia em estar fazendo ali um viveiro, ia nos colonos, fazia o desmatamento e saía vendendo aquela matéria-prima, já gerando crédito de matéria-prima. E o Sr. Bicelli acatava todos aqueles ali. A prova disso: nós temos empresas lá que compraram essa matéria-prima deles. E após 1 ou 2 anos o crédito é estornado. Por quê? Porque eles não plantam. A nossa indignação maior é porque eles iam lá em Anapu, onde



tem muita área de colono, forjavam aquela documentação e iam vender em Altamira, Medicilândia, em Uruará. Se os senhores quiserem verificar melhor, é o que eu disse aqui, é só virar a página para o ano 2002, 2003, no dia que antecedeu a saída do Dr. Bicelli ele assinou 26 mil metros cúbicos de madeira, lá no seu escritório. Pode voltar e verificar. Eu tenho os nomes das empresas que compraram esse crédito dele. Estou à disposição dos senhores. Me desculpem, me perdoem se ficou alguma pergunta. Eu estou à disposição, Sr. Presidente, para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. O senhor nem começou ainda, Sr. Leivino. As perguntas vão começar agora.

Com a palavra o nobre Deputado Dr. Rosinha, a quem solicitamos que faça as perguntas que foram preparadas pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim, Sr. Presidente, são as perguntas preparadas pelo Relator desta Comissão Parlamentar, e algumas das perguntas já foram pelo menos abordadas pelo Sr. Leivino. Mas, assim mesmo, como provavelmente o Sr. Relator vai querer esclarecimento maior, para seu raciocínio, eu farei novamente as perguntas.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Pois não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Desde quando o senhor ocupa a presidência da AMMAPA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Desde 29 de junho de 2003. Ela foi fundada em 2002 — eu fui um dos fundadores —, mas na época eu não pude assumir. Elegemos um outro presidente. Ele tirou 1 ano, não fez um bom trabalho, a turma se reuniu e me convidou a que eu assumisse. Eu disse que não poderia assumir, porque eu sou um pequeno empresário, tenho minhas atividades. Ficou acordado, então, que eu assumisse e as empresas iriam agregar o meu maquinário. Porque eu sou extrator de madeira. Sou madeireiro, classificado no nosso linguajar popular como extrator de madeira, a pessoa que extrai a madeira para uma certa empresa, e eu aluguei meu maquinário — ou seja, caminhões, tratores — para empresas da região.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Qual o nome da empresa do senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A minha empresa? Não, eu não tenho empresa. Eu estou falando para o senhor: sou autônomo, extrator de madeira.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Qual foi a real participação da AMMAPA nas últimas eleições no Estado do Pará, e, em especial, o papel desempenhado pelo senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A AMMAPA participou da seguinte forma: Anapu é uma cidade muito pequena, mas as eleições, melhor dizendo, a política, em Anapu, começou 2 anos antes. Eu, como presidente, fiz várias reuniões e convidei os filiados da AMMAPA a que a gente estivesse apoiando um só candidato, porque 99% das estradas no Município de Anapu e Pacajá somos nós que fazemos — as pontes, aeroportos... aeroportos não, uma pista de pouso que tem lá fomos nós que fizemos, escola, galpões, levar gente doente. Então, o setor madeireiro, no Município de Anapu, tem uma importância muito grande. Nós reunimos, ainda no dia 30 de janeiro de 2004, fizemos uma reunião com o então Prefeito, Sr. João Scarparo, e o Sr. Luiz dos Reis Carvalho, hoje, atual Prefeito. Fizemos lá uma reunião com um, uma hora; ele se retirou, voltou o outro. No dia 28 de fevereiro, fizemos outra reunião com mais 2 pré-candidatos — Dra. Meire, hoje Vice-Prefeita, e o Sr. João Batista, candidato derrotado, ficou em segundo lugar. Quando foi no dia 30 de maio, fizemos uma outra reunião, com o então Chiquinho e o Sr. Zequinha. No mesmo dia, decidimos apoiar o então candidato do PT, Sr. Francisco de Assis dos Santos Souza, não porque ele seria do PT, porque eu não sou do PT, não sou filiado ao PT — não tem nenhum madeireiro lá filiado ao PT. Pelo contrário, eu sou filiado ao PV. E decidimos apoiar pela sua conjuntura, pelo seu trabalho, pelo seu conhecimento. E não me arrependo. Apoiamos, e até hoje ainda temos algum trabalho juntos. Fui o tesoureiro da campanha. E nos propusemos, na época, a não só trabalhar, como bancar a campanha dele. Fizemos um propósito, uma estimativa inicial de gastar 300 mil reais. Gastamos 129 mil e alguma coisa — também está no meu documento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Bem, na reportagem da revista *Veja* do dia 15/6/ 2005, sob o título *PT deu a senha para desmatar*, diz que o senhor afirma que seu grupo gastou, na parceria com o PT, 2 milhões de reais, incluindo as doações à campanha dos candidatos e o custo dos procedimentos para documentar a madeira. V.Sa. confirma isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Como eu disse para o senhor anterior, na morte da Irmã Dorothy, teve todos os canais e meios de comunicação no



Município de Anapu, e, expressamente, na minha casa. Dormiram lá. Inclusive, várias autoridades políticas estiveram na minha casa, inclusive a CNN. E esse repórter da *Veja* esteve lá conosco e o meu genro disse pra ele — ele pedindo entrevista —, meu genro falou para ele: “*Olha, nós não vamos mais dar entrevista, a AMMAPA, porque todas as entrevistas que nós demos, elas saíram distorcidas. Só tem uma à prova disso. O senhor pode voltar no mês... do dia 12 de fevereiro até o dia 30 de março, todas as notícias são distorcidas*”. Apenas uma, que é a do jornal *O Estadão*, que colocou essa matéria aqui do viveiro, que foi lá e filmou. Os outros, nenhum, principalmente ele. Ele foi lá, nós demos entrevista pra ele. Após isso, ele me ligou, me ligou o Sr. Amarildo, dizendo que poderia ajudar. Eu disse: “*Mas de que forma?*” “*Não, eu posso ajudar*”. Também não entrei em detalhe. Após isso aí me ligou, então, esse rapaz da revista *Veja*, colocando palavras na minha boca que eu nunca falei para ele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece pessoalmente o Leonardo Coutinho?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele esteve na minha casa, mas se eu o vir hoje eu não sei se eu o conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tem aquele adesivo *Empresa oPTante do Plano Safra Legal*, que vem assinado pela AMMAPA e pela HB Lima Topografia e Engenharia Florestal. Quem idealizou esse adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Aquele adesivo foi idealizado pela AMMAPA e pela empresa na época. Nós estávamos no período de campanha. Eu sei que talvez até erramos por ter colocado aquela sigla ali, mas não só no adesivo como nos caminhões tinha um 13, em todos os caminhões, bem grande, e eles não se deram ao trabalho de ver. E, aquele adesivo, ele tinha nas casas, tinha nos escritórios, não só em caminhões. E aquilo ali não era um salvo-conduto, porque, até mesmo, lá em Anapu não tem nenhum posto de fiscalização do IBAMA. O posto mais perto fica a 140 quilômetros. Então não tinha necessidade nenhuma daquele adesivo. Foi uma inocência nossa, mas não caracterizava nada ao coisa. Aquilo ali era apenas também para chamar os outros companheiros para vir para a legalidade, para optar pelo Plano Safra Legal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem pensou naquele adesivo?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Aquele adesivo foi pensado pela AMMAPA e pela empresa HB Lima.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E quem fez?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele foi feito por uma empresa em Altamira, eu não me lembro o nome. Uma empresa que prestou serviço para nós durante toda a campanha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E quantos foram feitos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ah, eu também... Em torno de 100 adesivos. Por aí, não recordo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E quem permitiu o uso nos caminhões?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, todas as empresas parceiras nossas que optaram usavam aquele adesivo. Até empresas que não tinham nada iam lá, pegavam o adesivo e colocavam. Até hoje tem caminhões com aquele adesivo lá. O senhor pode ir lá hoje ver que tem. Eles falam que era um salvo-conduto. Na época, foram presos 2 caminhões de uma empresa com aquele adesivo. Ficaram presos lá no IBAMA, por 4 ou 5 dias, em plena época da campanha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Por que foram presos os caminhões?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É porque eles estavam transportando a madeira com uma ATPF que... A madeira era uma espécie e a ATPF estava em outra. O cara preencheu errado a ATPF, mas estava com a ATPF, tanto é que eles voltaram logo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nessa questão da confecção do adesivo o IBAMA teve algum papel?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Nenhum, nem o IBAMA e nenhum político. Nem o próprio candidato a Prefeito. Não tinha nenhum envolvimento nisso aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então qual foi a participação da AMMAPA nesse esquema?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ó, eu não diria... O senhor me perdoe, eu não diria que fosse um esquema. Isso aí foi apenas para convidar as outras pessoas, como eu lhe falei, a virem a participar do Plano e apoiar o nosso candidato.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Se a AMMAPA não teve nenhuma participação, como V.Sa. acabou de falar agora, por que permitiu que o nome da entidade constasse nele?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, o senhor me perdoe, a AMMAPA teve toda a participação. A AMMAPA e a HB Lima.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Antes, voltando um pouquinho, a revista *Veja* falou da parceria com o PT e 2 milhões de reais. O que o senhor tem a responder sobre isso que o senhor não respondeu antes?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Nós não... Não é verdade, eu não disse isso para ele. Nós gastamos na campanha 217 mil; portanto, 129 mil declarados. Os outros, a pessoa às vezes ia lá, gastava, ele dava um caminhão para ir numa viagem. Então, tudo aquilo era declarado. O que foi gasto em dinheiro, o que nós orçamos em dinheiro foi 129 mil reais. Eu nunca vi esse valor, 2 milhões. Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - V.Sa. tem conhecimento se chegou a ser liberada alguma ATPF para o transporte da madeira em toras no âmbito do Plano Safra Legal 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Veja bem, nós pedimos 2.620, apresentamos 2.620 pedidos de desmatamento. Nesses dois mil e seiscentos... (*inaudível*) 740. Dessas 740 ADMs liberadas, apenas 38 ATPFs foram liberadas, até ontem, que eu tinha saído de lá. Trinta e oito ATPFs. Trinta e duas para uma empresa e 6 para outra empresa. Cada ATPF sai para 15 metros cúbicos de madeira, que é o modelo lá. Sessenta metros, saem 4 ATPFs. Então, saíram 38.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E se não tinha ATPF como é que foi feito o transporte da madeira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não tinha só, não era só o Plano Safra, tem projetos de manejo. A HB tem projeto de manejo, a COPAM tinha 2 projetos de manejo. Não era só do Plano Safra.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E esse projeto de manejo não precisa de ATPF?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele precisa, mas ele... Eu estou dizendo para o senhor: esse número que eu estou dizendo é do Plano Safra Legal. Esse outro aí tem ATPF normal, foi explorado normalmente.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas o Plano Safra Legal, se não tinha ATPF, como é que saiu a madeira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, eu não estou dizendo para o senhor que saiu madeira do Plano Safra. A madeira do Plano Safra... Esses colonos que estão lá, eles... Tem colono lá que inclusive está brabo, porque não foi tirar a madeira dele. Essa madeira não foi tirada. A madeira está lá, os colonos... Não foi tirada essa madeira porque não tinha ATPF para transportar. Ela... Foi feita autorização, mas não foi feito o transporte.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Esses proprietários dos caminhões que fizeram esses transportes da madeira, a quem pertenciam esses caminhões?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Os caminhões são das empresas de lá mesmo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor tem idéia em quantos caminhões e máquinas foi afixado esse cartaz?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O mesmo adesivo era utilizado para retirar a madeira já serrada do Município do Estado do Pará?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, os adesivos não serviam como salvo-conduto. Ele não permite o transporte da madeira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor confirma ou desmente que teria participado de uma reunião em Anapu, em 2004, em que estavam presentes o Srs. Mário Rubens, Paulo Müller, Chiquinho do PT e Francisco Palmeira, em que foi dito que as licenças ambientais aos integrantes do Plano Safra Legal 2004 só seriam concedidas com a interveniência da AMMAPA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não foi uma reunião. Eu estava lá no posto, no escritório do posto, e foi então que chegou o Sr. Mário Rubens e o Paulo Müller, e mais outra pessoa que eu não conheço, dizendo que eu estava incentivando a invasão de sem-terra, de agricultores na área dele. Eu falei para ele — fiquei até nervoso com ele — que não era verdade, que eu nunca incentivei, não participo dessas coisas. Mas não houve reunião, foi só essa conversa. Aí, então, o Chiquinho vinha chegando e eu comentei com ele. Falei: “Ó, Chiquinho, estão dizendo que eu e você estamos incentivando a invasão de terras na área do Sr.



Paulo Müller e isso não é verdade". Foi só a conversa que eu tive com ele. Ele entrou no carro e foi embora. Não foi uma reunião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Terra do Paulo Müller?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Onde?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Segundo ele, no Município de Anapu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o Sr. Marcílio Monteiro estava nessa reunião?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A AMMAPA recebeu procurações de assentados para negociar a madeira proveniente das áreas autorizadas pelo Plano Safra Legal 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, senhor. A procuração é feita em nome do sindicato. O outorgado é o sindicato, que está aqui neste documento que eu vou deixar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Por que preço foram vendidas as várias espécies de madeira provenientes das áreas autorizadas do Plano Safra Legal 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Isso aí é um negócio que quem negociava diretamente é a empresa com o agricultor, a AMMAPA e o sindicato não têm participação, porque tem madeira que o colono está mais longe, tem que abrir estrada, está mais perto... Então, isso aí a AMMAPA não participa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O dinheiro da venda foi repassado aos assentados?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não posso responder, mas acredito que sim, porque ninguém foi lá reclamar que vendeu madeira e não recebeu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Bom, o senhor comentou, meio rápido, do Sr. Carlos Bicelli. Então, a pergunta que o nosso Relator deixou é: o senhor tomou conhecimento do relatório do Sr. Carlos Bicelli — Memorando Interno nº 02, de 2005 —, no qual ele afirma, com base em laudos de vistoria realizado em 10 áreas de assentamento, que inexistia matéria prima, ou seja, inexistia madeira autorizada em todas elas, que o desmate atingiu a área de reserva legal em 8 delas,



e que, em 9 delas, as informações não conferiam com a realidade no campo? O senhor tem conhecimento desse relatório?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Como eu disse antes, eu tenho conhecimento. No dia, ele esteve até lá, olhando o viveiro. Mas ele foi acompanhado por 2 engenheiros contratados pelo IBAMA na época, o engenheiro Andrei e a engenheira Ana Júlia. Até onde eu sei, eles, o engenheiro e a engenheira, foram autorizados a fazer aquele laudo, aquela vistoria nos lotes, e não o Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, que é apenas um analista ambiental. Ele não tem... Por isso, o senhor pode confirmar que lá no IBAMA existem 2 memorandos, existe o dele e existe o outro. Desses 10 que ele fala aí, somente 4 foram lançados no SISPROF, porque os outros estavam realmente ilegais, a engenheira detectou que estavam. Desses 4 que foram lançados, de apenas um, um só, foi emitida ATPF. Dos 4 lançados, uma emitida.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Em depoimento aqui na CPI, a Sra. Najja Maria Santos, Diretora do DITEC da agência do IBAMA em Belém, afirmou que a Associação de Madeireiros não pode representar os assentados junto ao IBAMA. Como o senhor explicaria os contratos particulares de compra e venda dos quais esta CPI tem cópia?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu garanto para o senhor, e provo, que não tem nenhum contrato de compra e venda de madeira em nome da AMMAPA. Se tem algum, é forjado. Todo contrato de compra e venda que tem, ele é feito no nome do agricultor e com a empresa. A AMMAPA não tem nada a ver com a compra e a venda. A AMMAPA é uma entidade representativa que articula... Aqui a cópia de um contrato. Busca a legalidade do setor. Ela não representa, ela não compra e nem vende nada para nenhuma empresa. Aqui está: modelo do contrato do colono com a empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O que o senhor tem a dizer acerca das denúncias que o apontam como um dos caixas do PT nas últimas eleições?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É como eu disse anterior, essas denúncias são apenas uma perseguição, porque eu, quando assumi a AMMAPA, fizemos esse seminário e viemos, ao longo dos dias, buscando trazer as empresas para dentro da legalidade e diminuir o que nós chamamos na região, se o senhor me permite, chamamos de picareta, que é aquele cara que vai lá no lote, pega o



documento do colono, forja essa ADM e sai vendendo para outras empresas, que é o caso do Sr. Messias e o caso do Sr. Bicelli, que acatava. O senhor pode ir lá e rever, nos anos de 2002 e 2003, que tem lá ele fazendo viveiro e vendendo esse documento. E a AMMAPA jamais sequer vendeu e nunca venderá um documento desses. Ela orienta. Contratou-se a empresa HB Lima para ela elaborar o processo, e o colono e a empresa negociam. A AMMAPA nunca vendeu nem comprou um metro de madeira, nenhum contrato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas, e a questão que diz que o senhor é um dos caixas do PT?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ah, é mentira. É o que eu falei anteriormente, somente trabalhamos na campanha do PT de Anapu, onde foram arrecadados, em dinheiro, 129 mil reais, declarados, e gastos 217, mas com óleo diesel, com um caminhão que foi ali, porque nós temos uma associação lá, onde tem sócio com 16%, o maior, e tem sócio com meio por cento. Então, todos os gastos foram divididos em porcentagem. Tanto é que tem um recibo aqui da Ditrento, que cita centavos, que foi mencionada, por isso. Aquele recibo, não foi arrecadado todo aquele valor. Aquilo foi durante toda a campanha, foi se gastando, gastando. Quando foi no dia 30, encerrou, eu emiti o recibo do valor que lhe pertencia. Ele entrou com caminhão, ele entrou com óleo diesel. Então, ele gastou, em dinheiro, 15 mil e alguma coisa, está aqui declarado, na prestação de contas, protocolada no cartório eleitoral do Pacajá. Só um minuto, me permita. Nem da campanha do padre, que era o Município mais próximo, eu não participei. Não participei da campanha da Leni. Em Altamira, nós éramos contra até o PT, não fizemos campanha para o PT. No Pacajá, que é o nosso Município, onde a AMMAPA abrange, eu fui apenas a um comício só, no dia da abertura. Não pedi voto para ele, não arrecadamos dinheiro, não colaboramos com a campanha. Se algum empresário colaborou, não é do meu conhecimento. Da Senadora, também, como eu disse anteriormente, eu nem conhecia, não conheço, não participei de forma alguma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O que o senhor tem a dizer acerca das informações que foram dadas aqui na CPI de que os lotes do Plano Safra Legal 2004 já haviam sido desmatados em anos anteriores?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Os lotes que já haviam sido desmatados foram indeferidos. É onde está aqui o pedido de 2.620, no entanto,



autorizadas 740. É devido a isso aí, porque todos eles estavam em assentamento, estavam legais. Foi indeferido por a área da reserva já estar ultrapassada, tanto é que aqui tem ADM com 60 metros, tem ADM com 40 e tem ADM aqui com nenhum metro. É porque o colono já havia ultrapassado. Foi lançado no SISPAD, tanto é que demorou o prazo que demorou, porque ele só liberava após ser lançado... No SISPROF, desculpe. É SISPROF, não é, Sílvio? Sistema de... Então, quando batia aquilo lá no sistema, a área da reserva estava ultrapassada. Então, ele não permitia a liberação de madeira naquela ADM.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, essas eram as perguntas que o Relator tinha deixado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, gostaria de já fazer as suas?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem. A primeira inscrita é a Deputada Thelma de Oliveira. Na seqüência, o Deputado Coronel Alves, o Deputado Zé Geraldo, a Deputada Perpétua Almeida, e voltamos ao Deputado Dr. Rosinha, novamente, fechando a rodada.

Com a palavra a Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Obrigada, Sr. Presidente. Eu só queria alguns esclarecimentos do Sr. Leivino.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Pois não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - O senhor disse que, no momento em que foi feita essa parceria, os empresários, cada um... Eu não entendi muito bem e gostaria que o senhor explicasse. Cada um que aderiu ao programa entrou com uma contribuição?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Veja bem, é porque ficou acordado nessa reunião que os sindicatos... A madeira estaria na mão de quem? Estaria na mão dos agricultores. Quem representa os agricultores? Seria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de cada Município. Então, ficou para o sindicato fazer aquele levantamento e apresentar, então, para as empresas que queriam comprar aquela madeira. Como o sindicato não tinha recurso na época, nós pegamos a empresa: *“Você quer participar do levantamento? Você tem intenção de comprar madeira de*



colono?" "Tenho." "Então, você vai pagar um motoqueiro para fazer o levantamento para ver se, na área em que você quer entrar, existe madeira e se enquadra..."

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - O que o senhor falou a respeito de mil reais?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É porque foram pagos, para cada motoqueiro, naquele levantamento, mil reais, que eram para o aluguel da moto dele, a alimentação, e o combustível.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Cada um deles...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É, cada um deles recebeu mil reais em um período de 30 dias para fazer aquele levantamento.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E com quanto cada madeireiro contribuiu para a campanha? O senhor tem esse levantamento?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu tenho um relatório aqui que tem a relação de cada empresa, com quanto que cada uma contribuiu. Se a senhora quiser pegar uma cópia aqui depois...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Essa parceria foi feita em que data, que aconteceu essa parceria?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Como assim, desculpe?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Que vocês fizeram essa reunião e decidiram aderir ao Plano Safra Legal.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - No dia 1º de abril de 2004.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Primeiro de abril de 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E não houve uma outra reunião?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Houve várias reuniões ajustando...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Quatro meses antes das eleições?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Houve várias reuniões adequando o Plano Safra à Instrução Normativa nº 3, de 2002, porque, até então, eles faziam lá de qualquer forma, e nós procuramos fazer a coisa dentro realmente da Instrução Normativa.



A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Eu sei, mas não houve uma reunião 4 meses antes das eleições?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim, houve várias reuniões, nós fizemos vários reuniões.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Nessa reunião, então, foi discutido que iria se produzir esse adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, esse adesivo, como eu já disse, ele foi uma iniciativa da AMMAPA e da HB Lima, com o consentimento das empresas. Ele não foi discutido em reunião: vamos fazer um adesivo. Isso não existiu.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Quando foi produzido o adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Para ser sincero com a senhora, eu não lembro a data. Mas foi no meio de...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Mas não foi o senhor quem autorizou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ah, foi, mas eu não...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E o senhor não lembra a data?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, a data eu não lembro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Nem mais ou menos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Foi por volta de agosto até outubro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Alguns meses antes da eleição?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Antes das eleições.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E aí os senhores produziram quantos adesivos? Cem adesivos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Por volta de 100 adesivos. Eu não sei...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Foram todos distribuídos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Também não sei dizer quantos distribuídos.



A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E o senhor não acha que o fato, por exemplo, de fazer uma distribuição de adesivos para mais ou menos uns cem caminhões que iriam estar circulando pela cidade, favorecendo determinado candidato, que, no caso, era ligado ao Governo Federal, o senhor não considera... O senhor disse que achou até que foi um ato inocente da parte da AMMAPA estar produzindo adesivo. O senhor não acha que isso é utilizar a máquina pública em favor de uma candidatura, uma vez que está envolvido ali um programa federal?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu diria que nós não utilizamos. Nós estávamos em uma campanha e fizemos aquele adesivo. Não foi utilizada máquina pública, porque ele não era... O Chiquinho não pertencia ao Governo...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Mas estava a marca do partido do candidato.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Estaria só a sigla lá, do PT.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Só a sigla. Mas o senhor falou que tinha o número 13 também.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Oi?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - O senhor falou que tinha o número 13 nos caminhões também.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, o número 13 tinha na porta dos caminhões.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Mas isso é campanha. O senhor, então, não considera que foi feita uma campanha aberta, em que se estava envolvendo também...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A campanha foi aberta. Em nenhum momento ela foi escondida, o adesivo. Em nenhum momento.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - ...a favor de um candidato e que, ao mesmo tempo, utilizava de um benefício, de um programa que era do Governo Federal? É isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A favor do candidato, sim; utilizando de um programa do Governo Federal, não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Mas o Plano Safra, afinal, não era...



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Nós estávamos convidando outras empresas a virem participar do Plano Safra Legal, não estávamos utilizando.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Convidando, mas direcionando para uma determinada campanha.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Para determinada campanha.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Isso o senhor admite que foi feito.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Eu queria saber também... O senhor acha, então... O senhor já disse aqui, quando o Deputado Rosinha fez as perguntas do nosso Relator, que essa matéria, a que foi publicada na *Veja*, o senhor considera uma matéria mentirosa?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu digo mentirosa porque eu não falei isso que ele disse aí, que eu arrecadei 2 milhões, que eu gastei 2 milhões, que eu denunciei, insatisfeito. Eu nunca dei esse tipo de entrevista para ele. Ele me ligou...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - O senhor não deu a entrevista para o repórter.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele me ligou colocando essas palavras na minha boca. Eu nunca dei entrevista para ele.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Então ele mentiu ao senhor.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Então o senhor acha que aquilo...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Acho não, eu tenho certeza que eu não dei entrevista para ele. Ele é um mentiroso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Então está bom.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, Deputado Coronel Alves.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer um pingue-pongue. "Sim" ou "não", até por causa do tempo. Mas, se V.Sa. desejar estender alguma resposta, fique à vontade também.



Primeira: as autorizações de desmatamento em 2002 e 2003, que eram emitidas pelo IBAMA, durante a gestão do Sr. Bicelli, atenderam aos mesmos critérios da Safra Legal 2004, quanto à participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais na coleta das informações de campo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O escritório regional do IBAMA — Altamira realizou reuniões nos anos de 2002 e 2003 com AMMAPA, INCRA, FETAGRI e outras entidades, buscando organizar o processo de liberação de autorizações de desmatamento?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - As autorizações de desmatamento emitidas em 2002 e 2003 eram emitidas somente em áreas de assentamento do INCRA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Também não. Em qualquer área que eles achavam lá. A prova disso é a minha. Está aqui. Lá não é nem um assentamento. E eu tenho autorização no meu nome, com o meu CPF, que eu nunca pedi.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Alguma empresa associada da AMMAPA é filiada ao SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor, como presidente da AMMAPA, tem alguma dificuldade junto ao IBAMA de Altamira, no que se refere ao atendimento dado pelos servidores que ali trabalham? Cada resposta, se positiva, quais as dificuldades?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Tenho. Tenho tido grandes dificuldades no atendimento. Às vezes a gente chega a ficar 2 dias lá. Você pede um documento hoje, protocola, quando é no outro dia: “*Não, passa à tarde*”. Você passa à tarde: “*Não, passa amanhã cedo*”. Quando você passa amanhã cedo, ele fala: “*O quê?*” Eu falo: “*Está aqui o protocolo que eu pedi?*” “*Não. Não protocolou não.*” Eu vou pedir uma ATPF lá, para as empresas. “*Não, você está com a sua prestação de contas atrasada.*” Eu falo: “*Não estou, está aí o protocolo.*” Eu ligo lá para o contador, ele passa um fax para lá. O funcionário diz: “*Não, eu não trabalho com fax, eu trabalho com original*”. Eu digo: “*Meu filho, olha o número do protocolo. Vai no*



número do protocolo, está lá". Ele não consegue passar todos os entraves que tem. Cada momento ele te mostra um. Na hora em que você vai superando, ele mostra outro. Superou aquele, ele mostra outro, até chegar uma hora de se perder a paciência, largar aquilo ali e ir embora. Tanto é que nós não conseguimos. Não conseguimos, e não consegue. Eu digo para os meus parceiros: "Eu sou companheiro e tudo o mais, mas nesse IBAMA que está aí, por mais que os caras quiseram fazer... quiseram a coisa andar, quiser fazer de uma forma legal, dificultando até o nosso lado, mesmo com toda a garra, mas eles não querem. Os funcionários que lá estão, funcionários de 30 anos, não trabalham mesmo. Eu desisto!" Já falei para a minha filha, que tem serraria: "Eu fico triste por você estar entrando nisso aí". Porque ela, até então, morava comigo em São Paulo. Fez Administração de Empresa. Eu fui para o Pará, larguei ela em São Paulo. Quando eu menos espero, está ela lá em casa com um madeireiro, também amigo meu. Eu digo: "Você fez uma grande burrada na vida". E não funciona. O IBAMA ali, se não trocar... Nada contra a pessoa deles, mas eles não querem e não procuram fazer. Eu não sei se é uma política, se é um birra contra as atitudes do Governo Federal. Não querem que a coisa funcione.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Na sua opinião, o Plano Safra Legal 2004, na forma como foi conduzido, fere interesses dos Srs. Manoel Messias, Carlos Bicelli e Mário Rubens?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza, porque eles faziam as ADM e vendiam. E para empresas não de Altamira. Podem ir lá verificar. Lá no IBAMA hoje tem caixa da AFANES, de todas as empresas que citei o nome, da APRUP, da ASMERCO e não tem nenhuma da AMMAPA. Não tem nenhuma, o senhor pode ir lá verificar. No dia que eu falei aqui que o Sr. Bicelli antecedeu a sua saída, ele ficou a sexta-feira, o dia todo, assinando ADM. Ele assinou para um cara, até então amigo meu, 26 mil metros, no dia que antecedeu a saída dele. Eu não tenho documento, mas se os senhores forem lá... Só se ele tiver queimado, a partir dessa denúncia que eu estou fazendo aqui. Até o último dia em que eu fui lá, estava lá.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor tem conhecimento de alguma associação de reprodução de mudas para reposição florestal na região de Altamira?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Tem várias lá. Essas todas aqui, elas diziam que reproduziam. Elas iam lá, faziam um TAC, tiravam foto de um viveiro, o Sr. Bicelli liberava, como liberou para empresas lá que compravam. Após um ano, o crédito estornava. Foi então que o IBAMA, quando começamos a falar do Safra Legal, falou: *“Para evitar que aconteça o que vem acontecendo com outras empresas, de estornar o crédito, vocês mesmos criam o vosso viveiro e fazem a sua reposição, para que vocês mesmo não caiam nessa armadilha de novo”*. Nós fizemos o viveiro, gastamos lá e até hoje não conseguimos tirar nada daquele viveiro. Estava falando para o Sr. Presidente: as mudas estão plantadas, nós temos lá hoje. Pode ir qualquer um ver. Estivemos a semana passada aqui com o Sr. Presidente, Dr. Marcos Hummel, e não liberamos nada, nada. Nem uma ATPF, nem uma reposição, nada que nos favoreça.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor conhece alguém que dirige essas empresas, o senhor conhece o nome de alguém dessas empresas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A APRUP é pelo Sr. Wanderley Vilaneves; a ASMERCO, por uma pessoa que nem na região mora mais; a AFANES, presidida pelo Sr. Manoel Messias e outras pessoas lá. Não seria ele o presidente. Ele, então, é a pessoa de frente que negociava.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor sabe quem do IBAMA assinou a liberação dos créditos de reposição para essas associações?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - O Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, que sempre liberou. E nós não conseguimos. Nem o Dr. Antônio Carlos Hummel conseguiu liberar a nossa e, no entanto, lá eles liberavam por Altamira mesmo, sendo somente um escritório regional. Nem o gerente ele é. Ele é apenas um chefe de escritório, e liberava. Ele mesmo fazia, ele vistoriava, ele liberava.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor tem conhecimento se os créditos de reposição de algumas destas associações foram estornados da parte das empresas que os compraram?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Tenho. Foi estornado de várias empresas, inclusive por empresas filiadas à AMMAPA, que comprou reposição e foi estornada. E o IBAMA foi lá na época, nos convidou, e fez um TAC com aquelas empresas, deu 2 anos para elas apresentarem uma nova reposição, sob pena de multa ou até de cancelamento do exercício da atividade.



O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Na sua opinião, nas autorizações de desmatamento emitidas pelo Sr. Carlos Bicelli em 2002 e 2003 continha algum tipo de irregularidade? Em caso positivo, quais o senhor contaria, na sua opinião?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Todas elas com 60 metros. Todas elas. E 90% com ipê...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Irregularidade? Só pode ser até 15 metros?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Irregularidade. Todas elas continuam, na autorização, 60 metros. E mais de 80% só ipê e jatobá; ipê, jatobá e cedro; ipê, jatobá e cedro. Em nenhuma o senhor vai pegar com 50 metros, ou 49. Todas têm 60 metros.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Ipê, jatobá e cedro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ipê, jatobá e cedro, cumaru. Só as essências mais nobres.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Na sua opinião, o Plano Safra Legal 2004 contribuiu para corrigir irregularidades no processo de liberação de desmatamento nos anos 2002 e 2003, na gestão do Sr. Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A nossa intenção foi ajustar o Plano Safra Legal, adequar a ele na Instrução Normativa nº 3. Mas, no entanto, contrariou várias entidades, que viviam fazendo e vendendo esse tipo de coisa, e a gente não permitiu. Foi, então, a insatisfação deles que veio a gerar essas denúncias, da forma que foi.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Então o Plano Safra Legal veio a ser um óbice para as irregularidades até então cometidas, em tese, pelo Sr. Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim, haja vista a dificuldade que nós tivemos para chegar aonde chegamos. E até hoje não conseguimos. Não só nós como a outra região todinha não conseguiu, até hoje, beneficiar-se do Plano Safra Legal, porque ele vem sendo cumprido... mais rigorosidade possível ao adequamento à instrução normativa.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - E a última pergunta: o senhor sabe informar se autorizações de desmatamento emitidas pelo Sr. Bicelli no Município de Anapu foram utilizadas para acobertar madeiras de empresa localizada no Município de Altamira?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza. A nossa indignação maior é porque, se eles fizessem aquilo ali e até cedessem para as empresas locais que geram emprego ali... Porque nós temos, no nosso Regimento Interno, no nosso Estatuto, nós incentivamos a empresa a não tirar tora do Município, ou seja, beneficiar o nosso Município, que é um Município pobre e precisa gerar emprego. E eles, a maioria deles, vinha vender essa matéria-prima no Município de Altamira, Medicilândia, até Uruará. Ou seja, de Anapu a Uruará... De Altamira a Anapu tem 140 quilômetros. De Anapu a Uruará tem mais 180 quilômetros, voltando. Ou seja, o senhor vai estar pegando a madeira, voltando ela 140 quilômetros, depois mais 180. E todos esses 26 mil metros que estou relatando aqui para V.Exa. foram vendidos para madeireiras no Município de Altamira. O senhor pode ir lá constatar, a não ser, como eu falei aqui hoje, que ele esteja queimado.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor mora há quanto tempo na região?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu moro desde o dia 10 de maio de 2001.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - O senhor chegou, então, a conhecer a nossa conhecida hoje, mundialmente — já falecida, infelizmente —, irmã Dorothy.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Era do seu convívio pessoal?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Cheguei em Anapu em 2001, onde existia um projeto de criação de PDS. Eu não conhecia, fui incentivado a ser contra o projeto de PDS. Fiz manifestações contra ela, tranquei Transamazônica, por 2 ou 3 vezes fomos a Belém. A partir do seminário que fizemos, no dia 16 de agosto de 2003, sentamos com ela, sentamos com os movimentos sociais e eles nos explicaram, então, o que era o projeto PDS: que é um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e tal; explicou que, até então, ali, a gente poderia estar tirando a madeira de uma forma legal, dentro do desmatamento, dentro de projeto de manejo comunitário. Foi então que passamos a concordar com aquilo ali e trabalhar lado a lado com ela, até mesmo nesse viveiro que foi feito. Ela era uma grande aliada, a gente trabalhava em parceria.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Na sua avaliação, ela era uma pessoa que provocava a desordem social, o desequilíbrio, provocava a insegurança



pública no local? Como é que o senhor tinha essa visão nesse campo? Ou ela queria ajudar?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Na minha concepção, não. Tive oportunidade de viajar com ela várias vezes. Vim aqui a Brasília, fui a Belém, em Marabá várias vezes. Era uma pessoa que... Ela poderia ter alguns interesses contrários, mas, até então, as pessoas da região... Não acredito que foram pessoas da região que vieram fazer aquilo ali, porque tem pessoas lá que foram prejudicadas por ela, mas conviviam com ela há mais de 20 anos. Então eu não acredito, em nenhum momento, que ela fosse uma pessoa que causava desordem.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Eu tenho aqui, Sr. Presidente, uma matéria veiculada na *Folha de S. Paulo* em 15 de fevereiro de 2005, que foi encaminhada para a *Folha de S. Paulo* através do Sr. Mário Rubens Rodrigues, acusando a irmã Dorothy de que ela promovia desordem, promovia a insegurança pública. E pela fala do nosso depoente, que conviveu e ainda está convivendo naquela área lá, é mais uma mentira que nós estamos verificando desse Sr. Mário Rubens Rodrigues.

Quanto às minhas perguntas, dou-me por satisfeito pelas respostas.

Agradeço a atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ao Leivino Ribeiro, primeiro queria dizer, Sr. Presidente, que, a partir de hoje, eu passo a ser membro também desta Comissão, como Suplente, por autorização do meu Líder. E já estou protocolando, nesta Casa, um requerimento para que sejam convocados — não é convidado, porque um já foi convidado e não veio —, para que sejam convocados os dois jornalistas da *Veja* que trabalharam nesta matéria. Porque eu penso que só um jornalista que tinha a intenção de atacar o meu partido, de atacar a mim e lideranças do meu partido, podia fazer uma matéria tão péssima como essa.

Essa matéria da *Veja* começa com o título: *PT deu a senha para o desmatamento*. É tudo ao contrário do que o nosso Governo, do que o PT vem fazendo na Amazônia. Nenhum partido, nenhum Governo agiu tanto, está agindo



tanto, combatendo a ilegalidade, combatendo o desmatamento, como esse Governo está fazendo.

Se esse jornalista conhecesse um pouco da região e conhecesse o trabalho do movimento social, a proposta de desenvolvimento econômico para aquela região, ele teria tido um pouco mais de sinceridade na matéria que ele escreveu.

Estou convocando os 2 jornalistas por quê? Porque um está em Belém, o outro está, talvez, em São Paulo. No entanto, os 2 fizeram a matéria e em nenhuma fita... E diz que tem umas duas gravadas. Eu já ouvi uma. Em nenhum depoimento das pessoas citadas o meu nome e o nome do Deputado Ailton Faleiros são citados como intermediário disso que ele chamou de esquema.

E posso afirmar aos senhores que nunca houve esquema, nunca houve uma discussão tão transparente, prova disso está aí o vídeo que foi apresentado. E quero parabenizar os depoentes que vieram para cá, para afirmar aquilo que é real. Nada de irreal. Quem veio mentir a essa Comissão até agora foram aqueles que todos eles mentiram aqui. E todos eles inventaram. Inclusive mentiram, inventaram o jornalista desta revista.

Olha bem o que eles escrevem aqui. Vou ler apenas um pedacinho: "(...) porque eles estavam, após a operação do Mato Grosso, que o nosso Governo coordenou, prendeu muita gente, a maior prisão que já teve no Brasil — foi aquele pessoal do Mato Grosso, e ele procurou misturar as coisas. "No Pará, um esquema envolvendo 3 candidatos a Prefeito nas eleições... Citou 3; nós tivemos vários, uns 15 na região toda, do oeste do Pará. Ele falou de 3 porque são 3 lideranças daquela região que há mais de 20 anos moram lá, sofrem lá, inclusive sofrendo pela paralisia do setor ilegal. São 300 serrarias que estão parando, são 10 mil desempregados, um problema sério, inclusive, para o nosso Governo, que só quer permitir se trabalhar com madeira daqui para a frente na legalidade, e está decretando inclusive uma moratória de queimadas naquela região para esses próximos 6 meses, que vai de agora até dezembro, porque na verdade não precisa queimar, porque todos aqueles que têm área aberta podem sobreviver por algum tempo sem precisar queimar. "No Pará, um esquema envolvia 3 candidatos a Prefeito, nas eleições municipais do ano passado, e 2 Deputadas, todos petistas, além de funcionários do IBAMA, INCRA, madeireiros e sindicalistas. Os 3 candidatos a Prefeito pelo PT — apurou a reportagem — teriam recebido pelos menos 300 mil reais de madeireiros



— não quero nem questionar se foi mais ou se foi menos, até porque aqui não tem bicho de 7 cabeças, se está declarado —, *às vésperas das eleições, em troca de autorização do IBAMA para derrubar...*”.

Isso aqui é crime, um jornalista escrever isto numa matéria, sendo que isso nunca existiu. Isso aqui é dizer que lá tem um desgoverno, que é todo mundo desonesto. E tudo aquilo que os depoentes disseram aqui hoje, através de vídeo, está mostrando que é o contrário do que está escrito aqui: em troca de autorização do IBAMA para derrubar madeira ilegal. São eles: Paulo Medeiros, que é o candidato a Prefeito de Uruará, que perdeu a eleição; Chiquinho, do PT de Anapu, que perdeu a eleição, ficou em terceiro lugar — lá tinham uns 4 candidatos; a Prefeita Leni Trevisan, que ganhou as eleições e derrubou o madeireiro grileiro, que era o Prefeito, grileiro de terra. A primeira vez que o IBAMA, o INCRA e a Polícia Federal foram em Medicilândia, prenderam eles dentro de um hotel e não deixaram sair.

Esse era o clima naquela região. E lá nesse Município também tinha o Safra Legal, mas não tinha adesivo. E quem serrava a madeira no Safra Legal era o Prefeito que perdeu a eleição.

Bom, aí, então, ele chega em nós, chega em mim. O esquema, segundo um representante do sindicato dos reflorestadores do Estado do Pará, que já falou aqui, era intermediado pelo Deputado Federal José Geraldo e pelo Deputado Airton Faleiros, ambos ligados ao IBAMA. Essa é a afirmação que nenhum depoente fez até agora, nem mesmo o Messias que veio aqui nessa mesa falou, tocou em meu nome, nem as duas fitas que estão aqui gravadas, uma eu já ouvi, de 27 minutos, em nenhum momento faz afirmação dessa natureza. Então eu posso concluir que eles, no afã... Porque a matéria era direcionada para atacar o PT, porque o clima no Congresso é de CPIs contra o PT, não é contra os Correios. É contra o PT, contra o Governo. E aí faz uma afirmação dessa natureza. Portanto, não tem uma afirmação até agora, nenhum depoente, nenhuma fita que faz uma afirmação. Isso, Sr. Presidente, não teve nenhuma repercussão. Essa matéria saiu exatamente num domingo. Num sábado tentaram me ligar. O Deputado Estadual Airton Faleiro foi ouvido. Ele ligou, conseguiu falar. Falou com o Deputado Estadual por 20 minutos e não saiu uma palavra daquilo que o Deputado Estadual Airton Faleiro falou aqui nessa matéria. Eu, quando consegui ligar à noite para São Paulo, era por volta de



21h45min. Informaram-me que a matéria já estava fechada. E no outro dia *O Liberal* estampa a matéria, inclusive com a minha foto, a foto do Deputado Airton — corrupção, em cima e falando dessa matéria. Bom, *O Liberal* fez a matéria a partir de uma revista nacional. Mas *O Liberal*, inclusive... Fui ouvido e falei tanto quanto aquilo que a revista tinha registrado. Então, estou apresentando aqui esses 2 requerimentos. E, se for preciso, vou requerer acareação do jornalista com aqueles que fizeram o depoimento, porque eu não admito que um cidadão faça uma matéria completando, articulando a matéria, exatamente para dar um nível de uma coisa tão ruim, tão péssima, como aconteceu aqui. E, na verdade, uma coisa bem intencionada. Na verdade, sempre tem erros em programas, nunca ele sai perfeito. E lá, infelizmente, a estrutura do INCRA no IBAMA não consegue deslanchar ainda. Tanto é que, em Santarém — estou falando aqui do meu Governo —, está com 90 dias, 3 meses, que não sai uma autorização em áreas de 100 hectares, em 90 dias, tanto é a rigidez na legalidade. Então, eu queria aqui dizer a V.Exa. que esse requerimento está na Mesa, parabenizar os depoentes que vieram aqui. Agora, o jornalista foi convidado para vir aqui e não veio, e esses cidadãos estão vindo lá da Transamazônica. V.Exa. não sabe o que é vir lá da Transamazônica até aqui para uma CPI. E dizer, inclusive, ao Ribeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Para encerrar, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Concluindo, Sr. Presidente, conheci o esforço dele de exatamente fazer com que aquele grupo pudesse se organizar. E lá nós tivemos então uma dura oposição a essa idéia. E exatamente aqueles que se opõem a essa idéia, aqueles que querem legalidade, foram aqueles que mataram a Dorothy. É preciso deixar isso bem claro aqui, porque tem lá um grupo que sempre quis a legalidade. E foi esse grupo que assassinou a Dorothy lá no Anapu, está certo? E foi contra isso que, na campanha eleitoral, também nós nos defrontamos. E lá não teve nada fechado. Inclusive, Ribeiro, quero agradecer o apoio de vocês para o meu partido lá, porque nós tínhamos a intenção de...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ...para apoiar o programa do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Queremos dizer que nos sentimos muito satisfeitos por tê-lo entre nós, já que S.Exa. foi



indicado pelo seu Líder para integrar esta CPI. Em deferência ao ingresso de V.Exa. nesta Comissão, demos 5 vezes o tempo regulamentar para a sua manifestação. Está certo?

Na seqüência, a Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Leivino, o senhor é Presidente da AMMAPA, não é isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Perfeitamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Associação dos Madeireiros dos Municípios de Anapu e Pacajá.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Qual a relação da sua entidade com o SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Nenhuma. Nós tivemos agora...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E qual a diferença de ação de um com o outro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Também não tem diferença nenhuma. Nós simplesmente estamos tendo agora, devido a dificuldade que o setor madeireiro vem passando, nós sempre temos reuniões. Tivemos uma quinta-feira agora lá em Belém, na FIEPA, que é a nossa entidade maior, depois vem a AIMEX, depois a UNIFLOR. E aí depois vem as associações dos sindicatos regionais, no qual o Sr. Mário Rubens foi expulso da reunião.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sim, o Mário Rubens é o Presidente do SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Presidente do SINDIFLORESTA. Eu não conheço nenhuma entidade, nenhuma empresa madeireira filiada ao vosso sindicato, para ser sincero.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Filiado a quem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Filiado ao sindicato dele, que é o SINDIFLORESTA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ao SINDIFLORESTA.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não conheço. Ele foi expulso lá pelo Presidente da UNIFLOR...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ele foi expulso por quê?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Por não participar das reuniões.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Por quê?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Porque ele não comunga, ele não... Nós não o conhecemos como entidade representativa do setor madeireiro.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E ele estava... E que reunião foi essa que o expulsaram?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Reunião quinta-feira, lá na FIEPA, com a UNIFLOR, a FIEPA, a AIMEX e entidades madeireiras de todo o Estado do Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E ele é empresário madeireiro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, vamos pedir, então, a relação de associados do SINDIFLORESTA, para a gente compreender um pouco essa confusão lá na região. A gente pedir a relação dos empresários ou madeireiros filiados ao SINDIFLORESTA. O que o senhor considera as principais divergências políticas, ou, no âmbito da relação de vocês, entre a sua associação e o SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não tenho nada contra o Mário Rubens. Acho que ele não tem nada...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Não, entre as entidades.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Exato, a AMMAPA contra o SINDIFLORESTA. Eu não tenho nada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Onde o senhor acha que vocês divergem mais, a associação e o sindicato?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, é o que eu estou falando para a senhora, ninguém no Estado do Pará reconhece o SINDIFLORESTA como entidade representativa do setor florestal. A questão do Sr. Mário Rubens aí, ele tem um problema particular com o Sr. Marcílio Monteiro, do IBAMA. Tem um projeto de manejo dele suspenso, porque eu não sei, não é do meu conhecimento, e ele vem brigando, chamando a gente: *“Não, vamos acampar com a gente, vamos detonar com esse Marcílio, não sei o quê”*. *“Não, Mário Rubens, eu não tenho motivo, não tenho por quê. Nós estamos fazendo a coisa dentro da legalidade e o que é certo é certo”*. Foram cancelados vários projetos nossos lá, e nós estamos buscando voltar



esse projeto a trabalhar mas dentro da legalidade. Em nenhum momento por caminho que não é legal.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - De quem o senhor considera que foram aprovados maior número de projetos? Do pessoal do SINDIFLORESTA ou do pessoal da AMMAPA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - O SINDIFLORESTA não participou desse Plano Safra Legal, não. Não é do meu conhecimento não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor acha que não ou o senhor tem certeza?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, eu não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mais uma informação para a gente pedir do IBAMA, lá no local: quais os sindicatos ou associações que mais aprovaram projetos para a gente poder tirar um pouco essa dúvida aí, Sr. Presidente.

Sr. Leivino, quais órgãos atuam lá no Estado nessa fiscalização da madeira, do reflorestamento ou do desmate? Tem um órgão, tem o IBAMA...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Que órgãos estaduais têm lá?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Tem o DEMA, que é o Departamento de Polícia, Departamento do Meio Ambiente, a Polícia Civil, que até essa semana está lá na...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Não entendi. Como é o nome do órgão estadual?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Departamento do Meio Ambiente, que é incorporado à Polícia Civil. Esta semana tem até uma operação deles lá. Eles vão ficar por um... talvez por um...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas é policial?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É policial, incorporado à Polícia Civil.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E não tem um órgão estadual para acompanhamento dos projetos? Só o IBAMA faz isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Do meu conhecimento, sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, toda relação onde vocês, tanto dos sindicatos como das associações, é com o IBAMA?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Na legalização da madeira sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Diretamente com o IBAMA.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Diretamente com o IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E as autorizações de desmate com quem é?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Diretamente com o IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Tudo com o IBAMA.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor está há quanto tempo lá em Anapu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - No dia 10 de maio de 2001.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Dois mil e um.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor virou presidente da associação quando?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Dia 29 de junho de 2003.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E quando chegou logo lá, maio de 2001, o senhor já entrou no ramo de empresas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu fui trabalhar... Como eu já vim de São Paulo com maquinário, eu comprei maquinário em São Paulo, eu tinha...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor fazia o que em São Paulo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu tinha depósito. Toda a vida... Eu tenho 46 anos. A minha vida toda foi trabalhar com madeira, desde a época dos meus avós. Eu trabalhei no Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Madeira lá em São Paulo como?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Já trabalhei no Pará, em Xingua, em Tucumã, em São Félix do Xingu.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Antes de 2001?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Depois retornei para São Paulo. Fiquei 12 anos em São Paulo como representante comercial, depois tive depósito de madeira em São Paulo. Devido à crise lá, em 2001, eu vim para Anapu extrair



madeira, beneficiar, serrar e mandar para o meu depósito em São Paulo. No projeto de manejo, cujo detentor é o Sr. Antônio Rocha, denominado o imóvel "Fazenda Deus é que Sabe", exploramos ele em 2002 e 2003.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O seu depósito de madeira em São Paulo recebia madeira de onde?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu recebia do Acre, de Rondônia, do Mato Grosso, do Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E essas madeiras eram legalizadas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Todas 100% legalizadas. Eu trabalhava mais no Estado de Rondônia, onde a legalização lá, nos anos de 99, já era intensa, tanto é que eu...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor morou em Rondônia também?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não senhora. Tanto é que eu vim para o Estado do Pará já na iminência de trabalhar legal, trazendo na idéia o reflorestamento. O primeiro reflorestamento em Anapu quem fez fui eu. A prova está lá. Tem madeiras já com 4 anos plantada, trouxe semente de São Paulo na época, o Dr. Hamilton Casara, então Presidente do IBAMA, mandou seu representante no Município de Anapu, levando uma sacolinha com 6 sementes de mogno, tirado aqui em Brasília, aonde eu não sei, pelo Dr. Sidney, incentivando os colonos a plantar mogno, Sr. Presidente. Quando ele chegou no hotel, Dr. Sidney, aí ele, com aquela sacolinha, com o jaleco do IBAMA, aí ele procurando para plantar mogno, se conhecia semente de mogno, foi oferecer para o rapaz lá do hotel, ele falou: "*Olha, tem um pessoal aqui lá de Anapu que já planta mogno*". Aí ele me procurou, a gente foi, conversou. Quando foi no dia, ele foi lá no outro dia, ele me convidou para ir lá ver, eu tinha viveiro lá, já com mudas com 3, 4 meses, grande, aí ele falou: "*Ah! Isso aqui que eu vim fazer aqui no Pará*". Então, ele deu aquela semente, nós distribuimos para os colonos, fizemos palestras, até o Dr. Hamilton Casara, então Presidente do IBAMA, ligou várias vezes na minha casa, era para estar presente, mas não foi possível. Na última hora, nós tivemos já... Eu já vim de São Paulo nessa iminência de trabalhar na legalidade, porque em São Paulo não chega... as empresa que compram, hoje, madeiras em São Paulo, elas querem saber da certificação, de



onde está vindo aquela madeira, até por orientação dos arquitetos, decoradores e tudo mais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. O senhor, então, chegou lá em maio de 2001 e está lá até hoje. Qual foi o maior período do Pará, 2001, 2002, 2003 ou 2004, que o senhor considera que saiu mais autorização de ATPFs?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Em 2002 e 2003. Em 2004 não foi. Com certeza não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Em 2002 e 2003.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A que o senhor atribui esse aumento em 2002 e 2003?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não sei dizer para a senhora precisamente os números, mas, com certeza, o escritório regional de Altamira, se for checar os números, está lá.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor acha que tem uma explicação para isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Olha, nos outros anos, anteriores a 2004, como eu disse a V.Exa., o desmatamento era feito de qualquer forma, e esse desmatamento dos 3 hectares, ele tem que ser cumprido, é uma regra da instrução normativa, e não era cumprido. Então, a partir de 2004, a gente optou para trabalhar dentro daquele modelo ali. Foi então que diminuiu o número de ATPFs, de autorizações.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E antes, o senhor comprava madeira desse desmatamento de qualquer forma?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não senhora, eu trabalhava nesse projeto de manejo sustentável, que eu citei o nome.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E a madeira que o senhor levava para São Paulo era do projeto?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não cheguei nem a levar madeira de Anapu para São Paulo. Eu cheguei em 2001. Como eu disse, no dia 20 de setembro de 2001, foi substituído... A ATPF, antigamente ela circulava. Uns anos atrás ela foi suspensa. No dia 20 de setembro de 2001 ela voltou em circulação. Então, isso dificultou o transporte da madeira e eu não... optei por fechar o depósito,



gostei da região de Anapu, já adquiri uma pequena área lá, construí casas, e pedi a minha esposa, convidei ela para ela vir conhecer Anapu. Meu filho veio, depois ela veio e gostou. E a gente está lá até hoje. A minha filha também veio, casou. Hoje moramos todos em Anapu, tenho residência lá, e pretendo, se Deus quiser... tenho 46 anos, como eu disse, fiz 18 mudanças durante meu casamento e pretendo não mais mudar de Anapu.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. Quando perguntei em que ano o senhor considerava que houve mais autorização, as ATPFs, o senhor já respondeu que pelo menos em 2004 não. Deve ter sido um ano onde teve menos autorização.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A que o senhor atribui isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - À dificuldade da adequação na instrução normativa, que as pessoas que faziam aquilo ali, qualquer pessoa fazia, qualquer associação de produtores rurais, criava-se um viveiro, tirava foto, fazia um TAC e pegava 10, 20 colonos, entrava lá, chegava no madeireiro: "Olha, tem semente de matéria-prima para vender?" Então pega, tem 30, tem 100, tem 200 e fazia aquilo ali. Essa empresas que eu citei aqui, essas entidades, todas elas exerciam essa prática, inclusive o Sr. Manoel Messias.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E quando o senhor acha que isso mudou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - De 2004 para cá foi quando foi tirado. Todas essa pessoas que faziam essa prática, o que ficou acordado foi que os próprios agricultores e a empresa se encarregassem e fizessem, não pessoas de terceiros. Outra coisa, se me permite Excelência, a senhora está com uma foto aí, eu gostaria de informar que essa foto não é na cidade de Anapu. Essa serraria não existe lá. Esse desmatamento também não é. Provo para a senhora e vou lá de avião. Pago até a despesa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, já que o senhor falou em serrarias, eu nem estava preocupada com a foto...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Essa foto... Não é só para os senhores...



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. Mas já que o senhor falou em serrarias, como é hoje a relação do órgão ambiental, lá do seu Estado, com relação às serrarias?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A relação é uma relação de trabalho, não é? As empresas que estão lá, nós somos, falei anteriormente, são compostas por 22 empresas; 16 atuantes. Nessas 16, a senhora pode checar, todas levam o nome do seu proprietário. Exemplo: HP, Hidelfonso e Paulo; Lunardi e Lunardi, Hélio Lunardi.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - São serrarias?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - São serrarias devidamente registradas, estabilizadas, com o nome do seu proprietário lá.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor acha que tem quantas que são ilegais, mais ou menos, que não estariam registradas. Tem umas cem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Em Anapu e Pacajá, diria para a senhora que não têm 5 empresas que não têm registros, na SECTAM e no IBAMA. Não digo que elas não têm projetos. Porque há empresas, Sr. Presidente, que elas não têm projetos. Mas não é porque ela não tem projeto que ela trabalha ilegal. Ela compra matéria-prima de um outro projeto, tá, para as empresas dela. Ela pode comprar. Não necessariamente toda a serraria tem que ter o seu projeto próprio.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. Sr. Leivino, a que o senhor atribui essa matéria da *Veja*? Ouvei numa pergunta anterior da Deputada, que o senhor negou muito e diz que essa matéria é inverídica. A que o senhor atribui essa matéria? Inclusive pelo que ouvi, o senhor também disse que sequer fez contato com o jornalista. O senhor nunca recebeu um recado, um telefonema, respondeu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu disse para V.Exa., Deputada, Thelma, que eu não dei entrevista para ele. Eu não tive contato. Que eu tive, sim, 2 contatos com ele: um contato na minha casa, ainda em fevereiro, na morte da irmã Dorothy, e outro contato que ele insistiu ligando-me por 2 ou 3 vezes, colocando essas palavras na minha boca. Eu disse, também, que... Eu acredito que ele colocou isso aí talvez até por não conhecer direito o que é o processo. Porque eu acho



incapaz um jornalista da competência desse senhor aí colocar tanta coisa, sendo que ele não tem o conhecimento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas então, pelo que o senhor disse, aí o senhor teve contatos com ele.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Três contatos, que eu disse. Eu tive um...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E o que vocês conversavam nesses contatos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, quando ele esteve lá... quando ele esteve lá...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ele é um jornalista. Não adianta pedir segredo, porque não tem segredo entre um jornalista e a pessoa que ele quer investigar.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Quando ele esteve lá, ainda em fevereiro, ele esteve investigando sobre a morte da irmã Dorothy. Depois do mês... acho que de abril para maio foi que ele veio com essas perguntas aí.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E que perguntas ele fazia para o senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele colocava, dizendo que tínhamos que denunciar o PT, porque nós ajudamos o PT. *“É, vocês gastaram quanto na campanha do PT? Quanto que a AMMAPA gastou?”* Disse: *“A AMMAPA não gastou nenhum centavo”*. *“É, mas as empresas colaboraram”*. Disse: *“Algumas empresas... até algumas empresas podem ter colaborado, não é do meu conhecimento”*. Eu sabia, eu conheço. Como V.Exa. disse aí, repórter quer vender a matéria. Então, eu me...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Não, não. Não falei isso.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - ...eu me neguei...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu disse que o repórter...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - ...não existe segredo entre o repórter e aquela figura que ele quer como fonte. Não tem segredo. A não ser que o senhor tenha dito o seguinte: olha, eu vou-lhe contar aqui e eu peço que o senhor não divulgue o meu nome. Isso aqui é em *off*. Faça a matéria, mas... Aí, se o



jornalista for um jornalista, como na maioria da vezes, ético, ele faz a matéria sem dizer o nome. Mas ele estava atrás de informação mesmo. Se o senhor não pediu nada disso, ele deve ter divulgado o que ele entendeu. Ou ele entendeu tudo errado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu... No meu entendimento, ele entendeu errado. Porque eu não dei essa entrevista para ele. Ele comentou, insinuando colocar palavras na minha boca que eu não disse.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E qual foi a sua reação depois que a matéria saiu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, no momento, como falei, eu senti até pelo... Fiquei sabendo por Belém, no domingo, ainda à noite, quando a matéria ia sair. Eu fiquei chateado porque até em momentos quisemos denunciá-lo, falar com ele. Mas eu preferi não...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor entrou na Justiça contra a matéria?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Nós ainda vamos entrar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas está com tanto tempo. O senhor acha que...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não. Vamos sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Não é tempo demais para ficar esperando?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Porque temos a... porque temos a...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Por ser uma matéria mentirosa, como o senhor afirma?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - ...como se fala, nós estamos passando por diversas dificuldades, a nossa entidade, e decidimos deixar as coisas, não é? Até mesmo porque V.Exas. que estão investigando, estão apurando e, com certeza, estou aqui para colaborar e a verdade vai ser esclarecida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, vai depender do resultado desta CPI se o senhor vai entrar na Justiça ou não?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não. Eu acredito que V.Exas., como pessoas competentes que são, vão esclarecer. E nós, também, vamos estar fazendo o nosso papel na hora exata. Porque eu não falo por mim, eu represento, como eu já



disse, as empresas, e nós fazemos tudo em reuniões, tudo decidido no grupo, num total todo.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, o senhor considera que vai aguardar um pouco mais as investigações e também quando melhorar a situação financeira da entidade, o senhor vai entrar na Justiça?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Também.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A sua entidade ou os sócios hoje estão com problemas financeiros?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Quem? Todo mundo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Todas as empresas. Não só do...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor considera isso desde quando?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Todas as empresas, não só do nosso Município, mas do Estado e do País. Devido o comércio, a queda do dólar, porque a madeira do Estado do Pará, ela é mais de 80% exportada e o dólar está nessa queda que está. Então, está muito difícil, as empresas exportadoras...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Essas dificuldades, o senhor considera que também que foi a partir de agora, quando reduziram as autorizações, as ATPFs?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, não é relativo... a situação financeira não se refere à ATPFs, não. É devido ao longo dos anos, o acúmulo. Tem empresas que fecham contrato no início da safra, como as grandes empresas que nós vendemos, que é a CIKEL, que é a Pampa, que é a Tradelink, que é a Nordisk, elas fecham contrato para um ano. Então, elas têm que agüentar aquele contrato, e elas, quando nos compram, elas compram baseada no dólar. Nós já chegamos... Madeira que a gente vendia por 1.200 reais, hoje, se quiser vender, e como não vende, não tem nem mercado, caiu mais de 30% o valor.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, só que o problema não eram as ATPFs, o senhor está considerando que o problema pode ser também a queda do dólar? Vocês estão com muita madeira estocada, então.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É uma pergunta que eu não posso responder. Eu não tenho conhecimento de volume por empresa.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E o senhor, tem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não tenho. Eu não tenho empresa madeireira. Eu só, atualmente, falei anteriormente, eu tenho maquinário. O meu maquinário está até parado, não está trabalhando.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas está parado por quê? O pessoal não está tendo as ATPFs?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu estou com dois anos que não exerço a minha atividade de extrator de madeira. Estou somente à frente da entidade.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. Então, só para encerrar, Sr. Presidente. Sr. Leivino, eu vi a matéria e fiquei muito preocupada com essa história de adesivo. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores está vivendo um momento muito difícil no País, e acabamos vivendo esse problema. E sou muito solidária ao Partido dos Trabalhadores, pela luta que eles têm. Mas também reconheço que nós temos que apurar, limpar toda a sujeira que possa ter sido colocada para debaixo do tapete, para a gente poder tocar nossos mandatos com seriedade e o Governo também. Agora, esse adesivo, o senhor há de convir comigo, ele é muito complicado. Ele depõe inclusive contra pessoas sérias. Como surgiu essa idéia desse adesivo? Quem que organizou isso? Quem pensou isso? E quem sabia da história do adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - O adesivo, como eu já disse para os senhores, ele foi criado na época da campanha. Ele não tinha a finalidade de transportar, de nada que não tivesse legal. Houve uma ingenuidade da nossa parte de colocar aquelas siglas naquele momento — isso aí, eu confesso que errei — mas ele foi idealizado pela minha pessoa, pela AMMAPA, e pelo Sr. Silvio, da HB Lima.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E quando vocês tomam uma decisão como essa, em nome da entidade, vocês consultam os sócios?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sempre consultamos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E os sócios concordaram, ninguém levantou uma preocupação?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, a gente até então não pensava que isso pudesse causar algum dano. Não foi feito com essa intenção.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Quanto tempo esse adesivo circulou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele circula até hoje. Alguns daqueles foram pregados nos caminhões na época, outros tiraram, lavaram, outros arrancaram. Então...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E circulavam de cidade para cidade?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É. Eles circulavam tranqüilamente. Não era colocado no pára-brisa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E ninguém nunca, um dirigente partidário ou de instituição, chegou para perguntar para vocês sobre isso ou alertar que isso podia ser muito complicado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Para mim, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Alguém no IBAMA tomou conhecimento desse adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não posso afirmar, porque a nossa cidade fica a 150 quilômetros de Altamira e o IBAMA, as vezes que vai lá, as vezes... não posso dizer se viu ou se não viu. Pode ser que tenha visto e pode ser também que não tenha visto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas o senhor nunca foi abordado por ninguém e alertado sobre isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não. Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Está certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, peço licença. Queria apenas que o depoente afirmasse, porque ele afirmou uma questão aqui que também é grave. Ele disse que nem a serraria e nem a foto do desmatamento que a revista coloca na matéria não são de lá. Eu queria só que ele confirmasse isso.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não é. Essa foto não é do Município de Anapu. As serrarias de Anapu, todas, Sr. Presidente, foram construídas de 2001 para cá. Em 2001, só tinha uma serraria; aí, de 2002 para cá, que vem. Essa foto, V.Exa. pode ver que ela tem mais de 10 anos. O senhor pode ver que o barracão dela está caindo. Essa foto não é do Município de Anapu, nem Pacajá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para as suas próprias perguntas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Todas as vezes que veio gente lá da região, Sr. Presidente, fiquei insistindo nessa questão do adesivo que, parece, na reunião de hoje, foi esclarecido. E por que eu fiquei insistindo? Porque eu sou do PT e acho que um adesivo em cima de um projeto legal do Governo, como ele foi feito, ele é incorreto. E, agora, está assumindo a culpa e assumindo o erro.

Eu quero fazer algumas perguntas para o senhor. O que está ocorrendo aqui é uma série de acusações de todos os lados. O senhor foi acusado por alguns, o senhor acusa outros. E o Sr. Marcílio, Gerente-Executivo do IBAMA, em Belém, acabou sendo acusado também por gente que esteve aqui, que era o Sr. Mário Rubens. O senhor conhece o atual Prefeito de Anapu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Luiz dos Reis?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Luiz do Reis Carvalho, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele foi... Eu estou perguntando, porque é o seguinte: eu tenho impressão de que muito do que está vindo aqui é do debate dos problemas de Anapu.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Hã.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Das disputas políticas de Anapu.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ou estou enganado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim, perfeitamente. Não, senhor. Está correta sua...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Sr. Mário Rubens trabalha com o Luiz dos Reis Carvalho?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o Sr. Yoaquim Petrola Jorge, da Fazenda Cospel, o senhor conhece?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E a empresa de vigilância Marca?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Também não. Conhece o Sr. Regivaldo Pereira Galvão, que é fazendeiro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu fiquei conhecendo. Eu vi uma vez.... duas vezes em Altamira, já agora no final do ano de 2004. Mas, até então, via falar por nome, mas não conhecia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essas pessoas que foram acusadas e estão por trás do assassinato da irmã Dorothy, nessa questão do Plano Safra, qual foi a posição deles?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Nenhuma, eles não participavam. Não conheço esse senhor, esse indivíduo que é acusado, nem o Tato, nem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não foram contra o Plano?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, não sei responder. Eu não conhecia eles. E eles são fazendeiros, não é? Uma área diferente do que a gente trabalha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Luiz dos Reis Carvalho, o Prefeito de Anapu, ele foi contra ou a favor do Plano Safra?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, ele... não teve manifestação nenhuma deles. Pelo menos eu não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos sindicatos ou associações de madeireiros do Pará que o senhor conhece?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu devo conhecer em torno de mais de 20.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mais de 20. Essas associações e esses sindicatos eles fazem reuniões, vocês fazem reuniões para discutir a questão política do desmatamento da madeira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim, quinta-feira mesmo nós fizemos uma em Belém, no prédio da FIEPA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - UNIFLOR, o que é UNIFLOR?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - UNIFLOR é União das Entidades Florestais do Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essas reuniões que vocês fizeram, que o senhor falou agora na semana passada, foram patrocinadas pela UNIFLOR?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não diria patrocinada, ela foi a convite da UNIFLOR, não é, que cada um foi com sua despesa. Lá, a gente fez a reunião, a reunião durou até 1 hora, cada um tomou seu caminho e...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, a UNIFLOR convidou as entidades?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Associações e sindicatos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Esses sindicatos representam mais do que um madeireiro, ou cada um deles, ou associações?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Todas elas tem como representatividade mais de dez.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mais de dez. A associação do senhor é filiada à UNIFLOR?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, não é filiada. A UNIFLOR tem um custo alto, portanto, porém, a gente, como dizia, vem passando por dificuldades, e a AMMAPA não teve condições de se afiliar. Mas somos parceiros, somos convidados para a reunião. Nós a convidamos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O SINDIFLORESTA estava nessa reunião da semana passada?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, esteve lá, mas foi recusado em participar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem recusou a participação deles?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A maioria do setor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu não conheço tanto a questão administrativa e como se compõe. O Sr. Carlos Bicelli, que cargo ele ocupava no IBAMA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Anterior?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele era o chefe do escritório regional e o analista ambiental.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele era chefe do escritório. Em que período ele foi chefe do escritório?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu conheci ele... Desde que eu cheguei em Altamira, em 2001, ele já estava lá. Não o conheço de quando ele começou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quando ele deixou de ser chefe?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Se não me engano, em 2003. Inclusive, o Sr. Carlos Renato Leal Bicelli foi a última pessoa de chefia dos escritórios do IBAMA a deixar o cargo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse que ele liberou 26 mil metros cúbicos de madeira. Em que dia ele liberou isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Às vésperas da saída dele. Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E para quem ele liberou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Para essas entidades aí: a AFANES, APLUB e outras mais que atuavam na região.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Como é o nome?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - AFANES, APLUB e ASMERCO.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - São associações?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Associações, é.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - De madeireiros?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, de produtores rurais, de agricultores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele é fazendeiro, o Sr. Carlos Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ele tem uma propriedade rural. Eu não sei dizer qual a categoria em que ele se enquadra, mas ele tem uma propriedade, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Propriedade já desmatada?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não conheço a propriedade dele, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse que tem uma autorização no seu nome, com CPF e tudo, e que nunca pediu essa autorização.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, ela é falsificada?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor suspeita por quem?



O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Na época, existiam várias entidades que faziam isso. Como eu tinha, eu disse antes aí, eu fui o primeiro a chegar lá e fazer o viveiro e tal, e reflorestar por minha conta própria, eles queriam usar daquelas árvores plantadas minhas para ter uma reposição florestal. Aí falaram: *“Olha, Ribeiro, nós vamos te dar essa autorização de desmate para você se legalizar, se quiser fazer algum financiamento junto ao Banco da Amazônia. Para você fazer o financiamento, você tem que ter essa autorização. Em troca disso, nós vamos usar as suas árvores plantadas como reposição florestal”*. Não era do meu conhecimento, e eu disse: *“Não tem problema nenhum”*. Porque aquilo lá eu fiz não para eu obter crédito, mas porque eu já vim na eminência de fazer, que é a teca, o mogno, o freijó e a muiracatiara, está plantado lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem tinha essa autorização no nome do senhor? Com quem estava?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não sei dizer para o senhor qual dessas entidades protocolou ela lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E como foi parar na mão do senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Na época, isso era comum. Foi quando eu comecei a conviver, participar de reuniões, de trabalhos. Ela veio parar nas minhas mãos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem deu a autorização? Foi o Sr. Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Ela é assinada pelo Sr. Bicelli.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A sua?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor tem conhecimento de quantas existem iguais a essas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Existem várias. Quantas eu não sei dizer precisamente, não. Só verificando no escritório regional de Altamira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Sr. Manoel Messias trabalha com quê?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Na época, ele fazia isso aí. Ele fazia prestação de contas para empresas e, juntamente com outras pessoas, que era o Presidente da AFANES, eles vendiam esses créditos para empresas de Altamira e região.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele tem alguma empresa?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - O Sr. Messias? Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor falou, meio rapidamente, de ADM, do Sr. Bicelli e do Sr. Messias, meio rapidamente. Não deu tempo de eu anotar. O senhor lembra o que o senhor chegou a dizer?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - ADM?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - ADM é esse documento, que é autorização de desmatamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas o Sr. Bicelli tinha autorização, ou ele dava?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, ele fornecia as autorizações; ele que assinava. Na época, ele era gerente de escritório, ele assinava.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ah, está. Eu já perguntei antes, na hora do Relator... O senhor disse que o Sr. Paulo Müller acusou o senhor de organizar a ocupação da terra dele. Ele tem área lá na região?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu não conheço a área dele, não. Mas eles falam que sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele acusava o senhor de organizar...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Na verdade, segundo ele... Depois eu conversei com ele, em outras ocasiões, e ele falou o seguinte: *"Ribeiro, eu não te acusei, eu disse que as pessoas lá falaram que era você e o Chiquinho que estavam mandando invadir a minha terra, mas não fui eu que mandei"*. Eu falei: *"Pois é, mas você fez uma colocação errada, porque você sabe que eu sou incapaz de fazer isso"*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, apenas uma complementação. Temos aqui uma ata de um seminário em Anapu, em agosto de 2003, do qual...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Dezesesseis de agosto. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está aqui sua assinatura. O senhor poderia nos explicar o que significa, na prática, a proposta nº 4, que diz: *"As autorizações para desmate devem ser processadas somente*



através da AMMAPA, e as declarações de posse, emitidas através do INCRA e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Anapu, para evitar a ilegalidade”.

Por favor, traduza para nós esse item 4.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim, Sr. Presidente, com toda certeza. Esse item é para evitar exatamente o que já foi relatado anteriormente, que entidades, como essas citadas aqui, pegavam documentos e faziam o TAC, porque iam fazer um viveiro, e saiam em seguida vendendo isso aqui para as indústrias madeireiras de outros Municípios, não vendiam para o Município de Anapu. Foi então que ficou acordado, não por mim, mas por todas as entidades aqui inscritas que essas ADMs deveriam ser encaminhadas pela AMMAPA e não por essas pessoas, porque lá qualquer pessoa que pegava duas, três, pegava um colono ou dois, ia ao IBAMA, protocolava e fazia um acordo, comprava a reposição em outro lugar e vendia aquele papel até por um valor altíssimo. Chegaram a vender por até 40 reais o metro cúbico, somente com essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não consigo entender o seguinte. O senhor nos disse — inclusive isso lhe foi perguntado mais de uma vez — que a AMMAPA não representava os assentados.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca teve uma procuração de um assentado, porque eles eram representados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor afirmou. Como essas autorizações para desmate serão processadas através da AMMAPA? E as de posse é que são emitidas pelo INCRA e pelos sindicatos dos trabalhadores. Tudo bem, o INCRA e os sindicatos dos trabalhadores emitem as declarações de posse para os assentados, mas se a AMMAPA não é a representante legal, não tem uma procuração dos assentados, como ela terá essa autorização para desmate processadas por intermédio da AMMAPA? Isso que não entendi.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Veja bem, Sr. Presidente, não é uma autorização. Essa ADM, para ela ser gerada é preciso 16... são 16 processos diferentes. Foi então que a AMMAPA, neste ano agora, contratou a HB Lima e



apresentou, não contratou, indicou a HB Lima para as empresas para que pudessem estar elaborando esse desmate. É o caso deste aqui. Não seria a AMMAPA a executora disso aí, ela iria indicar uma pessoa, como indicou a HB Lima. Ficou, com certeza, um pouco mal explicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esse texto está mal explicado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Difícil de o senhor nos explicar?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não é difícil, é como estou falando, quando foi feito isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Porque para mim está claro, não é uma redação dúbia, é clara: as autorizações para desmate, que são as ADMs, serão processadas somente através da AMMAPA. O que imagino? O assentado, que teria um custo para ir atrás, procuraria a AMMAPA para que ela cuidasse de tudo, a AMMAPA e não o sindicato deles. As autorizações para desmate serão processadas através da AMMAPA, é isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, elas não eram processadas, porque a AMMAPA até então nunca processou uma autorização dessa daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Não, nem agora nem nessa época aí. Nunca processou nenhuma autorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, o senhor ficou de nos deixar aqueles documentos, é isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - É, já encaminhei. Não, este aqui é o original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, o senhor já nos encaminhou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está bom, está ótimo. Na seqüência, o senhor nos disse que nunca houve um contrato de compra e venda de madeira firmado entre a AMMAPA e um assentado...não, nunca houve um contrato de madeira entre assentado e uma madeireira — claro, o



contrato é entre o assentado e a madeireira — em que a AMMAPA representou assentados. É isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca houve?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Em que a AMMAPA representa o assentado, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A AMMAPA podia representar madeiras?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - A madeireira. O assentado não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois é. Temos aqui um contrato, e a assinatura é idêntica à do senhor naquele outro contrato. Inclusive reconhecida em Cartório do 2º Ofício. Um contrato em que a AMMAPA, assinado aparentemente pelo senhor, representa um assentado chamado Raimundo Nonato Tomaz da Conceição, para vender exatamente os mesmos 60 metros cúbicos, que o senhor disse um número tanto suspeito, para a VP Indústria e Comércio de Madeiras. E aqui do lado ainda tem a procuração. O Raimundo passa uma procuração, aqui, reconhecida em cartório, para a AMMAPA, dá poderes para a AMMAPA representar o outorgante perante o IBAMA — olha que coisa! — para assinar contratos de compra e venda de madeiras, DVPFs, requerimentos, retirar DRs para pagamento de taxas, retirar ADMs. Enfim, poderá requerer o que for necessário, recebendo demais documentos e praticar quaisquer atos que se fizerem necessários. Isso em 13 de julho de 2003, logo depois de o senhor ter tomado posse, imagino. Aqui foi assinado em 28 de agosto de 2003. A procuração do outorgado, que é de 13 de julho, e o senhor assina isso aqui em cartório, reconhece em cartório em 02/09/2003. O senhor poderia falar alguma coisa sobre isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Isso aqui são exatamente os 60 metros, não é? Foi na época ainda de 2003. Eu relatei aqui em 2004, porque nessa época aqui ainda não tinha se adequado a isso aqui. Como o agricultor tinha um dificuldade em locomover, ainda não tínhamos contato com o sindicato, foi outorgado que fizesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sr. Leivino, vou ler novamente para o senhor o art. 342 do Código Penal: Fazer afirmação falsa



ou negar ou calar a verdade como testemunha a pena de reclusão é de 1 a 3 anos e multa. Eu sou obrigado a adverti-lo disso. O senhor afirmou que nunca, em momento nenhum, houve uma procuração de assentados. O que o senhor fala sobre isso? É tempo ainda de o senhor retificar suas declarações.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim, não era do meu, veja bem, Sr. Presidente, não me lembrava disso aqui. Eu me referi a essa safra 2004, isso aqui foi ainda em 2003, quando a coisa era um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está bom. Estou satisfeito, está justificado.

Segundo o documentário exibido, as legalizações dos lotes foram efetivadas em novembro de 2004. É isso mesmo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - No documentário, as legalizações dos lotes foram efetivadas em novembro de 2004.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É. As ADMs, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que quer dizer que em outubro de 2004, setembro de 2004, agosto de 2004 não havia ainda sido feita a legalização. Portanto, esses caminhões estavam circulando livremente sem que houvesse sido ainda feita a legalização. Posso afirmar que a exploração, corte e transporte estavam ocorrendo anteriormente à legalização?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Veja bem, Sr. Presidente, alguns poderiam estar extraído em projeto de manejo. Como falei, teve 4 projetos de manejo explorados lá. Agora, eu não respondo, não posso afirmar para o senhor se tinha alguma de lá, ou se não tinha. Não é do meu conhecimento a prática interna de cada empresa. Eu não sei dizer da onde vinha aquela madeira, isso eu não posso afirmar, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas não é isso. A pergunta é outra. Se a legalização ocorreu só em novembro de 2004 — foi apresentado no documentário, ficamos sabendo pelo documentário —, é sinal de que tudo isso que nós vimos, esse movimento... anda com o adesivo, que, na verdade, não quer dizer que é um salvo-conduto, ou é tudo isso. Mas o que importa é que, se a legalização só ocorreu em novembro de 2004, tudo aquilo que vimos



ocorrendo em setembro, agosto, julho de 2004 significava o transporte de uma madeira que ainda não tinha sido objeto de uma legalização.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Exatamente, é o que eu volto a repetir para o senhor. Eu não tenho conhecimento da prática de cada empresa, onde ela está trabalhando, se ela está trabalhando no manejo, ou se é no colono A ou B. Isso aí não é do meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Só para encerrar, eu queria que o senhor ouvisse... Nós recebemos formalmente, oficialmente, uma fita encaminhada pelo repórter Leonardo Monteiro, da *Veja*, é uma gravação de uma entrevista com o senhor. Nós queríamos que o senhor nos confirmasse se é a sua voz e se aquilo que está na fita corresponde à realidade.

(Degração de áudio.)

(Não identificado) - As ATPFs que nós tínhamos lá para poder liberar, não foram liberadas.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Mas para qual madeira?

(Não identificado) - É todo tipo, é jatobá, ...

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Não, mas para madeira cortada de qual safra? Safra passada?

(Não identificado) - Safra 2004. Nós estamos com as ATPFs lá para serem liberadas e até agora nada de liberarem.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Por que, hein?

(Não identificado) - Ah, eles cada hora alegam um motivo: é pessoal, não tem gente disponível, está lançando, aí o cara sai de férias. É um problema sério.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Mas aquela madeira que o senhor me contou lá, do Safra Legal, que vocês participaram, o senhor mostrou até aquele vídeo, ela já foi vendida?

(Não identificado) - Esse Plano aí. Esse Plano aí mesmo, essa safra 2004 que não emitiram ainda.



O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Vocês não puderam vender nada ainda?*

(Não identificado) - *Não, estamos parando, as empresas estão parando...*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Mas, então, vocês tiram o dinheiro e não estão podendo recuperar, é isso?*

(Não identificado) - *Não, não.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Você faz idéia de quanto o pessoal investiu aí no Safra Legal?*

(Não identificado) - *Foi investido um bocado de dinheiro. Só no viveiro gastamos em média de 600 mil, só no viveiro.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *No viveiro de mudas, não é, que tem que fazer reposição, não é isso?*

(Não identificado) - *É.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Vocês tiveram outro tipo de gasto?*

(Não identificado) - *É, a gente gastou na elaboração do documento, no levantamento, com engenheiro, com topógrafo, material de escritório, contratamos profissionais para elaborar isso aí ... mais um milhão de reais para essa documentação.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Mas levantamento de quê, dos assentamentos? E agora está com a madeira parada, então?:*

(Não identificado) - *E agora estamos com a madeira no pátio. O problema nosso é maior, porque se a gente não tivesse um incentivo para se trabalhar, a gente teria parado, teria diminuído o ritmo de trabalho, mas não, fomos incentivados a trabalhar, que após sairia o documento, no entanto, esse documento não saiu e veio uma fiscalização antes de o documento sair.*



O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Que é isso! O senhor faz idéia de quantos metros cúbicos foram cerrados dentro desse Programa Safra Legal que estão parados nas cerrarias?*

(Não identificado) - *Não, eles estão parando de cerrar, porque não tem como vender, não é?*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Ah, tá! E quanto cortou, quantos metros cúbicos de tora, o senhor sabe?*

(Não identificado) - *Não, não tenho idéia, não...*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Não tem essa idéia não, não é?*

(Não identificado) - *...para começar, as empresas lá fora também não estão nem querendo pegar madeira de Anapu, as empresas exportadoras. Há um incentivo lá para que elas não peguem madeira de Anapu.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *E os políticos locais aí não estão ajudando vocês?*

(Não identificado) - *Não. Os políticos locais sumiram, não aparece ninguém, nem Deputado, nem Prefeito. Os políticos aqui são do PT, são José Geraldo, o Airton, é esse pessoal.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Mas eles não estão dando apoio nenhum?*

(Não identificado) - *Não, não. Ninguém vê mais, sumiram.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Mas vocês tinham ajudado o Chiquinho, todo mundo, ou não?*

(Não identificado) - *Ajudamos, sim. Foi o que eu falei, seria a hora de o Chiquinho dar a resposta de tudo o que a gente fez por ele.*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *O que vocês fizeram por ele?*



(Não identificado) - Todo o apoio na campanha, né?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Ok. Que tipo de apoio?*

(Não identificado) - Ah! A gente apoiou toda a campanha, todo o processo, né? A gente aderiu ao processo, apoiou financeiramente. Enfim, nós apoiamos de corpo e alma a candidatura dele pra Prefeito, né?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Patrocinaram, assim dizendo, né?*

(Não identificado) - Patrocinamos também.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Quanto que vocês investiram na campanha dele?*

(Não identificado) - Ah, isso aí não tem número certo também não! É difícil de falar. (Pausa.) Você está em Altamira ou não?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Não, estou em Belém.*

(Não identificado) - Belém. Está fazendo alguma matéria aqui da região?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Eu estou querendo fazer isso. Porque é o seguinte: eu tive a informação de que — é isso que eu te falei — que vocês estão com a madeira toda parada no pátio e que não estão conseguindo comercializar; que prometeram mundos e fundos pra vocês, vocês entraram no negócio e agora ficaram na mão, entendeu?*

(Não identificado) - Hum hum.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Eu estava querendo entender o que aconteceu aí pra fazer essa reportagem, mostrar como, na verdade, esse rapaz...*

(Não identificado) - Seria melhor se você viesse aqui pra ver a realidade, fotografar alguma coisa,



documentar melhor, né? A gente poderia dar todo um apoio aqui. O negócio aqui é complicado, viu?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *É. Por exemplo, esse rapaz, em Medicilândia, que eu conversei, ele estava mais indignado por ter financiado todo o processo, ter gastado dinheiro com madeira e tudo, ter dado dinheiro pra campanha do pessoal...*

(Não identificado) - *Não, nós gastamos aqui mais de 2 milhões de reais. Sabe o que é 2 milhões de reais. E são empresas, tudo empresas pequenas, de pessoas... Você viu aqui. Não tem nenhuma empresa grande. (Ininteligível.)*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Mas 2 milhões de reais com que tipo de coisa?*

(Não identificado) - *É pra documentar essa madeira...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - *Nós vamos retornar esse trecho aí para o senhor ouvir bem, para não ficar nenhuma dúvida.*

(Não identificado) - *Você está em Altamira ou não?*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Não, estou em Belém.*

(Não identificado) - *Belém. Está fazendo alguma matéria aqui da região?*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Eu estou querendo fazer isso. Porque é o seguinte: eu tive a informação de que — é isso que eu te falei — que vocês estão com a madeira toda parada no pátio e que não estão conseguindo comercializar; que prometeram mundos e fundos pra vocês, vocês entraram no negócio e agora ficaram na mão, entendeu?*

(Não identificado) - *Hã, hã.*



O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Eu estava querendo entender o que aconteceu aí pra fazer essa reportagem, mostrar como, na verdade, esse rapaz...*

(Não identificado) - *Seria melhor se você viesse aqui pra ver a realidade, fotografar alguma coisa, documentar melhor, né? A gente poderia dar todo um apoio aqui. O negócio aqui é complicado, viu?*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *É. Por exemplo, esse rapaz, em Medicilândia, que eu conversei, ele estava mais indignado por ter financiado todo o processo, ter gastado dinheiro com madeira e tudo, ter dado dinheiro pra campanha do pessoal...*

(Não identificado) - *Não, nós gastamos aqui mais de 2 milhões de reais. Sabe o que é 2 milhões de reais. E são empresas, tudo empresas pequenas, de pessoas... Você viu aqui. Não tem nenhuma empresa grande. (Ininteligível.)*

O SR. LEONARDO MONTEIRO - *Mas 2 milhões de reais com que tipo de coisa?*

(Não identificado) - *É pra documentar essa madeira, né, com a campanha, com o Plano Safra Legal, com engenheiros, com topógrafos, com pessoal, material de escritório. E, no entanto, nada disso acontece. Nada se concretiza, se realiza, com o Governo. Esse Governo está assim. É só promessa, né?*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - *O que o senhor tem a dizer, Sr. Leivino? O senhor quer acrescentar mais alguma coisa?*

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - *Não, eu prefiro responder as vossas perguntas.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - *O senhor nos afirmou aqui, lá atrás, que o senhor não falou em 2 milhões e que ele que tinha colocado isso nos seus lábios, mas, no entanto, nós estamos vendo, pela gravação, que quem falou, por iniciativa própria, esse valor foi o senhor mesmo. E ainda, pelo*



que eu vejo da revista, a revista foi cuidadosa, não disse que foi só para campanha. Pelo texto que eu recebi, ela faz uma ressalva, que o protege. É o contrário. Ela disse que o senhor gastou na campanha e em regularização de madeira — na pergunta — , pelo que eu vi. Está aqui: na parceria com o PT, incluindo as doações às campanhas dos candidatos e o custo dos procedimentos para documentar a madeira. Dei uma grande brecha aí para o senhor.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas o senhor, em lugar de nos afirmar, digamos: olha, gastei 1 milhão e 900 nos procedimentos e 100 mil na campanha. Ou, digamos, 1 milhão, 819 na madeira e 190. Mas não, o senhor chegou aqui na CPI, mesmo tendo sido alertado, e disse: “Olha, eu não afirmei os 2 milhões”. Então, eu queria lhe dar esta chance de fazer uma retificação.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Sim. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu não tenho nada contra o senhor, mas esta CPI... a revista lhe deu uma grande chance aqui. O senhor vai ter grande dificuldade se quiser processar a revista por causa desses 2 milhões, se quiser entrar com uma ação.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu volto a afirmar a V.Exa. que, como eu disse, eu falei várias vezes, a gente às vezes falava. Eu não posso nem afirmar para o senhor, com certeza, que essa conversa foi nesse dia, tanto é que ele vai, pára e, em nenhum momento, eu falei que gastei o dinheiro só em viveiro. Eu afirmei ali, me perdoe, que foi no viveiro, no levantamento, com engenheiros, com topógrafos. E na campanha, eu não me abstenho que gastamos, não. Já foi falado, declarado e está naquele documentário. O senhor me perdoe, mas eu não me lembro, em nenhum momento, de ter falado para ele. A prova disso está ali. Ele é cortado, as fitas... Eu falei com vários repórteres, não só com ele. Falei com a *CNN*, com o *Jornal Nacional*, com a *Manchete*, com todas as entidades, canais, meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem. Era isso. Agradecemos a sua participação.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Eu é que agradeço, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, só mais uma pergunta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Gostariam de fazer mais alguma pergunta observação?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Leivino, o senhor reconhece que é o senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA - Esta voz é minha, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso é importante. Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse feita a transcrição das notas taquigráficas de todo o diálogo, de toda a gravação, não só dele, como dos anteriores e dos próximos. Para nós, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com certeza. Sua solicitação está deferida, independente de requerimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, convidamos o Sr. Paulo Müller para tomar assento à Mesa. Solicitamos que o Sr. Leivino nos aguarde um pouco mais na Secretaria da CPI.

Neste interregno, enquanto aguardamos o próximo depoente, podemos apreciar o Requerimento nº 111/05, do Deputado Dr. Rosinha, que requer ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso cópia da relação de contribuições de campanha, doadores e respectivos valores, de todos os candidatos a Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Prefeito da Capital e Governador nas eleições dos últimos 10 anos no Estado do Mato Grosso.

Tem a palavra o nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, só a justifica do requerimento basta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na seqüência, solicito ao Sr. Paulo Müller que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.



O SR. PAULO MÜLLER - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: *"Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha..."* Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Sr. Paulo Müller, antes de responder às perguntas, o senhor tem a prerrogativa, se assim desejar, de usar a palavra por até 20 minutos, para expor o que melhor entender.

O SR. PAULO MÜLLER - Boa-tarde, senhores. A única coisa que eu vim falar na CPI foi que eu tenho um projeto de manejo aprovado e fui preso e arrebitado pela turma que está hoje no IBAMA em Belém do Pará, que é o seu Marcílio. Juntamente com ele, já recorri a todo mundo. O meu maquinário foi preso há dois anos, jogado dentro do Exército brasileiro, quando todas as outras máquinas que foram presas na mesma ocasião foram liberadas. Por que foram liberadas? Porque um levou 25, outro levou 30, outro levou 40, outro levou 50. Aí o senhor vai perguntar para mim: tem prova? Prova de quê? O cara que deu, vai provar alguma coisa? Mas como é que liberaram as máquinas deles e as minhas, não? Por quê? Porque não sou do PT, nem tinha dinheiro para dar de propina para ninguém. Então, eu preferi brigar na Justiça. E estão aqui 2 mandados de segurança que ganhei na Justiça. Não foi por favor de ninguém, não. Agora, estou aqui para responder a qualquer pergunta. Se eu souber, vou responder. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Solicitamos, da mesma forma, que o Deputado Dr. Rosinha, por gentileza, proceda às perguntas que foram elaboradas pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, como o senhor me designou, farei todas as perguntas deixadas pelo nosso Relator, Deputado Sarney Filho.

O senhor participou das reuniões em que foram negociados os termos do Plano Safra Legal 2004?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Se o senhor não participou, a segunda está prejudicada. Mesmo não tendo participado das reuniões, o senhor conhece os assentamentos que fizeram parte do Plano Safra Legal?

O SR. PAULO MÜLLER - Não conheço os assentamentos, mas conheço, no meu travessão — travessão que a gente fala é na vicinal, onde eu tenho minha propriedade —, várias pessoas. Mais de 60 pessoas levaram seus documentos, seu CPF e seu RG, para conseguir fazer o que eles chamam de Safra Legal, com 60 metros cúbicos por cada documento. Agora, quando não saiu, foram lá e multaram todo o povo que estava em Anapu. Estão todos multados: 8 milhões de multa. Mas, na época da campanha, era para todo mundo tirar a madeira. Podiam tirar o que tinha nos caminhões. Quem tinha o selo, podia passar, que não ia ter problema nenhum. E o IBAMA não ia fiscalizar naquela época. Pode fazer a pergunta para o IBAMA, se ele foi alguma vez fazer a fiscalização nessa época lá. Agora, o meu projeto continuava preso e trancado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A Carta de Intenção, resultante do I Seminário sobre a Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu e Pacajá, foi assinada também pela missionária Dorothy Stang. O senhor sabe quais foram as manifestações da missionária no seminário?

O SR. PAULO MÜLLER - Não conheço nada sobre esse respeito. Conheço, porque nosso sindicato, o SINDIFLORESTA, do qual eu faço parte — do SINDIFLORESTA — como madeireiro, eu sei de tudo que acontece aqui nesta Casa, porque fui eu um dos principais que veio aqui, há 3 meses, denunciar aqui dentro isso aí, há mais de 4 meses.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o Sr. Cássio Henrique Giusti Cezare?

O SR. PAULO MÜLLER - Esse é o homem que lascou minha vida, que trabalha no IBAMA daqui, ele e o homem do brinquinho, que o pessoal não conhece; conhece ele por outro nome. Eu conheço por homem do brinquinho, que só prometeu sujeira no Pará e não fez nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem é esse homem do brinquinho e o nome dele?

O SR. PAULO MÜLLER - O Flávio Montiel. Ele esteve 5 vezes lá. Inclusive, eles fizeram lá... Nós trancamos o helicóptero do IBAMA lá, na cidade de



Medicilândia, jogamos 2 caminhões debaixo das hélices. Se não fosse o juiz de lá, eles não saíam de lá, o IBAMA. Isso faz 2 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso que o senhor...

O SR. PAULO MÜLLER - Isso que eu estou dizendo para o senhor. Aí, eles correram para Altamira. Nós trancamos Altamira também. Eu fazia parte do pessoal, não estava fazendo passeata, nem nada, porque eu estava com o meu rabo aqui, ó, com 300 mil contos de multa, multa infundada. Eu tinha um projeto. E o seu Cássio chegou lá e me meteu 300 contos de multa, com duas metralhadoras, com pessoal de 700 quilômetros longe do meu projeto, onde só poderia ir no meu projeto o pessoal da DITEC de Belém. E foram 700 quilômetros, levando gente daqui de Brasília. Depois, fui descobrir que nem do IBAMA não era; era um contratado pelo IBAMA. Eu conheço o Cássio, sim, e gostaria de ter o endereço dele, que eu quero entrar com uma ação para receber o último tostão que ele tiver, nem que isso demore 30 anos. Eu quero receber o salário dele, por ele não saber trabalhar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Cássio mora em Belém?

O SR. PAULO MÜLLER - Não sei. Estou querendo saber. Gostaria que a CPI me informasse que ele... Quando foi para me multar, eu sabia o endereço dele; agora, não sei mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Cássio ameaçava e pressionava as pessoas?

O SR. PAULO MÜLLER - Olha, ele foi na minha fazenda. Eu tenho uma área de terra de 2.500 hectares de terra, terra da União, terra que eu tenho direito. Há 20 anos que eu estou em cima dela. Fiz um projeto de manejo. E ele chegou lá e não reconheceu meu projeto, disse que não podia ter sido feito, que era falso. Aí eu falei para ele: "*Está aqui a AA(?)*". Ele falou: "*Essa aqui está vencida*". Eu falei: "*Cássio, mas vencida, por quê? Foi aprovada no dia 14/08/2002. Hoje, que dia nós estamos? Em 14/08/2003? É 1 ano*". "Não, isso aí está vencida faz um ano e meio, para mim, porque está errada aí a data". Eu falei: "*Você que viu o erro. Porque eu não vi o erro; eu sei que vale por um ano*". E ele chegou lá com 2 soldados, requisitou a Polícia Federal — amigo meu, depois que eu fiquei sabendo, que chamou que eu era bandido —, e levou 3 homens da Polícia Federal, 4 homens do Exército e o pessoal de Conceição do Araguaia e de Marabá para fazer essa coisa toda. Naquela época, ele levou mais de 200 mil reais daquela região. Mais de 200 mil reais eles levaram.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Levou como?

O SR. PAULO MÜLER - Levou em propina.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem pagou a propina?

O SR. PAULO MÜLER - Todo mundo deu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem pagou?

O SR. PAULO MÜLER - Uai, quem foi preso e quem conseguiu liberar as máquinas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E que ano era isso?

O SR. PAULO MÜLER - Era 2002, 2003. Setembro de 2003; 22 de setembro de 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Aqui o senhor está numa CPI. O senhor está fazendo acusações sérias.

O SR. PAULO MÜLER - Não estou fazendo acusação, estou dizendo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Calma, deixa eu terminar. O senhor está fazendo acusações sérias...

O SR. PAULO MÜLER - Estou contando o que me aconteceu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Deixa eu terminar. O senhor está fazendo acusações sérias de que o Sr. Cássio levou propina, levou mais de 200 mil reais. Eu perguntei o nome (*ininteligível*). O senhor disse: "Levou, levou". Eu acho que este tipo de acusação é importante que se dê nomes, porque, sem o nome, nós não vamos investigar. Ou então, se vai investigar e provar que não levou, como é que o senhor vai fazer? Então, é importante que tenha absoluta certeza, porque o senhor fez um juramento.

O SR. PAULO MÜLER - Eu fiz o seguinte... Eu falei para o senhor que não é eu que vou provar. Quem tem que provar são os senhores. Eu provei que o meu maquinário foi preso e ficou preso, porque eu não dei dinheiro. O outro maquinário foi preso, que não tinha projeto...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O outro de quem era? Qual é o nome do outro, cujo maquinário foi preso?

O SR. PAULO MÜLER - A outra máquina que foi presa é um trator Massey Ferguson, da Frupasa, tirado de debaixo da garagem. Estava parado fazia 3 meses.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O que é Frupasa?

O SR. PAULO MÜLER - Frupasa é uma empresa que tem lá uma fazenda.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, o maquinário da Frupasa foi preso?

O SR. PAULO MÜLER - Foi preso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Foi preso?

O SR. PAULO MÜLER - Foi.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Na mesma época daquele do senhor?

O SR. PAULO MÜLER - Junto comigo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Junto com o do senhor. E o dele foi solto, foi liberado?

O SR. PAULO MÜLER - Depois de 6 meses. Não sei por que, como é que foi preso. Agora, foi preso no mesmo dia um caminhão Mercedes e um trator de esteira D-6.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Do senhor?

O SR. PAULO MÜLER - Não. O meu foi preso também, claro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - De quem?

O SR. PAULO MÜLER - De um outro senhor que eu não estou lembrando o nome agora, mas eu acho o nome dele, já, já. O Sr. Leivino deve conhecer, o Sr. Leivino, que depôs agora há pouco. Ele estava com um trator de esteira e um caminhão. Foi para o Anapu, choque no Anapu. Sumiu o caminhão e sumiu o trator.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Em que ano isso?

O SR. PAULO MÜLER - Em 2003. Setembro de 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele foi preso...

O SR. PAULO MÜLER - Juntamente com o maquinário, porque a irmã Dorothy...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Esse maquinário foi preso a mando do Cássio?

O SR. PAULO MÜLER - A mando do Cássio, não. O Cássio que fez a apreensão. Ele e 3 policiais rodoviários federais de Altamira, 2 soldados da Polícia Militar e...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E desapareceu esse caminhão?

O SR. PAULO MÜLER - Uai, o que ele fez?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Desapareceu, não está em pátio, não está em lugar nenhum?



O SR. PAULO MÜLER - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E nem com o dono?

O SR. PAULO MÜLER - Eu não vi. Eu vi os meus que ficaram presos dois anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas os do senhor estão presos até agora?

O SR. PAULO MÜLER - Não. Já liberei na Justiça Federal. Está aqui o mandado de segurança.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Em função disso aí, o senhor entende que houve ilegalidade? Houve ilegalidade, o senhor entende, na apreensão desses veículos?

O SR. PAULO MÜLER - Eu não sabia se tinha ilegalidade, porque, na época, eu não entendia de projeto de manejo. Hoje eu juro para o senhor que tinha ilegalidade, e não deixo mais nenhum fiscal do IBAMA, pode ser de Brasília, pode ser de Carazinho, no Rio Grande do Sul, entrar na minha terra sem um mandado, ou então só a pessoa da DITEC. Só ela pode ir lá dentro. Se eu tenho um projeto, se eu faço um projeto...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O que é DITEC?

O SR. PAULO MÜLER - DITEC é a que tem a responsabilidade fiscal, que é a Engenharia que é responsável pelo projeto. Só eles podem ir lá dentro. Não pode vir um cara aqui de Brasília e chegar lá e fazer o que fez comigo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, na época, o senhor fez essa denúncia junto aos órgãos superiores do IBAMA contra o Cássio?

O SR. PAULO MÜLER - Eu fiz carta para o Lula, eu fiz carta para a Ministra Marina Silva, fiz carta... Quando eu falo “eu fiz”, o SINDIFLORESTA fez a meu pedido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E lá no IBAMA da região?

O SR. PAULO MÜLER - A mesma coisa. Só me enrolaram 2 anos. Até hoje, com 2 mandados ganhados, estão me enrolando de novo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor fez algum processo administrativo para liberar esse maquinário?

O SR. PAULO MÜLER - Fiz.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Lá no IBAMA?



O SR. PAULO MÜLER - Fiz. Depois de 1 ano e 3 meses resolveram. Como resolveram? Não resolveram nada. Eu tive que entrar com um outro mandado — no qual tenho aqui também —, para pedir a prisão do gerente, senão não me entregavam.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - De qual gerente?

O SR. PAULO MÜLER - Do IBAMA?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Qual o nome dele?

O SR. PAULO MÜLER - Marcílio Monteiro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essa região que o senhor trabalha pertence a Belém, pertence à gerência de Belém?

O SR. PAULO MÜLLER - Pertence à gerência de Belém, ao GEREX de Belém. É nº 55, nº 55; 45 é o número do Anapu. E o Anapu só pertence a Belém, não pertence a Santarém. Agora, eu, como proprietário do projeto, eu posso pedir que ele seja aprovado em Santarém, por eu morar em Santarém ou por ser mais perto de Santarém. A lei diz isso: que eu posso pedir. Mas a região do Anapu pertence a Belém. E está bem escrito em todos os detalhes. Se o senhor quiser olhar dentro do próprio IBAMA, a região 45. Anapu pertence a Belém.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Qual foi a participação do SINDIFLORESTA no Plano Safra Legal de 2004?

O SR. PAULO MÜLLER - Participação do SINDIFLORESTA?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu acho que tem engano aí. O SINDIFLORESTA foi o denunciante, foi o denunciante do Safra Legal. Porque nós sabíamos que estava tudo errado aquilo ali. Queriam só botar nos coitados dos imbecis que não entendem nada lá do Pará. Tem muita gente lá que são uns coitados. Pegaram identidade e CPF para fazer o quê? Para fazer a Safra Legal? Nem madeira não tinha! Eu falei: *“Isso dá cadeia, gente!”* *“Não, mas nós vamos ficar com as nossas terras regularizadas.”* *“Vocês vão é para a cadeia.”* E é isso que vai acontecer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O SINDIFLORESTA não participou de nenhuma reunião do Plano Safra Legal 2004?

O SR. PAULO MÜLLER - Deputado, que eu saiba, não. Porque eu moro em Cuiabá, tenho terra lá em Altamira, moro em Cuiabá, sou representante de máquinas agrícolas.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Como é que o senhor soube que estava tudo ilegal no Plano Safra Legal?

O SR. PAULO MÜLLER - Porque várias vezes eu fui a Altamira e fui na fazenda. E dentro chegava a documentação de todo mundo. Todo mundo tem lá. Hoje mesmo eu trouxe aqui para essa CPI, eu trouxe uma fita de uma reunião que foi feita lá no Anapu, fui eu que trouxe a fita. Ninguém precisa pensar que eu não quero dizer que fui eu que trouxe. Foi eu que... Me mandaram ontem. Tem outra documentação que veio aí, que deve estar aí. Não sei se foi passada para o Deputado. Esse documento foi me mandado ontem de lá. Eu não preciso saber das coisas estando lá, posso receber por documento também. O que eu vim aqui fazer foi falar sobre mim. Não quero saber sobre o Safra Legal. Eu quero saber sobre o meu projeto. O que me fizeram...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É que há uma série de perguntas feitas...

O SR. PAULO MÜLLER - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - ...pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PAULO MÜLLER - Respondo, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E eu estou fazendo as perguntas que ele deixou.

O SR. PAULO MÜLLER - Pois não, me desculpa. Eu respondo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor soube se a AMMAPA representou os assentados para a venda de madeira oriunda do Plano Safra Legal?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não posso falar nada sobre o Safra Legal, a não ser por documentos que eu já li, do próprio sindicato. O SINDIFLORESTA tem documentação que o pessoal do Anapu manda de todo lugar. Falei agora há pouco. Eu estava conversando lá em cima com o Ribeiro, que não é meu inimigo. Não tenho nada contra ele, não tenho nada contra ninguém. Não me ofenderam nunca. Agora, se eles estavam em concubinato com eles ou não, o SINDIFLORESTA levantou que o buraco ia ser grande. Pararam. Agora, não estou dizendo que Fulano ou Beltrano ia ganhar dinheiro com isso. Resolvam eles para lá. Eu quero saber do meu negócio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Plano Safra Legal foi executado por qual gerência?



O SR. PAULO MÜLLER - O Plano Safra Legal?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É. Qual gerência?

O SR. PAULO MÜLLER - Acho que a gerência é do Marcílio. Não tem outro gerente no Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor acha?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu tenho certeza que o Safra Legal... Porque o...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor é amigo ou inimigo do Marcílio?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não sou amigo nem inimigo. Mas tudo quem manda no Pará, qualquer pessoa sabe que é o Marcílio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas tem 3 gerências.

O SR. PAULO MÜLLER - Não, senhor. Ele...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Têm 3 gerências, Sr. Paulo Müller.

O SR. PAULO MÜLLER - Bom, o senhor está teimando comigo. Eu vou... Qual é a resposta que eu...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Têm 3 gerentes.

O SR. PAULO MÜLLER - Têm 3 gerentes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor sabe disso?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu sei disso, sim. Um chama-se Pedro Maia...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E não há hierarquia de uma para outra, o senhor sabe disso.

O SR. PAULO MÜLLER - O que acontece é o seguinte: quem dá as cartas finais é o Marcílio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E por que o senhor afirma isso?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu afirmo porque eu tenho certeza. Eu já estou lá há dois anos e meio brigando. O senhor acha que eu não sei? O senhor é capaz de não saber, mas eu sei, eu estou todo dia lá dentro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o senhor Paulo Maia, que tem a mesma hierarquia que o Sr. Marcílio, não manda nada?

O SR. PAULO MÜLLER - Ele não manda nada. Ele é mandado pelo Marcílio, porque meu projeto eles ficaram empurrando de Belém para Santarém durante um ano e meio. De o Sr. Paulo Maia falar nos meus olhos, como eu estou falando com o senhor agora: *"Amanhã, às 3h da tarde, eu vou te receber em Santarém"*. Eu pegar



avião, ir para Santarém e, quando chegar 3h, depois de 15 dias, ele me receber e dizer para mim assim: *“Não. Você entra num supermercado, faz as compras e quer levar a mercadoria embora”*. Eu levantei da mesa e briguei com ele. Falei: *“Está me chamando de ladrão, pô! Um cara que entra no mercado, faz as compras e vai embora é ladrão. Você não manda nada, Maia, você é um zero à esquerda”*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o Sr. Paulo de Tarso?

O SR. PAULO MÜLLER - Paulo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - ...de Tarso.

O SR. PAULO MÜLLER - Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não conhece?

O SR. PAULO MÜLLER - Pelo menos não estou lembrando se conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele representaria os interesses do setor madeireiro de Paragominas.

O SR. PAULO MÜLLER - Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não conhece. O senhor conhece os Srs. Adalberto Raimundo e Francisco de Assis?

O SR. PAULO MÜLLER - Conheço. São funcionários do IBAMA, lotados em Altamira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor já recebeu algum tipo de pressão por parte deles para liberação de ATPFs?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, nunca. Se eu recebi... Inclusive o Assis, se eu não me engano, o Assis esteve junto com o Cássio e o Maia na segunda investida. Porque quando o Cássio foi na fazenda, ele foi lá e prendeu o maquinário, prendeu a madeira, 5 dias depois, aproveitou que eu estava em Belém... Porque já para me prender o meu projeto, já estavam enrolando em Belém. Porque a Najja já estava esperando só a confirmação do outro me prender, para dizer para mim: *“Ah, o senhor foi preso pela fiscalização”*. Para trancar meu projeto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece a Sra. Maria Joana Rocha Pessoa?

O SR. PAULO MÜLLER - Repita, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Maria Joana Rocha Pessoa.

O SR. PAULO MÜLLER - Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não conhece?



O SR. PAULO MÜLLER - Acho que não. Às vezes, conheço só se for por apelido ou por uma outra coisa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o Sr. Tremonte?

O SR. PAULO MÜLLER - Ouvi falar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ouviu falar?

O SR. PAULO MÜLLER - Ouvi falar lá do... Porque eu moro em Cuiabá, Mato Grosso, e ele é do Novo Progresso. Não é isso?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O que o senhor ouviu falar dele?

O SR. PAULO MÜLLER - Ah, eu ouvi falar que ele é um sindicalista lá. É o cara que está ajudando o povo lá, porque também estão tudo na confusão. Ninguém sabe nada. Não tem documento. No Pará, não tem documento. Não tinha nada. Não resolve nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Sr. Tremonte tem algum relacionamento com o Sr. Marcílio Monteiro?

O SR. PAULO MÜLLER - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sobre o SINDIFLORESTA, o senhor... Sobre o Plano Safra, o senhor disse que não sabe nada. *(Pausa.)*

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não estou acusando o Marcílio Monteiro de nada. Eu estou acusando que ele enrolou a minha vida. Agora, o resto é coisa que ele está fazendo lá, que eu estou sabendo que ele está fazendo. Agora, dizem que mandar no Pará, quem manda é ele. O senhor sabe disso, o senhor, como Deputado, deve saber. Porque ele é super... Ele não é chefe da DITEC, chefe da gerência, ele é superintendente da GEREX 1 e de todas as outras do Pará. Que eu sei, tem 4: Santarém, Altamira, Marabá, que eu sei...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor estava na reunião em Anapu, em 2004?

O SR. PAULO MÜLLER - Não estava. Eu nunca estive em nenhuma reunião no Anapu. Nunca estive em nenhuma reunião no Anapu.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PAULO MÜLLER - Sim, o SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, essas eram as perguntas que tinha deixado pelo Relator. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só algumas perguntas aqui para o Sr. Paulo. É Müller?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Müller, não é?

O SR. PAULO MÜLLER - Tomamos café bastante vezes lá no Hotel Requite, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Isso. O senhor mora no Mato Grosso.

O SR. PAULO MÜLLER - Moro em Cuiabá.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Cuiabá. E o senhor tem alguma área de terra titulada no Estado do Pará?

O SR. PAULO MÜLLER - Não. Eu tenho terra de posse.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - De posse, não é? Em quais Municípios?

O SR. PAULO MÜLLER - No Anapu.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só no Anapu?

O SR. PAULO MÜLLER - No Anapu.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor só tem terra no Anapu?

O SR. PAULO MÜLLER - Só no Anapu, só no Anapu.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Qual o tamanho da posse?

O SR. PAULO MÜLLER - Dois mil e quinhentos hectares.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Uma área de 2.500?

O SR. PAULO MÜLLER - Que ocupo há 20 anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ah...

O SR. PAULO MÜLLER - Tenho pé de mangueira com 18 anos, para comprovar para qualquer pessoa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor tinha plano de manejo, tentou fazer plano de manejo?

O SR. PAULO MÜLLER - Tentou, não, fiz um plano de manejo...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Que foi suspenso?

O SR. PAULO MÜLLER - ... aprovei o plano de manejo e, na hora que o plano está aprovado, entrou o PT. Vamos falar bem claro...



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Foi suspenso?

O SR. PAULO MÜLER - Foi suspenso, não, paralisou, esperando uma nova certidão do INCRA, na qual eu já tinha entregue uma certidão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Certo.

O SR. PAULO MÜLER - Entreguei outra certidão. Foi aí que começou minha luta. Quando foi para me entregarem a autorização, a Najja pediu assim: *"Pára um pouquinho que eu vou ligar lá, vou lhe dar, Sr. Paulo, agora"*.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Deixa eu te fazer algumas perguntas. Esse plano de manejo foi suspenso em que ano?

O SR. PAULO MÜLER - Não foi suspenso em época nenhuma. Nem hoje eu sei se ele foi suspenso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ele nunca esteve em atividade?

O SR. PAULO MÜLER - Sempre esteve em atividade.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. Deixa eu entender. O senhor tinha um plano de manejo nessa área...

O SR. PAULO MÜLER - Aprovei em 2004, em 2002.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ...que não era documentado. Como o senhor conseguiu documentar um plano de manejo se ele não tem título?

O SR. PAULO MÜLER - Mas, eu... Deputado, se o senhor me provar que 78%, 90% dos planos de manejo aprovados no Pará tiverem documento, eu lhe dou tudo de presente e saiu de lá amanhã, sem nada.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Então, o senhor acha que o IBAMA errou em cancelar um plano de manejo que foi feito ilegalmente?

O SR. PAULO MÜLER - Mas o IBAMA não cancelou o plano de manejo. Quem disse para o senhor que ele cancelou?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Em que pé está o plano de manejo?

O SR. PAULO MÜLER - O plano de manejo está o seguinte: ninguém resolve nada. Como o IBAMA faz. O IBAMA não, não...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas o plano de manejo havia sido aprovado?

O SR. PAULO MÜLER - Claro que havia sido aprovado, senão não estava tirando madeira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Então, ele foi suspenso?



O SR. PAULO MÜLER - Não. Porque...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas...

O SR. PAULO MÜLER - ...não me entregaram a ATPFs. Simplesmente, estão me enrolando. Agora, ninguém, com ordem da Justiça Federal, eles estão me entregando, porque estão de greve.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor ainda não recebeu do IBAMA nenhuma notificação de que o seu plano de manejo está suspenso?

O SR. PAULO MÜLER - Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não recebeu?

O SR. PAULO MÜLER - Não recebi.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está certo.

O SR. PAULO MÜLER - Não recebi. E eu estou com autorização tirada no dia 13, sobre mandado de segurança...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Em que ano o senhor aprovou esse plano de manejo?

O SR. PAULO MÜLER - 2002.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Em 2002. Aí, o..

O SR. PAULO MÜLER - Agosto de 2002.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Então, em 2003 o senhor tirou a madeira?

O SR. PAULO MÜLER - Comecei a tirar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Em 2004, tirou madeira?

O SR. PAULO MÜLER - Não. Estou parado desde aquela época.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Então, só tirou em 2003.

O SR. PAULO MÜLER - Em 2003. Estou parado. Estou com tudo parado até hoje.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Quanto por cento da área está ainda em floresta?

O SR. PAULO MÜLER - Só tirei 450 hectares até agora.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Quatrocentos e cinquenta?

O SR. PAULO MÜLER - É.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A quantos quilômetros da Rodovia Transamazônica fica sua área?



O SR. PAULO MÜLER - Vinte e um quilômetros.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Vinte e um quilômetros. Está certo. O senhor não tem outras áreas?

O SR. PAULO MÜLER - Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Já respondeu. Tudo bem. Qual a sua relação com o Prefeito de Anapu? O senhor o conhece há tempo?

O SR. PAULO MÜLER - O Prefeito Reis?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É.

O SR. PAULO MÜLER - Conheço ele há uns... digamos, uns 10 anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Hã, hã.

O SR. PAULO MÜLER - Mas não tenho afinidade com ele. É oi, oi, e acabou. Não sou de festinha com ele nem de cervejada.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E com o Sr. Yoaquim Petrola, dono da Fazenda Cospel?

O SR. PAULO MÜLER - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Gleba Manduacari.

O SR. PAULO MÜLER - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não conhece. O gerente, Sr. Benedito, da empresa Vigilância Marca?

O SR. PAULO MÜLER - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não conhece?

O SR. PAULO MÜLER - Não conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O Sr. Luiz Ungaratti, o senhor o conhece?

O SR. PAULO MÜLER - Olha, eu posso conhecer como eu conheço o senhor, Deputado, lá do hotel. Quem sabe...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só viu.

O SR. PAULO MÜLER - É. mas não tenho intimidade, nunca. Não estou lembrando assim quem é a pessoa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está certo. Então, o senhor ainda não recebeu a notificação de que seu plano de manejo não está legal?

O SR. PAULO MÜLER - Não, eu não estou nem aguardando...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Nenhum IBAMA te fez isso?



O SR. PAULO MÜLER - Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Nem de Altamira nem de Santarém?

O SR. PAULO MÜLER - Não. E eu não estou aguardando, porque eu entrei com mandado... mandei entrar com mandado de segurança, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Contra o IBAMA?

O SR. PAULO MÜLER - Contra o IBAMA.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está certo.

O SR. PAULO MÜLER - Eu quero receber inclusive todos meus prejuízos, não é, Deputado, porque o... Aí é que está, o IBAMA, o pessoal do Marcílio...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor sabe que se está trabalhando aqui em Brasília um termo de ajuste de conduta para se voltar a trabalhar a madeira em alguns planos de manejo que foram paralisados, entre o IBAMA, o INCRA e o Ministério Público Federal? O senhor está sabendo dessa movimentação?

O SR. PAULO MÜLER - Estou. Deputado, quando o senhor... Um dia eu encontrei com o senhor lá em... no Trairão. O senhor estava fazendo um comício. Encontrei com o senhor e com o Deputado Aírton Faleiro...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Hã, hã.

O SR. PAULO MÜLER - Na hora do almoço, o senhor lembra que eu cheguei e falei com o Aírton Faleiro: *"Estão fazendo isso comigo, isso comigo e isso comigo"*. Lembra? Depois, encontrei com o senhor em Altamira, num café da manhã. O senhor e sua esposa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Hã, hã.

O SR. PAULO MÜLER - Falei: *"Ó, estão fazendo isso comigo, isso comigo e isso comigo"*. O senhor lembra ou não?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. Não estou lembrado.

O SR. PAULO MÜLER - Pois é. Eu sei que...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Estou lembrado que te vi...

O SR. PAULO MÜLER - Várias vezes, eu conversei com o senhor. Só que o senhor é um homem muito ocupado, não deu tempo para ver o meu negócio. Só que... aí é que eu digo, quando... Não é que eu tenha nada contra o senhor. Inclusive, esse dia foi feita uma reclamação, que a *Veja* soltou uma reportagem, que o nosso sindicato que soltou aquela reportagem, mas não daquela maneira, foi uma maneira diferente. Ninguém falou contra o senhor, ninguém falou contra o Faleiro.



Não foi falado contra o Faleiro. Acho que o Mário Rubens deu na íntegra para o senhor, e deu para o Mário Rubens que não tinha sido falado do senhor, nem do Faleiro. Então, são coisas que mudam no caminho. Agora, o senhor sabia que eu estava preso, que o meu maquinário estava preso. A honra do PT era dizer que o maquinário do Paulo Müller estava preso no quartel, no 16-B. Se o senhor não sabia disso, me desculpa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. Veja bem, eu não sei quando o IBAMA apreende máquina, de quem é, onde prende. Até porque o meu trabalho não é esse. O IBAMA faz as suas operações, prende, multa. Mas eu não sei quem é nenhum madeireiro, hoje eu não posso te afirmar o nome de um madeireiro que foi multado ou que tem máquina presa. Eu não sei, porque não é esse o meu trabalho. O meu trabalho é exatamente fazer o debate aqui na Câmara, como estou fazendo. E o Governo está agora, nesses 2 meses, trabalhando para ver a possibilidade, inclusive, de colocar alguns planos de manejo que foram paralisados, desde que o Ministério Público Federal assine o termo de ajuste. Porque as terras não têm documento, tanto lá quanto na Cuiabá—Santarém. São áreas de 2.500, 3.000 hectares. Algumas, ali no Anapu, até já tiveram, no passado, títulos que o INCRA deu, que, depois, pediu o cancelamento. Esse é o motivo de o INCRA estar revendo as áreas. Por isso que estou dizendo para o senhor que o Governo está buscando as alternativas legais. Tanto é que aprovamos nesta Casa a Lei de Gestão Florestal. Pela primeira vez, em 500 anos de história, está na Câmara dos Deputados uma lei de gestão florestal. E, provavelmente, a partir do próximo ano, nós vamos poder legalizar a atividade florestal, também a partir desse marco regulatório. Agora, estou estranhando que o seu plano de manejo esteja paralisado e o senhor não tenha recebido nenhuma notificação de, pelo menos, dizer por que está paralisado. Naturalmente que é falta do documento, do título definitivo, porque, naquela região, mesmo tendo escritura pública, não tem a validade que tem o título definitivo.

O SR. PAULO MÜLER - Mas, Deputado, se tem 95% que são piores que o meu, por que eu tenho que ter e os outros 95 não têm?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas nenhum está autorizado a funcionar. Não é só o seu.

O SR. PAULO MÜLER - Pois é, mas é errado. Quem está tirando madeira é aquele que não está autorizado como feito. Como eu disse para o senhor, na época



que o Cássio e o Maia foram lá fazer a prisão, prendeu quem tinha projeto, quem não tinha, não prendeu, liberou as máquinas dos outros. Por que liberou a dos outros e não liberou a minha? Porque eu não dei dinheiro. Se eu desse dinheiro, como é que eu ia...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E o senhor conhece alguém que deu dinheiro para o IBAMA, para liberar máquinas? Está na hora de falar.

O SR. PAULO MÜLER - Eu não conheço esse senhor. Ele me falou o seguinte: *"Paulo, eu tive que dar 25 mil contos"*. Você prova isso? Eu não, mas eu liberei...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Deu para quem? Para os fiscais do IBAMA?

O SR. PAULO MÜLER - Do IBAMA. Para o Cássio e para a turma dele, lá no Anapu. O trator foi preso para a Anapu. Por que liberaram o trator? De graça?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Quem é o Cássio?

O SR. PAULO MÜLER - O Cássio era o que era o chefe da equipe de fiscalização.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Alguém disse que foi dado 25 mil reais...

O SR. PAULO MÜLER - Alguém disse, não; eu estou dizendo que foi dado, porque o dono do trator me contou.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O dono do trator te contou que deu...

O SR. PAULO MÜLER - Ele me contou que teve de dar 25 mil...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Como é o nome do dono do trator?

O SR. PAULO MÜLER - Agora não estou lembrando o nome dele. Mas não é problema.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É possível o senhor passar o nome do dono do trator para esta Comissão? O senhor está afirmando uma coisa grave aqui.

O SR. PAULO MÜLER - Não, eu não estou afirmando grave. O trator foi preso junto com o meu. Foram presos 3 tratores, 3 tratores. O meu eu tirei através de um mandato de segurança, outro jeito não tinha.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não deu nenhuma gorjeta?

O SR. PAULO MÜLER - Não. Agora, os outros foram liberados por quê?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. O senhor é que está dizendo.

O SR. PAULO MÜLER - Não. Por que foram liberados?



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Como é o nome dos proprietários dos outros 2 tratores?

O SR. PAULO MÜLER - Um trator que foi liberado, que eu não sei se correu dinheiro ou se foi só influência política, é o Massey Ferguson da Frupasa. Como eu já falei para o senhor antes. O outro trator é um D14... não, da Fiat. O nome do proprietário... chama-se... E o... hoje, quem está de fiel depositário do trator é um tal de Comandante Rui, lá de Altamira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas, então, o trator não foi solto?

O SR. PAULO MÜLER - Não. Espera aí um pouquinho.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Se tem fiel depositário...

O SR. PAULO MÜLER - Está bom, mas eu também era fiel depositário do nosso maquinário.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas você disse que não sabe se teve influência política ou foi pago o outro trator. Quer dizer, o outro também o senhor não tem certeza.

O SR. PAULO MÜLER - Mas é isso que a Comissão vai investigar, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas para investigar, nós precisamos de nomes. Se o senhor não der nomes...

O SR. PAULO MÜLER - Mas eu estou dando o nome do trator. É o trator do Dany.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Do Dany Gutzeit?

O SR. PAULO MÜLER - É. Tem um rapaz indo para Anapu agora me dar o endereço do cara do Mercedes, do trator que foi preso no mesmo dia também. Esse o velho me disse: *"Eu dei 25 mil"*. Agora, como é que eu vou provar? O senhor quer que eu pegue o cara, traga aqui e ainda mostre o recibo. Não tenho condições, não é, Deputado? O senhor sabe que propina ninguém prova. Se não estavam provando as malas de dinheiro que estavam rodando pelo País aí.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A de ontem está mais difícil ainda para provar.

O SR. PAULO MÜLER - Aquela é mais fácil de todas, ora!

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ah, é? (Risos.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mais alguma?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. Eu só queria que ficasse... porque você fez uma afirmação de que... Olha bem, você falou aqui no nome de uma pessoa do Ministério do Meio Ambiente, que é o Cássio, e que lá foi feita uma coleta de 25 mil reais para liberar as máquinas.

O SR. PAULO MÜLER - Deputado, eu não tenho como provar, mas, naquela andança, o senhor tem meio de provar isso. O senhor sabe disso. O senhor pode pegar o Leivino, que depôs agora há pouco...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas o senhor... o senhor também... o senhor parece que gosta de...

O SR. PAULO MÜLER - Eu não gosto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor disse aqui que não conhece Safra Legal, nunca teve nenhuma reunião. E chegou afirmando que aquilo é uma bagunça, que está tudo ilegal. Como é que o senhor nunca viu?

O SR. PAULO MÜLER - Eu?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor falou isso aqui.

O SR. PAULO MÜLER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Vamos voltar as fitas?

O SR. PAULO MÜLER - Não. Pelo documento que eu vi...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Pelo documento que o senhor viu...

O SR. PAULO MÜLER - ...a Safra Legal....

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - De quem era o documento?

O SR. PAULO MÜLER - O negócio é o seguinte, Deputado, ...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Do SINDIFLORESTA.

O SR. PAULO MÜLER - Tem uma terra, onde têm mais 60 pessoas em roda. As 60 pessoas em roda dando documentos, levando documentos para Anapu, levando caminhão cheio de gente, com CPF, para fazer a Safra Legal.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Problema de desmate.

O SR. PAULO MÜLER - É. Só que não fui eu que disse que está errado. Quem disse foi o próprio IBAMA, que as terras estavam derrubadas há 10 anos. Eu contestei e falei para os meus... O cara: "*Paulo, vamos fazer. Por que você não trabalha desse jeito?*" Eu não trabalho desse jeito, porque como é que eu vou botar



a minha terra no nome de 10? Eu já estou cuidando faz 20 anos, para ninguém me tomar um hectare. Agora vou botar em 10 nomes? Para quê? Para pegar a minha derrubada e fazer (*ininteligível.*) Não tem projeto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Há quantos anos o senhor tem aquela área lá?

O SR. PAULO MÜLER - Vinte anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Já?

O SR. PAULO MÜLER - Mil, novecentos e oitenta e quatro. Eu tenho protocolo de 1981.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E sempre teve alguém morando por lá?

O SR. PAULO MÜLER - Sempre teve gente morando.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não teve nenhuma invasão da sua área?

O SR. PAULO MÜLER - Nunca tive problema de invasão. O pessoal todo me conhece na região. Nunca ninguém invadiu a minha terra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E o documento que o senhor tem é o quê, uma escritura?

O SR. PAULO MÜLER - Eu tenho uma escritura de posse.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Feita em qual cartório?

O SR. PAULO MÜLER - Feita no cartório de...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Pacajá ou Altamira?

O SR. PAULO MÜLER - Não. Foi feito dentro do INCRA, na ocasião... quando eu comprei, dentro do INCRA, do próprio escritório do INCRA, e foi registrado no Títulos e Documentos, em Pacajá.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Fizeram uma escritura dentro do INCRA?

O SR. PAULO MÜLER - A escritura de compra e venda, porque é um contrato de compra e venda.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas dentro do INCRA?

O SR. PAULO MÜLER - Dentro do INCRA. Por que não? Mas o INCRA faz o contrário: manda invadir terra lá para o PT. (*Risos.*) Ou o senhor acha que eu não vou falar sobre isso aqui? O documento da Safra Legal foi feito dentro do INCRA. Ou o senhor não sabia disso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. IBAMA.

O SR. PAULO MÜLER - O IBAMA e o INCRA.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O INCRA dá autorização da posse. São pequenos produtores.

O SR. PAULO MÜLER - Pois é. E aí? Só que a posse que o INCRA está dando lá é mandar invadir terra, Deputado. O senhor está enganado. O senhor está indo "Maria vai com as outras".

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E ocupar terra pública não é invadir?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu conheço a área do PDS. A terra do PDS é pública.

O SR. PAULO MÜLER - Eu provo para o senhor que uma gleba chamada 88, uma gleba 88, porque (*ininteligível.*) Nós estamos discutindo aqui Direito Agrário?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Também.

O SR. PAULO MÜLER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Também.

O SR. PAULO MÜLER - Eu vim responder as perguntas que me fizeram. Agora, não vou discutir Direito Agrário com ninguém.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está bom.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perguntou a Deputada Maria Helena.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PAULO MÜLER - Não, senhor. Eu fiz um contrato de compra e venda lá dentro...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor acabou de falar que fez um contrato de compra e venda dentro do INCRA.

O SR. PAULO MÜLER - Não, não fiz não. Não falei isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nós voltamos a fita e o senhor vai ver.

O SR. PAULO MÜLER - Falei que foi feito dentro do INCRA, não falei que foi feito no INCRA. Foi feito dentro do INCRA, no escritório do INCRA. Mas isso foi em 1984.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É bem possível que tenha acontecido nessas (*ininteligível*), porque no nosso Governo não acontece isso.



O SR. PAULO MÜLLER - O que é isso, meu senhor? Agora quero que o senhor fale... Pergunta dos outros contratos que são feitos lá dentro do INCRA agora?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Paulo Müller, o INCRA, o Instituto Nacional de Reforma Agrária, tem a obrigação de acompanhar toda a questão de terra no País, independente de que Governo seja.

O SR. PAULO MÜLLER - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E ele tem obrigação de cumprir o seu papel, entregando os títulos àqueles que merecem.

O SR. PAULO MÜLLER - Tem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tem essa obrigação. Portanto, fazer contrato dentro do INCRA ou discutir a questão (*ininteligível*) do INCRA não tem problema nenhum, não tem problema nenhum.

O SR. PAULO MÜLLER - Tudo bem, eu não estou dizendo que tem. Quem está dizendo que tem é o senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O problema é justamente com os grileiros de terra. Esse problema existe, e muito, na Amazônia, no Pará e em todas essas outras regiões. Demais.

O SR. PAULO MÜLLER - Mas eu não me considero grileiro, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu não estou dizendo que o senhor é, mas que existe muito. E gostaria que o senhor viesse aqui para denunciar os grileiros e não denunciar aquilo que está legal.

O SR. PAULO MÜLLER - Mas eu não conheço grileiros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ah, não conhece. Oh, que peninha!

O SR. PAULO MÜLLER - Lá eu conheço só o pessoal que foi para lá agora. Chegaram lá 250 homens do Exército. Uma coisa que não tinha nada...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu gostaria... O senhor conhece... Como é que se chama a fazenda do senhor?

O SR. PAULO MÜLLER - Fazenda Minuano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Fazenda Minuano. Três mil hectares?

O SR. PAULO MÜLLER - Três mil hectares. Não. Eram 3 mil hectares... É uma área licitada e não alienada. Eram 3 mil hectares, mas, com a exigência do



próprio órgão, passei para 2.500 — doei 500 hectares para minha filha, (*ininteligível*) de Menezes Müller.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Gostaria também, muito, de doar terras da União. “Após o georeferenciamento, ficou constatado que o imóvel está localizado no Município de Anapu, gleba Belo Monte, lote 99, em terras da União Federal, matriculados sob o número 19, Livro 2-A, fl. 19, registrado no Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Pacajá. O referido imóvel encontra-se sobreposto a outros imóveis, a saber: lote 85, Fazenda Teresa; lote 87, Fazenda Flamingo; lote 86, Fazenda Sandra, não incidindo o mesmo em áreas indígenas, florestais, biológicas e nem em projetos de assentamento do INCRA.” Portanto, há lotes sobrepostos. Não há só o do senhor. Há lotes sobrepostos.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Aguarde.

“(...) B - A área não foi objeto de titulação expedida pelo INCRA, quer provisória ou definitivamente. C - O quantitativo do imóvel informado, 3 mil hectares, ultrapassa o limite constitucional vigente, em razão de que a regularização fundiária do mesmo não se enquadra nos procedimentos estabelecidos na Norma de Execução 08/2001, da Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário do INCRA. D - Em consulta feita ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, SNCR, verificou-se que o imóvel encontra-se cadastrado sob o número 813.010.032.573-0, em nome do requerente, classificado como grande improdutiva. Essa certidão não implica em reconhecimento do domínio pleno nem de eventuais direitos de terceiros sobre o imóvel, identificando nos autos do processo de referência.”

É por isso que não foi autorizado o plano de manejo do senhor. Isso aqui foi assinado no dia 24.05.2002. E não venha acusar que é questão de PT, porque é de 2002. O INCRA estava cumprindo o seu papel legal. Se há sobreposição de imóveis, não tem que dar autorização de manejo para ninguém, porque está sobreposto. Está aqui a certidão do INCRA.

O SR. PAULO MÜLLER - Deputado, com licença, com licença. O senhor quer ver a mesma certidão? Essa certidão foi assinada por uma... Uma certidão igual a essa, onde não está sobreposto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essa certidão foi assinada pelo Dr. Alberto (*ininteligível.*)



O SR. PAULO MÜLLER - (*Ininteligível*) a 01, de Beto Faro. O senhor quer ver ela?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, o senhor não pode acusar que tem gente que não quer dar o manuseio.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não estou acusando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu estou dizendo que está trancado o meu projeto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E tem que estar trancado mesmo.

O SR. PAULO MÜLLER - E eu vou tirar na Justiça.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E tem que estar trancado mesmo.

O SR. PAULO MÜLLER - E eu vou tirar na Justiça. Vou mostrar como tem que trabalhar, porque eu trabalhei certo e certo eu quero minhas coisas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ah, trabalhou?

O SR. PAULO MÜLLER - Ué!

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu sei como o senhor obteve terras na Amazônia e tanta gente, eu sei.

O SR. PAULO MÜLLER - Mas há 20 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É, há 20 anos, há 500 anos.

O SR. PAULO MÜLLER - Quando (*ininteligível*), Deputado, eu tinha terras na Amazônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu sei como o senhor obteve terras na Amazônia.

O SR. PAULO MÜLLER - Ah, bom. Não estou aqui para acusar o senhor nem o senhor me acusar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER - Não sou dirigente do SINDIFLORESTA. Vou ser dirigente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quando? O senhor não é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER - Vou ser Vice-Presidente do SINDIFLORESTA. Assim que for publicado, eu vou...



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Responda o que eu estou perguntando.
O senhor é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu assinei a ata de presidente e não foi publicada ainda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor é...

O SR. PAULO MÜLLER - Vice-Presidente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER - Sou Vice-Presidente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Desde quando?

O SR. PAULO MÜLLER - Desde... eu acho que foi há 10 dias, 12 dias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos sindicatos ou associações de madeireiros estão filiados ao SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu acho que nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nenhum?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu acho que nenhuma. Não sei. Eu entrei agora, nem vi o estatuto ainda direito. Me convidaram para entrar, porque estão vendo a briga que nós estamos passando por tudo. Então, me convidaram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Teve eleição para o senhor entrar?

O SR. PAULO MÜLLER - Teve.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos votaram?

O SR. PAULO MÜLLER - Ah, não sei. O senhor não me pergunta, porque eu não estava presente. Foi decidido que eu entrasse na coisa. E eu não entendo nada disso daí. Nem sei o que é o sindicato. Agora que eu vou ficar sabendo o que é. Só que eu vou lutar para fazer as coisas certas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece Mário Rubens de Souza Rodrigues?

O SR. PAULO MÜLLER - Conheço. É o Presidente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, mas não é o senhor que é o Presidente?

O SR. PAULO MÜLLER - Não. Eu sou Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o Presidente é o Sr. Mário Rubens de Souza Rodrigues?



O SR. PAULO MÜLLER - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele é o Presidente?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E quem convidou o senhor para entrar na direção?

O SR. PAULO MÜLLER - Quem convidou para eu entrar foi o Sr. Nino, um dos associados, e o Mário Rubens.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Os 2 convidaram o senhor?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse que o senhor mandou carta para o Lula. Depois o senhor retirou e disse que quem mandou foi o SINDIFLORESTA.

O SR. PAULO MÜLLER - É. Quando eu falo “eu mandei”, é o sindicato que manda, não é? Para isso que nós temos o sindicato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor era filiado ao sindicato?

O SR. PAULO MÜLLER - Era filiado ao sindicato. Eu sou filiado ao sindicato há 3 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quanto paga por ano? Anuidade?

O SR. PAULO MÜLLER - Ah, nós não temos contribuição. É só contribuição espontânea. Agora vamos fazer as reuniões que precisar fazer e vamos cobrar taxa de anuidade, porque o sindicato *não (ininteligível)* mais correr sozinho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor era filiado ao sindicato?

O SR. PAULO MÜLLER - Era filiado ao sindicato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o sindicato que mandou a carta para o Lula?

O SR. PAULO MÜLLER - Foi.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o que diz essa carta?

O SR. PAULO MÜLLER - Foi explicando o que estava acontecendo no Anapu, na região do Anapu, e que se não tomasse providência ia dar bagunça em Anapu. Foi como o que aconteceu e deu as desgraças tudo que deu em Anapu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas que desgraça que deu em Anapu? Me diga que desgraça que deu. Diga duas desgraças, duas desgraças.

O SR. PAULO MÜLLER - Só digo uma: mataram a freira em Anapu.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está. E a outra?

O SR. PAULO MÜLLER - Não chega?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E a segunda?

O SR. PAULO MÜLLER - Não chega? Pelo menos foi...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Foram os fazendeiros que mataram. Já está sendo investigado, não é o caso da CPI. Os fazendeiros que mataram. Já está sendo investigado. A segunda desgraça?

O SR. PAULO MÜLLER - Ah, que eu sei não. Estou falando que essa carta eu mandei que ia acontecer isso aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Há uma carta que foi enviada para cá do Sr. Mário Rubens de Souza Rodrigues, que ele diz, assim, que há versões de empresários que, segundo essas informações, que correm em todo Estado, que há propinas exigidas pelo gerente-executivo. O senhor tomou conhecimento dessa carta?

O SR. PAULO MÜLLER - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não?

O SR. PAULO MÜLLER - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, o senhor não conhece nada do que o Sr. Mário?

O SR. PAULO MÜLLER - Conheço alguns documentos que eu li do sindicato. Não posso dizer que eu sou leigo de tudo. Muitas coisas do sindicato que foram feitas eu sabia, que foram feitas as cartas-denúncias para Marina Silva, para todos os Deputados, a OAB do Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece a UNIFLOR?

O SR. PAULO MÜLLER - Quem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - UNIFLOR, UNIFLOR.

O SR. PAULO MÜLLER - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não conhece a UNIFLOR?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quanto àquilo que o senhor disse aqui, que deu nome muito pouco, nós vamos investigar. Agora, eu quero ainda deixar bem claro que o senhor disse, mais de uma vez, que os madeireiros que tiveram as suas máquinas liberadas pelo IBAMA foi a troca de propina.



O SR. PAULO MÜLLER - Ou politicamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ou politicamente?

O SR. PAULO MÜLLER - O que foi me convidado várias vezes para mim procurar, tanto um Deputado quanto outro, como um Senador do PT, que eu conseguiria liberar minhas máquinas. E eu falei: "*Não vou procurar*".

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos foram os madeireiros?

O SR. PAULO MÜLLER - Falei uma vez com...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos foram os madeireiros? Só para rememorar.

O SR. PAULO MÜLLER - Quantos foram os madeireiros...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos foram os madeireiros?

O SR. PAULO MÜLLER - ...que foram presos?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Que tiveram suas máquinas liberadas pelo IBAMA a troco de propina ou por ação política?

O SR. PAULO MÜLLER - Uma, 2, 3, 4 máquinas presas juntamente com as minhas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Que dia que foram presas?

O SR. PAULO MÜLLER - Dia 21... 22 de setembro de 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - De 2003? Todos pelo Cássio?

O SR. PAULO MÜLLER - Todas pelo Cássio e por essa equipe que estava lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Todas por ele?

O SR. PAULO MÜLLER - Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está. Só para rememorar para nós podermos investigar. Quem são os quatro fazendeiros? Madeireiros? Para rememorar, porque nós precisamos investigar isso.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu vou falar de novo para o senhor. Um é o dono da Frupasa. Atrás da Frupasa tem mais uma fazenda, que eu não estou lembrando o nome dele agora. Foi pego outro trator que estava na garagem. Nem trabalhando não estava, estava na garagem. E pegaram esse outro Mercedez com outro trator de esteira, que o cara, que foi denúncia da Dorothy Stang... Aí o pessoal do IBAMA passou lá, me prendeu e foi lá prender esse trator lá dentro, lá atrás. E aí, quando passou na minha frente, me mandaram embora. Aí, 5 dias depois, voltaram e



buscaram o meu maquinário para levar para lá também. Aí eu falei: “Se vocês levarem esse maquinário para Anapu, eu quero meu maquinário em Altamira, porque Anapu, eu não tenho nada que ver com Anapu”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Sr. Cássio estava lotado em qual gerência do IBAMA?

O SR. PAULO MÜLLER - Deputado, eu não sei, mas eu sei que é aqui de Brasília. É aqui de Brasília. Foi o que ele falava toda hora, inclusive com o Montiel. O Montiel que comandava ele. Eu sei, porque ele estava toda hora no Meridian, ou estava parado do lado, no telefone.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sobre a questão da revista *Veja*, o senhor declarou anteriormente que eles distorceram o que foi dito.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu acho que não foi falado nada contra o Deputado nem contra...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor deu entrevista para a revista *Veja*?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não dei, não, mas sei que o sindicato deu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quem do sindicato deu?

O SR. PAULO MÜLLER - O sindicato, o SINDIFLORESTA, o Mário Rubens. Ele não deu... A troco de que chegou na revista *Veja*, eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas o Mário Rubens deu entrevista para a revista *Veja*?

O SR. PAULO MÜLLER - Não deu. Estou falando o seguinte: a revista *Veja* diz que pegou dele, mas não foi ele que fez aquela denúncia, porque, na íntegra, a denúncia a CPI tem aqui. A mesma denúncia que a *Veja* soltou a CPI tem aqui, já faz 60 dias que a CPI tem aqui. Acredito que tenha aqui, não tem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Além dessa área no Pará, o senhor tem mais áreas no Pará?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - No Amazonas?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Só no Pará e no Mato Grosso, então?

O SR. PAULO MÜLLER - Nem no Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sr. Paulo Müller, eu queria lhe solicitar algumas explicações. O senhor tem um plano de manejo aprovado?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Que não foi nunca, digamos assim, desaprovado? Está lá o plano?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está lá o plano?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor não consegue, no entanto, operar, porque faltam as ATPFs?

O SR. PAULO MÜLLER - ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor tem as ADMs...

O SR. PAULO MÜLLER - Não, eu não tenho ADM. Eu tenho um plano de projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não precisa de ADM? Tendo o plano, não precisa de ADM? Ou o senhor precisa das ADMs? Ou, no seu caso, como é maior de cem, não precisa?

O SR. PAULO MÜLLER - Não precisa. Eu tenho uma autorização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor não usa ADM?

O SR. PAULO MÜLLER - Não. É uma autorização, na qual diz todas as espécies que eu posso tirar. Então, essa autorização, se eu faço um contrato com o senhor, quando eu fizer o contrato com o senhor, eu vendendo a madeira para o senhor, o senhor vai ao IBAMA e o IBAMA vai lhe fornecer as ATPFs necessárias sobre aquele contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sei. O senhor tem uma madeireira?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não tenho madeireira. Só sou extrator de madeira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Só extrator. O senhor teria, para isso, que ter um contrato com uma madeireira...

O SR. PAULO MÜLLER - Um contrato com uma madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...e esse contrato ser registrado no IBAMA?

O SR. PAULO MÜLLER - Registra primeiro em cartório, reconhece firma, vai ao IBAMA e protocola no IBAMA, e o IBAMA, então, vai conceder a ATPF sobre aquele contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Sem ATPF, o senhor não pode extrair a madeira?

O SR. PAULO MÜLLER - Não posso extrair a madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas, então, nos explique o seguinte: há alguma madeireira lá em Anapu?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não vendo madeira para Anapu, porque a minha madeira não tem condições de ir para Anapu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Por quê?

O SR. PAULO MÜLLER - Porque a minha madeira, se eu levar para Anapu, fica antieconômico, porque de Anapu até a minha terra são 85 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor tem que vender mais próximo?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu vendo para descarregar na beira do rio, onde tem um porto registrado, dentro do projeto, e eu carrego a madeira através do porto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E ali há fiscalização?

O SR. PAULO MÜLLER - A fiscalização tem em todo o rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Todo o rio?

O SR. PAULO MÜLLER - É. Vai pelo Rio Guamá, pelo Rio Grande, lá pelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sei. O senhor, para levar a madeira da sua propriedade até esse porto fluvial...

O SR. PAULO MÜLLER - Eu preciso da ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...tem quantos quilômetros?

O SR. PAULO MÜLLER - Vinte e oito quilômetros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Se o senhor não tiver ATPF, o senhor vai ser pego no caminho?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu fui pego, eu fui pego por causa disso. Mas só que eu tinha registrado o porto como esplanada, que a lei me garante isso, só que o fiscal não quis ver isso. Ele falou que estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Explique o que é uma esplanada.

O SR. PAULO MÜLLER - Esplanada é que a madeira é tirada de um local, você junta a madeira, para depois carregar ela, em caminhões ou em barco ou em navio ou em trem. Dali que o senhor vai carregar ela. É isso que é uma esplanada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O depoente anterior, da AMMAPA, declarou que esse adesivo, que, segundo a reportagem, seria usado como um salvo-conduto, já que ele diria que era uma empresa optante do Plano Safra Legal e, portanto, não seria fiscalizado, seria inócuo, porque, num raio de 140 quilômetros, não há fiscalização. Portanto, não teria por que precisar de um adesivo para transpor livremente barreiras, se não há barreiras. A barreira do IBAMA mais próxima de Anapu está a 140 quilômetros. Foi essa a declaração?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Se isso confere, no caso, se o senhor fosse vender para uma madeireira lá, de Anapu...

O SR. PAULO MÜLLER - De Anapu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor poderia transitar livremente, sem ser abordado, sem ser...

O SR. PAULO MÜLLER - Não. Não, senhor. Não poderia. Eu seria preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor precisaria de ...

O SR. PAULO MÜLLER - Da ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sei. E na sua associação, esse SINDIFLORESTA, algum dos associados recebeu o adesivo "Empresa Optante"?

O SR. PAULO MÜLLER - Eu acho que o adesivo ninguém deu para ninguém, não. Foi pedido para colocar nos caminhões, e o caminhão que tivesse com adesivo,



o pessoal do IBAMA não incomodaria. Foi isso que eu sei, através de meus vizinhos, que todo mundo tinha nos caminhões deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Os seus vizinhos tinham e eram filiados ao SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, não são filiados ao SINDIFLORESTA. E eles tinham... iam fazer esse Plano Safra Legal, que lá é...vários lotes. Cada um pegava 20 homens e levava lá, para fazer o Safra Legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O SINDIFLORESTA é um sindicato de produtores de madeira, ou de madeireiras?

O SR. PAULO MÜLLER - De produtores de madeira. Falou no ramo de madeira, o sindicato tem propostas para tentar organizar e fazer pelo bem... para bem andar o projeto, para bem sair tudo, para o bem de todos, inclusive da defesa das matas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, não é isso. Quem representa as madeireiras? Há um sindicato das madeireiras, além da AMMAPA?

O SR. PAULO MÜLLER - Há vários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sindicatos?

O SR. PAULO MÜLLER - Tem vários. Tem a AMMAPA, SINDCORTE, tem um monte de "sinds".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, e dos produtores de madeira que não são assentados? Os assentados são representados pelo Sindicato dos Produtores Rurais. É isso? Trabalhadores Rurais.

O SR. PAULO MÜLLER - É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor não tem nada a ver com assentados?

O SR. PAULO MÜLLER - Não tenho nada que ver com isso. Nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor é um produtor de...

O SR. PAULO MÜLLER - Em Anapu, eu fui duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...mil alqueires.

O SR. PAULO MÜLLER - É...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O hectare lá é de 24 mil ou de 48 mil?

O SR. PAULO MÜLLER - De 48 mil. Seriam 600...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dois mil alqueires. Então é uma bela propriedade

O SR. PAULO MÜLLER - Seriam 600 alqueires, perdão. Seiscentos alqueires.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Seiscentos alqueires...

O SR. PAULO MÜLLER - Hoje, só 500 alqueires. Quarenta e oito mil metros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É, 48 mil metros. São mil alqueires paulistas, não é? É isso?

O SR. PAULO MÜLLER - Hoje eu detenho 2.500, por causa da Constituição, apesar que a minha, na Constituição passada, podia ser 3 mil, mas, para evitar qualquer problema, já passei, fiz uma doação para minha filha, de 500, e fiquei com 2.500 para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Resolveu em família o seu problema.

O SR. PAULO MÜLLER - Uai, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está certo.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu acho que tem que fazer, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está certo.

O SR. PAULO MÜLLER - O duro é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mais uma pergunta.

O SR. PAULO MÜLLER - O duro é dar para o filho do outro Deputado; é melhor dar para minha filha, não é?

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PAULO MÜLLER - É claro, é lógico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu queria...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PAULO MÜLLER - O senhor falou tudo. É nossa, a terra é nossa. Cada um que vá lá com um machadinho e vai se habilitar a 2.500 hectares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que é essa frase que o senhor disse? Os seus vizinhos pegam 20 homens para se cadastrar no Safra Legal. São 20 eleitores ou 20 carregadores de madeira...

O SR. PAULO MÜLLER - Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...cortadores de madeira. O que são esses 20 por propriedade?

O SR. PAULO MÜLLER - Sairia, para cada pessoa, 60 metros cúbicos. E a pessoa poderia derrubar 3 hectares de terra para fazer isso aí. E a madeira seria vendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, espera um pouco. Mas cada um desses 20 passaria por assentado. Ele tiraria uma...

O SR. PAULO MÜLLER - Passaria como assentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, então...

O SR. PAULO MÜLLER - Passaria como assentado. E ele não é assentado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É como se tivesse um assentado na propriedade desses seus vizinhos?

O SR. PAULO MÜLLER - Isso, isso. A única coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E passam uma procuração para alguém? Como é que é?

O SR. PAULO MÜLLER - Aí, a procuração... Desses detalhes eu não sei, mas o SINDIFLORESTA deve ter dado todas as informações possíveis,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O SINDIFLORESTA? O seu sindicato?

O SR. PAULO MÜLLER - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Para isso? Para fazer isso?

O SR. PAULO MÜLLER - É, para tudo, para tudo, para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O seu sindicato faz esse artifício?

O SR. PAULO MÜLLER - Não é o meu. Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O SINDIFLORESTA não é o seu?



O SR. PAULO MÜLLER - Não, não, não, não. O senhor está entendendo mal. Tudo o que aconteceu dessa denúncia... foi o SINDIFLORESTA que fez as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sei.

O SR. PAULO MÜLLER - O senhor está entendendo? Então, eu não tenho. Quem tem todas as respostas é o Sr. Mário Rubens. Por isso eu pedi que ele fosse o primeiro convocado nesta CPI. Que eu não estou aqui a convite a CPI, eu vim aqui porque eu vim aqui pedir. Quero resolver essas coisas que estão erradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Há alguma informação a respeito do Safra Legal que o senhor gostaria de nos passar reservada e sigilosamente?

O SR. PAULO MÜLLER - Não. Não tenho nada contra o Safra Legal. Não tenho nem contra nem pró. Eu tenho... Meu problema foi com o senhor... o cara que me fez a multa indevida. Tenho provas que foi indevida. E contra isso, que está errado. Não contra... Se o... Agora há pouco, conversando com o Sr. Leivino, ele falou para mim que saiu 47... 47 ATPFs, setecentas e poucas ADMs. Uai, mas... Vocês... Eu estou vendo o papel na minha frente, que não diz isso. Então, vocês estão errados, Leivino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor poderia nos passar o nome de algum dos seus vizinhos que utilizam esse artifício dos 20 pseudo-assentados?

O SR. PAULO MÜLLER - Poderia. Lá existe um sindicato, que eu não sei o nome, mas vou lhe dar o nome do presidente: Rubinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Rubinho?

O SR. PAULO MÜLLER - Rubinho. No quilômetro 84, entra 15 quilômetros à frente, vocês vão encontrar ele. Ele é que me fez esse comentário sobre 60 pessoas dele... 60 pessoas do sindicato dele que fizeram as... entraram com essa de "*vamos receber ATPF e vamos trabalhar para o Safra Legal*". E que depois não saiu nada. Ninguém sabe quem está com quem nem o que foi feito. É isso que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Algum dos Deputados teria mais alguma pergunta?

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só uma... Sr. Paulo, primeiro, o senhor está aqui na condição de convocado pela CPI. Foi aprovado um requerimento.

O SR. PAULO MÜLLER - Tudo bem. Concordo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor não veio por livre e espontânea vontade. O senhor veio porque foi convocado.

O SR. PAULO MÜLLER - Positivo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Queria só fazer aqui uma consideração. Eu estou no Pará há 24 anos, e o INCRA, nem no Governo do PMDB nem no do PFL...

O SR. PAULO MÜLLER - Concordo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ...não documenta terras acima de 100 hectares. Este é o debate que nós estamos fazendo: que tamanho o INCRA vai documentar terras na Amazônia. Está certo? Quero dizer aqui que, se o senhor só tem uma área de terra lá no Norte, não tem no Mato Grosso, não tem em outros Municípios do Pará, está há 20 anos com uma área de 2.500 ou até 3.000... Porque o INCRA, lá naquela região, por volta de 1974, tinha expedido alguns documentos. Então, o senhor não estaria sendo considerado aqui um grande latifundiário. O senhor ocupou uma área. Naturalmente que, como a área é da União...

O SR. PAULO MÜLLER - (*Ininteligível*) e não alienada.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É, então o senhor está... Agora, com relação à legalidade ou não, o problema é o seguinte: o Governo... O IBAMA não pode, em lugar nenhum, aprovar um plano de manejo, se aquela propriedade não tem o título. É por isso que nem lá na Transamazônica, nem na Cuiabá—Santarém, não está se aprovando. É por isso que está aí a Lei de Gestão Florestal. É por isso que estão aí o Plano Safra e essa discussão com o INCRA, de discutir que tamanho vai-se documentar. Porque a questão dos 2.500 hectares é uma outra discussão. Dificilmente, se o INCRA não atuou, não aprovou áreas, não titulou áreas até 3 mil hectares nesses 20, 25 anos, nesse momento acho muito difícil o INCRA tomar a decisão de, agora, titular terras de 2.500 hectares naquela região. Estou te colocando isso aqui porque o senhor está bravo, porque não documentou...

O SR. PAULO MÜLLER - Não estou bravo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ...mas tem uma origem que a falta de não aprovação desse plano tem uma... é a questão da falta de documento. Está



certo? Só para dizer que não é questão aqui do Governo... Agora, naquela região oeste do Pará — eu sei porque eu estou acompanhando — paralisou a atividade...

O SR. PAULO MÜLLER - Total.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ...de retirada de madeira ilegal. E se o senhor conhecer algum técnico ou algum dirigente do IBAMA ou do INCRA do nosso Governo que estiver pegando dinheiro para facilitar alguma coisa, o senhor pode denunciar isso tranqüilamente, inclusive a este Deputado. Porque o que o nosso Governo vem fazendo, tem feito agora no Mato Grosso, inclusive com prisão em Santarém, é exatamente atacando não só no IBAMA, mas em vários órgãos do Governo Federal. Então, há uma tomada de decisão de buscar a legalidade. Infelizmente, o senhor está sendo vítima de uma área que não está documentada. Não sei se o senhor vai ser contemplado, se o Ministério Público Federal assinar o termo de ajuste de conduta. Porque, se o Ministério Público não assinar, nada feito. Nem o INCRA nem o IBAMA podem fazer, porque ele está na ilegalidade. Vem o Ministério Público Federal e a cabeça do INCRA rola, a cabeça do IBAMA rola, qualquer dirigente. Então, aqui é uma questão de legalidade, está certo? Agora, o senhor faz algumas afirmações aí que elas precisavam ser bastante materializadas para que esta CPI pudesse... Porque essa questão de liga, falei... Por exemplo, eu sou Deputado Federal. Eu já recebi ligação de pessoas que tiveram, por exemplo, maquinário apreendido. *“Ah, Deputado, intermedie e tal”*. E, naturalmente, se um produtor teve lá uma máquina presa, porque ele estava cometendo lá uma irregularidade, a máquina foi presa, significa que aquela máquina pode servir para uma outra atividade. Então, têm casos e têm casos. Agora, lá tem situação de pessoas que foram denunciadas. Elas continuam, por exemplo, em Uruará, que o cidadão entrou em uma área indígena, derrubou mil alqueires, o IBAMA foi lá, multou, ele continuou derrubando, aí o Exército foi lá, prendeu todo mundo. Aí não tem condições.

O SR. PAULO MÜLLER - Mas o que eu estou falando, Deputado, não é que eu estou dizendo que eu estou acusando ninguém. Eu pergunto o seguinte: se as minhas máquinas não foram liberadas, que tinha um projeto, as outras máquinas foram presas, não tinham projetos. Eu aprovo. E foram liberadas. Quer dizer... é isso que eu quero dizer.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não, aí o senhor tem toda razão, inclusive, de fazer a denúncia.

O SR. PAULO MÜLLER - É isso que eu quero denunciar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Porque, se teve máquinas presas em área mais irregular do que a sua...

O SR. PAULO MÜLLER - E eu tinha projeto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ...as máquinas foram soltas e a sua máquina está presa, o senhor tem toda razão em espernear.

O SR. PAULO MÜLLER - E as outras foram liberadas por quê? É isso que eu digo. E eu não estou acusando ninguém dessa forma. Estou acusando porque ninguém vai chegar e dizer: "*Não, me dá o dinheiro que eu vou te provar onde é que está o dinheiro. Está aqui*". Não, ninguém vai. O senhor sabe que não vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Deputada Maria Helena com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Obrigada, Presidente. Eu pergunto ao Sr. Paulo Müller: em determinado momento do seu depoimento, o senhor afirmou que o senhor não dividiria sua área com 10 pessoas para receber o adesivo do Safra Legal. Eu entendi isso. E que o senhor informou o nome de um vizinho seu que teria levado 20 homens, ou 60 homens, melhor dizendo, para poder receber o adesivo do Safra Legal. Só que não deu certo. Agora, então, o senhor também indicou nomes de algumas pessoas que tiveram as suas máquinas liberadas sem terem os seus planos de manejo aprovados. Agora eu pergunto... a minha pergunta é se o senhor sabe de alguém que tenha recebido esse adesivo de forma ilegal. Como teria recebido seu vizinho, porque teria fraudado a lei, levando 60 pessoas para fingir que estaria dividindo a terra para receber o adesivo. O senhor teria alguém para nos indicar que teria recebido esse adesivo de forma ilegal?

O SR. PAULO MÜLLER - Deputada, não é que recebeu. O adesivo era distribuído por todos os madeireiros e todos os sindicatos, menos pelo SINDIFLORESTA, porque o SINDIFLORESTA não é no Anapu, o SINDIFLORESTA é estadual, ele não é no Anapu, ele não é lá em Medicilândia.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sim, mas de forma ilegal?

O SR. PAULO MÜLLER - Não é ilegal.



A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Teria fraudado, levando pessoas de forma...

O SR. PAULO MÜLLER - Não é ilegal. Usar um adesivo não é ilegal. Mas a madeira está toda apreendida lá em Anapu. Toda madeira.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Se o senhor tivesse recebido, entrado para o Safra Legal, o senhor teria recebido de forma legal.

O SR. PAULO MÜLLER - Mas eu não participei.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Agora, teria de dividir a área.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não tinha máquina, minhas máquinas estavam presas. Minhas máquinas estavam todas presas no quartel do Batalhão do Exército lá.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Então, o senhor não tem nomes para me indicar.

O SR. PAULO MÜLLER - Não tinha onde botar o adesivo.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - O senhor não tem nenhum nome para nos indicar que tenha recebido de forma ilícita esse adesivo?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, o adesivo não era recebido, todo o pessoal que usava o adesivo de lá era para votar no Chiquinho do PT. É o Chiquinho do PT. Então, o optante, pelo menos é o que dizem os entendidos, que o optante é o PT Safra Legal, e que o plano era esse, de fazer a Safra Legal e depois acobertar com a ATPF, o que é normal. Se cumprissem a palavra do IBAMA, mas não cumpriram. Largaram os caras lá com o pepino e, quando viram que o troço ia dar no rabo deles, foram lá e meteram a multa neles de novo. Largaram todo mundo lá, assobiando. E agora, José? Como é que os caras que fazem lá? Estão lá com não sei quantos mil metros cúbicos de madeira presa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Bem, Sr. Paulo, só vou fazer mais 3 questões para nós encerrarmos, até porque o senhor também tem um vôo. Aqui, nesta vinda para cá para Brasília, nesta CPI, o Sr. Mário Rubens falou que o senhor esteve em Anapu junto com ele. E depois o Sr. Leivino disse que encontrou o senhor também junto com ele e que, inclusive, conversaram.

O SR. PAULO MÜLLER - No dia 2 de dezembro do ano retrasado, do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E conversaram sobre o quê?



O SR. PAULO MÜLLER - Conversei sobre ele porque eu fui perguntar... Eu fiquei sabendo que o Sr. Leivino e o Sr. Chiquinho estavam pegando o mapa do Belo Monte, todas as glebas, e indicando as glebas que não tinham sido licitadas pelo Governo Federal, as que eram nulas, para botar invasores. E eu fui lá e chamei ele e falei: "*Chiquinho, Ribeiro, como eu o conheço, Ribeiro, vocês, estão usando o teu nome e o do Chiquinho. Tem verdade nisso?*" Ele falou: "*Não, não sei que... nós queremos fazer, acertar essa documentação, que ele não tem documento, nós vamos dar metade do título*". Falei: "*Você não é advogado, você não pode fazer isso*". Eu e o Mário Rubens. O Mário Rubens estava junto nesse dia. Foi no dia 2 de dezembro. Eu sei porque foi feita uma morte muito feia lá no Anapu e eu não esqueci o dia: no dia 2 de dezembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor disse aí que os caminhões que tivessem o adesivo não eram perturbados pelos fiscais do IBAMA. O senhor disse isso.

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não disse, diziam, todas as bocas diziam lá na região que quem tinha o adesivo do optante podia passar que não tinha problema nenhum. Como eu não tinha nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Agora, o senhor entende que é muito ruim o diziam. É um sujeito que não existe, indeterminado. Porque é muito ruim. O Mário Rubens vem aqui e faz a mesma coisa, o senhor vem aqui e faz a mesma coisa. Aí o senhor diz: Não, eu vim aqui para investigar. Mas eu vou investigar o quê?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, eu concordo com o senhor. Mas eu tenho o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E o senhor está *sub judice*.

O SR. PAULO MÜLLER - Faz 2 anos que isso aconteceu. Essa política já passou já vai fazer 2 anos. Quero ver como é que eu vou lembrar o nome da pessoa que estava com o adesivo. Mas as fotografias estão em um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Tem posto... Não, isso aí eu sei, que tem o adesivo. Nós já sabemos quem fez, já identificamos. Mas nós temos que ter absoluta certeza que o adesivo era um passe, era um passaporte. Agora, diziam, diziam... Existia posto do IBAMA dentro de Anapu, na região?

O SR. PAULO MÜLLER - Não, não tem posto do IBAMA lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, para que o adesivo para passar no posto?

O SR. PAULO MÜLLER - Então o pessoal se enganou, o adesivo era só para fazer propaganda. Não é isso? Ou para que era o adesivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Outra coisa, se era para ter...

O SR. PAULO MÜLLER - Eu não falei que era para puxar madeira ilegal. Eu estou falando que o optante da Safra Legal, podia ser uma propaganda do PT ou poderia ser uma propaganda do PFL, pronto. Estava escrito aquilo que o senhor viu na fotografia. Nós lhe mandamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Eu vi, mas...

O SR. PAULO MÜLLER - O filme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Mas fica ruim o "diziam". O diziam...

O SR. PAULO MÜLLER - Mas eu não tenho outro jeito, Deputado. Eu não tenho outro jeito de fazer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Está corrigindo aqui o nosso assessor: que o "diziam" é sujeito inexistente. Então, fica difícil de investigar.

O SR. PAULO MÜLLER - Então, vamos fazer o seguinte: na próxima vez eu não vou dizer mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Ué, se não tem nada a dizer, não tem que vir aqui mesmo.

O SR. PAULO MÜLLER - Ué, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Tem que vir aqui quem tem algo para dizer. O senhor também disse o seguinte: que a fiscalização do IBAMA... a madeira está toda lá hoje. O que demonstra que há fiscalização do IBAMA. Se essa madeira está lá é porque tem fiscalização.

O SR. PAULO MÜLLER - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, está bom. Tanto é que foi dito aqui: apreendeu 37 mil metros cúbicos de madeira, em função de não estar cumprindo... ter sido desmatado ilegalmente. Depois, apreendeu em uma outra mais 8 mil metros cúbicos, 8 milhões de multas também.

O SR. PAULO MÜLLER - É outro Município, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Outro Município, o que demonstra que havia fiscalização do IBAMA.

O SR. PAULO MÜLLER - Mas eu não disse que não tinha fiscalização do IBAMA. No período da política não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, resumindo, o senhor veio aqui para resolver o problema do senhor.

O SR. PAULO MÜLLER - Não, não vim aqui... Eu vim aqui para dizer o que aconteceu comigo. Desde o primeiro dia eu falei isso. Quem tinha denúncia para fazer seria o SINDIFLORESTA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Bom, nós agradecemos a presença do senhor e de todas as testemunhas, demais Parlamentares, senhores assessores, demais presentes.

Declaro encerrada a presente reunião.